

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENGENHARIA DE PRODUÇÃO EM ÁREA
DE CONCENTRAÇÃO CONTROLE DE GESTÃO

METODOLOGIA DE PERÍCIA CONTÁBIL JUDICIAL CAUTELAR PARA
SALVAGUARDA DO PATRIMÔNIO DE ENTIDADE

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO
ANTONIO TORQUATO DA SILVA

Florianópolis

2003

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
MESTRADO EM ENGENHARIA DE PRODUÇÃO EM ÁREA DE
CONCENTRAÇÃO CONTROLE DE GESTÃO

Mestrando: ANTONIO TORQUATO DA SILVA

METODOLOGIA DE PERÍCIA CONTÁBIL JUDICIAL CAUTELAR PARA
SALVAGUARDA DO PATRIMÔNIO DE ENTIDADE

Orientadora: Prof^ª ILSE MARIA BEUREN, Dra.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção da Universidade Federal de Santa Catarina para obtenção do título de Mestre em Engenharia de Produção, área de concentração Controle de Gestão.

Florianópolis

2003

S586m Silva, Antonio Torquato da, 1949-
Metodologia de perícia contábil judicial cautelar
para salvaguarda do patrimônio de entidade /
Antonio Torquato da Silva. – Goiânia, 2003.
134f.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção, 2003.

1. Perícia contábil – metodologia 2. Perícia contábil judicial cautelar . 3. Patrimônio de entidade - perícia contábil. I. Título.

CDU: 657.6.012.2

ANTONIO TORQUATO DA SILVA

**METODOLOGIA DE PERÍCIA CONTÁBIL JUDICIAL CAUTELAR PARA
SALVAGUARDA DO PATRIMÔNIO DE ENTIDADE**

Esta dissertação foi julgada adequada e aprovada para obtenção do título de **Mestre em Engenharia de Produção** no Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção, da Universidade Federal de Santa Catarina.

Florianópolis, 11 de junho de 2003

Prof. EDSON PACHECO PALADINI, Dr.
Coordenador do Curso

BANCA EXAMINADORA:

Prof^ª ILSE MARIA BEUREN, Dra.
Orientadora

Prof. ANTÔNIO DIOMÁRIO DE QUEIRÓZ, Dr.
Membro

Prof. GERSON RIZZATTI, Dr.
Membro

“As coisas podem se apresentar difíceis para você no momento, mas se você não ousar, elas se tornarão impossíveis”.
Alkíndar de Oliveira

AGRADECIMENTOS

**“O domínio de uma profissão não exclui o seu aperfeiçoamento”
Pierre Furter**

Inicialmente agradeço a DEUS pela força espiritual a mim concedida, mostrando-me a luz nas horas mais difíceis que tive pela frente.

À Universidade Federal de Santa Catarina pela qualidade oferecida neste curso, tanto aos materiais quanto ao corpo de Docentes que proferiram suas aulas em níveis superiores à expectativa.

À Universidade Católica de Goiás que viabilizou todas as condições físicas e financeiras para a realização deste Curso de Mestrado.

Ao Diretor do Departamento de Ciências Contábeis da UCG, Prof. Nazareno Rocha Júnior, que defendeu, incansavelmente, a realização deste Curso.

Em especial à minha orientadora Professora, Doutora Ilse Maria Beuren, pela sua sabedoria evidenciada e, ainda, pelo apoio, dedicação, paciência e incentivo, ao longo de todo o curso, inclusive no desenvolvimento da minha Dissertação.

Ao Cartório Distribuir do Fórum da Comarca de Goiânia por ter permitido a realização da pesquisa em documentação necessária ao sucesso deste trabalho.

À minha Família, minha esposa e companheira Reyla, meus filhos Vinícius, Henrique e Danilo, o meu carinhoso muito obrigado pela compreensão, pelo incentivo, paciência e muito auxílio nas tarefas domiciliares, quando não pude estar presente.

Ao meu pai, Excelso *in memoriam* e à minha mãe Cecília, que ao longo de nossos convívios sempre nos incentivaram, a mim e a meus irmãos, nos estudos, no entendimento de que assim poderíamos conquistar uma vida melhor.

Aos meus colegas de curso e de profissão que tanto colaboraram para esta conquista.

A TODOS, MUITO OBRIGADO!

RESUMO

SILVA, Antonio Torquato da. **Metodologia de perícia contábil judicial cautelar para salvaguarda do patrimônio de entidade**. Florianópolis, 2003, 134f. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) – Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção, Universidade Federal de Santa Catarina, 2003.

Orientadora: Ilse Maria Beuren, Dra.

Defesa: 11/06/2003

Este trabalho apresenta uma metodologia de perícia contábil judicial cautelar com a finalidade de salvaguarda do patrimônio de entidade. O estudo caracteriza-se como uma pesquisa exploratória, realizada por meio de um estudo multicase, isto é, de processos judiciais transitados em julgado em Cartório Distribuidor do Fórum de Goiânia. Assim aborda, inicialmente, o embasamento científico das perícias contábeis judiciais, sobretudo as perícias cautelares. Dá uma visão do surgimento das perícias contábeis, em especial no Brasil, apresentando, também, o perfil ideal do perito contador e de seus assistentes. Enfatiza conceitos e experiências de diversos autores da área de perícias contábeis judiciais. Versa, ainda, sobre os tipos de perícias contábeis existentes, com as suas respectivas subdivisões. Arrola a legislação específica das perícias judiciais, principalmente o Código de Processo Civil, as Normas Brasileiras de Contabilidade e a Lei de Falências. Após a revisão bibliográfica, procede à descrição e análises dos multicase. Apresenta cinco estudos de caso, três de natureza de falências e dois de natureza de inventários, sucedidos com partilha de bens. Faz a caracterização da perícia contábil judicial cautelar por meio de processos de falências e também de inventários, sucedidos com partilha de bens. Traz, também, observações sobre a metodologia das perícias contábeis, sua estrutura e seu conteúdo. Nesses estudos de caso, fica evidenciada a necessidade tanto de partes envolvidas requererem a realização da perícia cautelar ou perícia judicial de futuro quanto de a própria Justiça a determinar. Finalmente, apresenta uma metodologia de elaboração de perícia contábil judicial cautelar, bem como o entendimento de patrimônio e formas de controles para salvaguardá-lo. Conclui em relação aos objetivos propostos, além de propor algumas sugestões de possibilidades de melhor utilização das perícias contábeis judiciais cautelares, incluindo recomendações para novos estudos que tenham o mesmo objeto.

Palavras-chaves: metodologia de elaboração de perícia; perícia contábil judicial cautelar; patrimônio.

ABSTRACT

SILVA, Antônio Torquato da. Methodology of account judicial caution investigation to maintenance the patrimony of entity. Florianópolis, 2003, 134f. Dissertation (Master of Arts in Production Engineering) - Post Graduate Program in Production Engineering, Federal University of Santa Catarina, 2003.

Orienting: Ilse Maria Beuren, Doctor
Defense: 11/06/2003

This work presents a methodology of account judicial caution investigation with the aim to safeguard the patrimony of the entity. The study characterizes as a exploratory research, performed by means of a multicase study, that is, of transisted process in judged in Cartório Distribuidor do Forum de Goiânia (Distributor Record Office of Goiânia's Fórum). Thus, approaches, firstly, the scientific basement of the judge account investigations, specially the caution investigation. Offers a view of the emergence of the account investigations, in special in Brazil, also presenting the ideal performance of the auditor and his assistants. Emphasizes concepts and experiences of several authors of the area of account judicial investigations. Still concerns, the types of account investigations that exists with its respectives subdivisions. Enrolls the specific legislation of the judicial investigations, mainly the Code of the Civil Process, the Brazilian Rules of Accounting and the Failure Laws. After the bibliographic review, is conducted to the description and to the multicase analysis. Presents five case studies, three of the nature of failure, two of the nature of inventaries, followed with division of immovables. The characterization of the account judicial caution investigation is made by means of the failure processes and also by inventaries followed with division of immovables. Brings, too, observations about the account investigation methodology, its structure and its content. In these case studies are evidenced the necessity, as well as the involved parts request the realization of the caution investigation or judicial investigation of future, as the own justice to determine. Finally, presents a methodology of elaboration of investigation of future, as well as the understanding of the patrimony and forms of control to safeguard it. Concludes in relation to the proposal goals, besides to propose some sugestions of the possibilities of the better utilization of the caution investigation, including recommendation to new studies, that have the same object.

Key Words: methodology of elaboration of investigation; account judicial caution investigation; patrimony.

SUMÁRIO

| | |
|--|-----------|
| LISTA DE FIGURAS..... | 10 |
| LISTA DE QUADROS..... | 11 |
| LISTA DE REDUÇÕES..... | 12 |
| 1 INTRODUÇÃO..... | 13 |
| 1.1 Tema e problema..... | 14 |
| 1.2 Objetivos..... | 15 |
| 1.3 Justificativa do estudo..... | 15 |
| 1.4 Metodologia da pesquisa..... | 17 |
| 1.5 Organização do trabalho..... | 19 |
| 2 FUNDAMENTOS TEÓRICOS DA PERÍCIA CONTÁBIL..... | 20 |
| 2.1 Aspectos gerais da perícia contábil..... | 22 |
| 2.1.1 O surgimento das perícias contábeis..... | 24 |
| 2.1.2 As perícias contábeis no Brasil..... | 25 |
| 2.1.3 A legislação básica das perícias contábeis..... | 26 |
| 2.1.4 O perito contábil..... | 28 |
| 2.1.5 As qualidades obrigatórias do perito contábil..... | 30 |
| 2.1.6 O aspecto social das perícias..... | 36 |
| 2.2 Tipos de perícia..... | 37 |
| 2.2.1 Perícia judicial..... | 37 |
| 2.2.2 Perícia semijudicial..... | 40 |
| 2.2.3 Perícia extrajudicial..... | 41 |
| 2.2.4 Perícia arbitral..... | 42 |
| 2.2.5 Perícia administrativa..... | 43 |
| 2.3 Caracterização da perícia contábil judicial cautelar..... | 44 |
| 2.3.1 Perícia contábil em falências..... | 46 |
| 2.3.1.1 Significado de falência..... | 46 |
| 2.3.1.2 Rotina do processo falimentar..... | 48 |
| 2.3.2 Perícia contábil em concordatas..... | 53 |
| 2.3.3 Perícia contábil em inventários e partilhas de bens..... | 57 |
| 2.4 Metodologia de perícia contábil..... | 59 |
| 2.4.1 Estrutura..... | 60 |
| 2.4.2 Conteúdo..... | 62 |
| 3 DESCRIÇÃO E ANÁLISE DE PROCESSOS DE PERÍCIA CONTÁBIL JUDICIAL CAUTELAR..... | 65 |
| 3.1 Descrição sintética do objeto dos processos de perícia..... | 65 |
| 3.1.1 Descrição dos processos pesquisados..... | 66 |
| 3.1.1.1 Estudo de caso n. 1..... | 67 |
| 3.1.1.2 Estudo de caso n. 2..... | 71 |
| 3.1.1.3 Estudo de caso n. 3..... | 78 |
| 3.1.1.4 Estudo de caso n. 4..... | 81 |
| 3.1.1.5 Estudo de caso n. 5..... | 84 |
| 3.1.2 Análise do objeto dos processos estudados..... | 88 |
| 3.1.2.1 Estudo de caso n. 1..... | 89 |
| 3.1.2.2 Estudo de caso n. 2..... | 90 |

| | |
|--|------------|
| 3.1.2.3 Estudo de caso n. 3..... | 91 |
| 3.1.2.4 Estudo de caso n. 4..... | 92 |
| 3.1.2.5 Estudo de caso n. 5..... | 92 |
| 3.2 Estrutura das perícias contábeis judiciais cautelares investigadas..... | 93 |
| 3.2.1 Estudos de caso n. 1 e 3..... | 94 |
| 3.2.2 Estudos de caso n. 2 e 5..... | 95 |
| 3.2.3 Estudo de caso n. 4..... | 95 |
| 3.2.4 Análise da estrutura do laudo pericial dos casos estudados..... | 96 |
| 3.2.4.1 Estudo de caso n. 1..... | 96 |
| 3.2.4.2 Estudo de caso n. 2..... | 97 |
| 3.2.4.3 Estudo de caso n. 3..... | 98 |
| 3.2.4.4 Estudo de caso n. 4..... | 99 |
| 3.2.4.5 Estudo de caso n. 5..... | 99 |
| 3.3 Conteúdo de perícias contábeis judiciais cautelares investigadas..... | 100 |
| 3.3.1 Estudo de caso n. 1..... | 101 |
| 3.3.2 Estudos de caso n. 2 e 5..... | 102 |
| 3.3.3 Estudo de caso n. 3..... | 103 |
| 3.3.4 Estudo de caso n. 4..... | 104 |
| 3.3.5 Análise do conteúdo do laudo pericial dos casos estudados..... | 105 |
| 3.3.5.1 Estudo de caso n. 1..... | 105 |
| 3.3.5.2 Estudo de caso n. 2..... | 106 |
| 3.3.5.3 Estudo de caso n. 3..... | 106 |
| 3.3.5.4 Estudo de caso n. 4..... | 107 |
| 3.3.5.5 Estudo de caso n. 5..... | 107 |
| 4 METODOLOGIA DE ELABORAÇÃO DE PERÍCIA CONTÁBIL JUDICIAL CAUTELAR PARA SALVAGUARDA DO PATRIMÔNIO DE ENTIDADE..... | 109 |
| 4.1 Entendimento de patrimônio de entidade..... | 110 |
| 4.2 Controles de salvaguarda do patrimônio de entidade..... | 111 |
| 4.3 Rotinas de procedimentos do processo de perícia contábil judicial cautelar..... | 112 |
| 4.3.1 Nomeação do perito..... | 113 |
| 4.3.2 Retirada do processo do cartório..... | 114 |
| 4.3.3 Levantamento da situação..... | 114 |
| 4.3.4 Análises de controle..... | 116 |
| 4.3.5 Elaboração do laudo..... | 116 |
| 4.3.6 Entrega do laudo à justiça..... | 118 |
| 4.4 Metodologia de elaboração de perícia contábil judicial cautelar..... | 119 |
| 4.4.1 Leitura do processo e dos quesitos..... | 120 |
| 4.4.2 Verificação dos controles contábeis..... | 121 |
| 4.4.3 Análise do patrimônio da entidade à luz dos quesitos..... | 122 |
| 4.4.4 Elaboração do laudo pericial..... | 123 |
| 4.5 Cotejando a proposta com os laudos analisados..... | 124 |
| 5 CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES..... | 126 |
| 5.1 Conclusões..... | 126 |
| 5.2 Recomendações..... | 128 |
| REFERÊNCIAS..... | 129 |
| APÊNDICE A – Processos pesquisados nas Varas Cíveis da Comarca de Goiânia | 134 |

LISTA DE FIGURAS

| | |
|---|-----|
| Figura 1 – Esquema da rotina quando o credor inicia o processo de falência. | 49 |
| Figura 2 – Esquema de rotina quando ocorre o processo de autofalência..... | 50 |
| Figura 3 – Esquema de tramitação dos processos de perícias contábeis judiciais cautelares..... | 120 |

LISTA DE QUADROS

| | | | |
|-----------|---|--|----|
| Quadro 1 | – | Títulos alegados como inadimplentes – estudo de caso n. 1 | 67 |
| Quadro 2 | – | Rol de bens apresentado pelo inventariante para partilha de bens – Estudo de caso n. 2 | 72 |
| Quadro 3 | – | Plano de partilha dos bens apresentado pelo inventariante – Estudo de caso n. 2 | 74 |
| Quadro 4 | – | Novo plano de partilha de bens entre os herdeiros – Estudo de caso n. 2 | 77 |
| Quadro 5 | – | Títulos alegados como inadimplentes – Estudo de caso n. 3 | 78 |
| Quadro 6 | – | Títulos alegados como inadimplentes – Estudo de caso n. 4 | 81 |
| Quadro 7 | – | Rol de bens inseridos na petição inicial deixados pela 1ª <i>de cujus</i> – Estudo de caso n. 5 | 84 |
| Quadro 8 | – | Rol de bens inseridos na petição inicial deixados pelo 2º <i>de cujus</i> – Estudo de caso n. 5 | 85 |
| Quadro 9 | – | Novo rol para partilha de bens deixados pela 1ª <i>de cujus</i> – Estudo de caso n. 5 | 85 |
| Quadro 10 | – | Novo rol para partilha de bens deixados pelo 2º <i>de cujus</i> – Estudo de caso n. 5 | 86 |
| Quadro 11 | – | Novo plano de partilha de bens entre herdeiros – Estudo de caso n. 5 | 87 |
| Quadro 12 | – | Comparação dos valores entre os dois planos de partilha de bens | 90 |

LISTA DE REDUÇÕES

| | | |
|-------|---|---|
| CC | – | Código Civil |
| CCB | – | Código Comercial Brasileiro |
| CFC | – | Conselho Federal de Contabilidade |
| CP | – | Código Penal |
| CPC | – | Código de Processo Civil |
| CPF | – | Cadastro de Pessoa Física |
| CPP | – | Código de Processo Penal |
| CRC | – | Conselho Regional de Contabilidade |
| CRECI | – | Conselho Regional dos Corretores de Imóveis |
| DL | – | Decreto-lei |
| ITCD | – | Imposto s/Transferência Causa Mortis/Doação Quaisquer Bens/Direitos |
| LF | – | Lei de Falências |
| NBC | – | Norma Brasileira de Contabilidade |

1 INTRODUÇÃO

O contexto mundial está a exigir que as organizações alcancem competitividade máxima nos diversos ramos de negócios, exigência provocada principalmente por uma economia globalizada. Essa globalização dos mercados fez que as empresas se adaptassem a uma nova e diferente realidade, buscassem, em estado de emergência, novas tecnologias da informação, se ajustassem às condições de competitividade, quebrando paradigmas aplicados durante muitos anos aos costumes não só brasileiros, mas também mundiais.

Na percepção de Lima e Beuren (2000, p.143), este assunto pode ser visto da seguinte maneira:

num mercado cada vez mais competitivo, verifica-se não apenas ameaças, mas oportunidades nas atividades econômicas, políticas e sociais. A globalização de mercados, a formação de blocos econômicos e as inovações tecnológicas são responsáveis, em grande parte, pela acelerada competição mundial.

Enquanto os negócios vão tornando-se cada dia mais competitivos, a rentabilidade desses e a lucratividade operacional das empresas ficam mais dependentes da competitividade. Isso obriga as empresas a elaborarem seus planos, acompanharem e controlarem a sua execução, bem como buscarem produtividade, qualidade e preço, para não se virem obrigadas ao encerramento prematuro de suas atividades. O mundo passa a conhecer novos paradigmas de gestão, novas estruturas organizacionais, enfim, novas técnicas de controle de gestão.

Os tradicionais instrumentos de controle de gestão aparentam insuficiências para assegurar a eficácia dos processos decisórios. Como ponto de apoio estratégico e operacional das empresas, a Contabilidade e os seus diversos tipos de controles tiveram de adaptar-se à nova orientação, que anteriormente era voltada praticamente ao controle patrimonial e de resultados. Passaram a ter importância significativa no controle do fortalecimento de atividades que agregam valores ou, até mesmo, na eliminação de atividades que não agregavam valor à economia das organizações.

Apesar de profundas mudanças na cultura da contabilidade, os sistemas de controle de patrimônio e também dos valores de resultados continuam a exigir adequado gerenciamento, por se tratar de riquezas que merecem todo o cuidado e atenção. Nesse sentido, Alonso (1976, p.24) manifesta-se afirmando que “as prevenções devem repousar, principalmente, sobre a confiança inspirada por um sistema contábil adequado e um controle interno adequado”.

Em que pese o trabalho pericial contábil não ser somente preventivo, não se descarta, em momento algum, a possibilidade de utilizar sistemas de controles que possam traduzir em confiança, particularmente os alicerçados nos ditames que consubstanciam a Contabilidade.

1.1 TEMA E PROBLEMA

Dentre as atividades da Contabilidade encarregadas de controlar e salvaguardar o patrimônio das entidades está a perícia contábil, que apresentada de forma judicial, ou não, merece que seja depositada a confiança sobre o seu posicionamento. Esta idéia é reforçada pelo Código de Processo Civil, que a trata, em seu art. 139, como uma atividade que possui atribuições determinadas pelas normas de organização judiciária, com papel importante no auxílio à Justiça, nos deslindes das causas.

Com referência à perícia judicial, Rodrigues (1985, p.08) menciona que:

a perícia judicial é uma medida de instrução necessitando de investigações complexas, confiadas pelo juiz, em virtude de seu poder soberano de apreciação, a um especialista, a fim de que ele informe sobre as questões puramente técnicas excedentes de sua competência e seus conhecimentos.

Para o desenvolvimento da atividade pericial contábil, a Justiça nomeia um contador de sua confiança, denominado perito contábil judicial e as partes litigantes, a seu critério, podem indicar também um contador, denominado perito assistente, para acompanhar a execução dos trabalhos periciais.

De acordo com Neves (2000, p.11) “a perícia pode ser determinada na fase do conhecimento do processo, elucidando o fato para convicção no julgamento do mérito”. Entende, também, que pode ser realizada em outros momentos, antes da seção de julgamento, dependendo da época em que o Juiz a julgar necessária para esclarecimentos dos fatos.

Dessa forma, a perícia contábil é uma especialidade da Contabilidade e funciona como auxiliar da Justiça, já que o Magistrado apóia-se, normalmente, nas informações contidas no laudo pericial para prolatar sua sentença.

O perito contábil judicial depara muitas vezes com dificuldade sobre a forma como deve proceder na elaboração da perícia contábil cautelar para salvaguardar o patrimônio de entidade, principalmente se o profissional estiver iniciando sua carreira. Mesmo para os peritos mais experientes as dificuldades podem acontecer, tendo em vista a especificidade da natureza de cada ação. Necessário se faz que a educação continuada esteja presente na rotina das atividades dos profissionais.

É importante que seja definida uma metodologia especialmente voltada para a perícia cautelar, tendo em vista que a sua ocorrência é menor, em relação a outras perícias judiciais, o que dificulta uma certa padronização dos trabalhos.

Diante do abordado, elaborou-se a seguinte questão-problema: *Que metodologia pode ser utilizada na elaboração de perícia contábil judicial cautelar com a finalidade de salvaguardar o patrimônio de entidade?*

1.2 OBJETIVOS

O objetivo geral do trabalho é propor uma metodologia de elaboração de perícia contábil judicial cautelar com a finalidade de salvaguardar o patrimônio de entidade.

Com base no objetivo geral, elaboram-se os seguintes objetivos específicos:

- a) levantar os diferentes tipos de perícia abordados na literatura pertinente;
- b) caracterizar as perícias contábeis judiciais cautelares na perspectiva de salvaguarda do patrimônio de entidade;
- c) analisar processos de perícia cautelar no seu objeto, estrutura e conteúdo e
- d) apresentar uma metodologia de para o processo de perícia contábil judicial cautelar.

1.3 JUSTIFICATIVA DO ESTUDO

A perícia contábil é prerrogativa do profissional que tem o título de Bacharel em Ciências Contábeis e que esteja registrado no Conselho Regional de Contabilidade. No entanto, isto não é suficiente. Cabe ao contador possuir conhecimentos especializados no assunto a ser estudado e esclarecido, para dar suporte à decisão do Juiz, em processos judiciais, ou ao tomador de decisões em processos extrajudiciais.

Trata-se de uma especialização da Contabilidade, que requer um universo diversificado de conhecimentos, não bastando somente a formação acadêmica do profissional contábil, mas também a capacidade de aplicação dos conhecimentos exigidos na perícia.

Lopes de Sá (2002, p.21) assegura que “o perito contábil precisa ser um profissional habilitado, legal, cultural e intelectualmente, e exercer virtudes morais e éticas com total compromisso com a verdade”.

O momento atual está cada vez mais a exigir o aprimoramento das profissões. Com a Contabilidade não é diferente, pois, em época alguma, a renovação dos conhecimentos assim como novas descobertas se deram de forma tão intensa. Por isso mesmo, o profissional não pode acomodar-se, deve sempre atualizar os seus conhecimentos teóricos e empíricos.

No que concerne à atualização de conhecimentos, a Resolução n. 857 de 21 de outubro de 1999, do Conselho Federal de Contabilidade, que aprova a NBC P-2, em seu item 2.2.1, já

se manifesta, propondo a obrigatoriedade de participação dos profissionais em programas específicos de atualização de conhecimentos, ou seja, a educação continuada. O item 2.9.1, da mesma norma profissional, diz que “o perito-contador e o perito-contador assistente, no exercício de suas atividades, devem comprovar a participação em programa de educação continuada, na forma a ser regulamentada pelo Conselho Federal de Contabilidade”.

Certamente, com isso, o perito contábil será beneficiado, podendo levar ao Poder Judiciário laudos com a qualidade requerida, que não possuam vícios, incertezas, dúvidas ou obscuridades naqueles litígios que pretende esclarecer. Tal atitude é importante para que os usuários da perícia, como os próprios peritos, juízes, advogados das partes envolvidas e também os litigantes, possam enxergar onde inicia o direito de uma das partes e onde termina o direito da outra parte.

De acordo com Schmidt (2000, p.4), existem poucas obras sobre o assunto perícia contábil. Cita que “o espaço existente para obras neste campo específico do conhecimento é imenso, pois poucos foram aqueles que, em algum momento, deixaram sua contribuição para os que se iniciam nesta carreira”.

Nesse sentido, Lopes de Sá (2002, p.11) afirma que “a escassa literatura sobre o assunto, quer em livros, quer em artigos, não só no Brasil, mas também internacionalmente, muito responsabiliza a nós, autores de livros sobre assuntos periciais, para que possamos manter abrangência e atualidade como metodologia de base”.

Talvez uma das razões para a escassez de obras sobre este assunto seja o curto período de tempo em que se tornou disciplina obrigatória no currículo mínimo do Curso de Ciências Contábeis, conforme previsto na Resolução 03/92 do Conselho Federal de Educação. Também são poucos os cursos *lato sensu* em Perícia Contábil, ofertados por Instituições de Ensino Superior, ficando o assunto relegado a alguns profissionais no mercado de trabalho.

O presente trabalho pode significar a valorização da atividade pericial, uma vez que com ele procura-se contribuir para a melhoria do processo de realização de perícias de suporte à decisão de juízes. Serve, também, de apoio aos profissionais que buscam o aprimoramento da qualidade de seus laudos e relatórios, já que apresenta uma metodologia de perícia contábil judicial cautelar.

Além disso, este trabalho pode auxiliar o Poder Judiciário, que é o principal usuário da perícia, bem como os advogados e outros profissionais do ramo, com atividades que necessitem de maiores esclarecimentos aos litigantes das diversas controvérsias em que estiver inserida a perícia contábil judicial cautelar.

Na prática, os profissionais usuários poderão colher informações de ordem legal e técnica, que estão catalogadas ao longo deste trabalho, servindo de orientação para a elaboração da perícia contábil judicial cautelar, na formação da opinião do perito contábil e, também, dos usuários da perícia.

1.4 METODOLOGIA DA PESQUISA

Em todos os momentos procurou-se um método que levasse a responder às questão-problema formulada no presente trabalho. Gil (1999, p. 26) esclarece que:

para que um conhecimento possa ser considerado científico, torna-se necessário identificar as operações mentais e técnicas que possibilitam a sua verificação. Ou, em outras palavras, determinar o método que possibilitou chegar a esse conhecimento.

Neste sentido, a pesquisa constitui um estudo exploratório. Segundo Gil (1999, p.43), “a pesquisa exploratória tem como finalidade desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e idéias, tendo em vista a formulação de problemas mais preciosos ou hipóteses pesquisáveis para estudos posteriores”.

A perspectiva exploratória pode ser justificada tendo em vista as respostas que se buscou alcançar por meio de pesquisas em processos judiciais, transitados em julgado, provenientes do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás, no sentido de propor uma metodologia para a elaboração da perícia contábil judicial cautelar, aplicada pelo sistema contábil do Brasil.

A abordagem do estudo é de natureza qualitativa, já que é voltado para um melhor conhecimento e aprofundamento da vivência prática nas perícias judiciais contábeis cautelares. Com relação à pesquisa qualitativa, Minayo (1994, p.21-22) aduz que:

a pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares [...] ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis.

A pesquisa exploratória de natureza qualitativa foi realizada por meio de um estudo de multicasos. Triviños (1987, p.133) afirma que “estudo de caso é uma categoria de pesquisa cujo objeto é uma *unidade* que se analisa profundamente”. Na visão de Gil (2000 p.125) “os estudos de caso podem ser constituídos de um único quanto de múltiplos casos”. Cita ainda, que “a utilização de múltiplos casos é a situação mais freqüente nas pesquisas sociais. Considera que a utilização de múltiplos casos proporciona evidências inseridas em diferentes contextos, concorrendo para a elaboração de uma pesquisa de melhor qualidade”. Os

multicasos ou múltiplos casos, da presente pesquisa consistem de processos judiciais transitados em julgado do Cartório Distribuidor do Fórum de Goiânia.

No início desta pesquisa, houve dificuldades para conseguir autorização das autoridades judiciárias, para acesso aos processos julgados. Muito tempo passou sem que se obtivesse êxito no pleito. Finalmente, no mês de novembro de 2002, o Cartório Distribuidor do Fórum de Goiânia permitiu que se manuseassem, ali mesmo, os processos transitados em julgado. Após alguns dias de pesquisas, o Cartório Distribuidor consentiu, sob termo de responsabilidade, a retirada de trinta e cinco processos, contendo ações de várias naturezas, envolvendo sete varas cíveis da Comarca de Goiânia. Salienta-se que não houve critério por parte do Cartório Distribuidor em repassar aqueles trinta e cinco processos. Eram processos já transitados em julgado e aguardavam, naquele setor do judiciário, o seu arquivamento.

Desses 35 processos, estabeleceu-se o critério de selecionar somente aqueles que possuíssem trabalhos periciais, de preferência em assuntos falimentares e em inventários. Com essas duas características foram selecionados somente quatro processos. Dois de cada natureza. Incorporou-se mais um, de falência, para estudos e comparações, mesmo sem trabalhos de peritos.

A pesquisa foi desenvolvida, observando-se 5 estudos de processos junto a três Varas Cíveis da Comarca de Goiânia. Desses processos, um de origem da 3ª Vara Cível e um da 4ª Vara Cível, eram de inventários, e três processos, da 11ª Vara Cível, de natureza de falência. A partir daí, iniciou-se os trabalhos de estudos e análises sobre a estrutura e o conteúdo das perícias contábeis judiciais cautelares, aplicadas àqueles processos de falências e concordatas e também aos processos de inventários, precedidas com a partilha de bens.

A verificação dos dados coletados deu-se por meio de análise documental. Richardson (1999, p.230) afirma que a “análise documental consiste em uma série de operações que visam estudar e analisar um ou vários documentos para descobrir as circunstâncias sociais econômicas com as quais podem estar relacionados”. O autor considera que a análise documental trabalha sobre os documentos, essa análise é de conteúdo sobre as mensagens, é essencialmente temática e o objetivo básico da análise documental é a determinação fiel dos fenômenos sociais.

Apesar do rigor metodológico imposto ao trabalho, algumas limitações precisam ser citadas decorrentes do delineamento da pesquisa. Pela amostra de processos judiciais coletadas junto ao Fórum de Goiânia, nota-se que o critério foi o de acessibilidade, que segundo Ferreira significa facilidade na aproximação e, portanto, não se consegue apreciar a representatividade no todo. Além disso, os peritos responsáveis pelos laudos constantes dos

cinco processos estudados não são representativos do total de profissionais que realizam esse tipo de atividade para o Fórum de Goiânia. Os resultados da pesquisa, portanto, se restringem aos casos estudados.

1.5 ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO

Tomando-se por base o problema de pesquisa e os objetivos deste trabalho, ele foi dividido em cinco capítulos.

O primeiro capítulo apresenta a introdução do estudo, enfatizando aspectos relevantes para o seu entendimento. Contempla-se o tema e o problema de pesquisa estudado, os objetivos geral e específicos, a justificativa do estudo, a metodologia da pesquisa e a organização do trabalho.

No segundo capítulo, apresentam-se os fundamentos teóricos do estudo. Assim, preocupou-se em dar uma visão da atividade pericial, abordando a história da perícia e, em especial, a perícia no Brasil. Além disso, tratou-se da legislação específica do profissional contador no desenvolvimento da atividade e do aspecto social das perícias contábeis. Na sequência, caracterizaram-se os tipos de perícia e, em particular, as perícias judiciais de futuro, também conhecidas como perícias cautelares. Por último, discorreu-se sobre a metodologia de elaboração de perícia contábil, com ênfase na sua estrutura e conteúdo.

O terceiro capítulo apresenta a descrição e análise de processos de perícia contábil judicial cautelar, com a síntese do objeto dos processos de perícia. Foram selecionados cinco processos relacionados com a perícia contábil judicial cautelar, em processos reais, pesquisados no Fórum da Comarca de Goiânia. Em seguida, é apresentada a estrutura e o conteúdo das perícias contábeis judiciais cautelares investigadas. Por último, faz-se uma análise conjunta dos processos que constituem o estudo multicasos.

No quarto capítulo sugere-se uma metodologia para elaboração de perícia contábil judicial cautelar, para salvaguarda do patrimônio de entidades. Inicia-se com o entendimento de patrimônio e formas de controles para salvaguardar o patrimônio das entidades. Adicionalmente, evidencia-se a metodologia de tal elaboração. Por último mostra-se a proposta de perícia contábil judicial cautelar.

Finalmente, no quinto capítulo são expostas as conclusões da pesquisa realizada, bem como recomendações para futuros trabalhos sobre o tema.

2 FUNDAMENTOS TEÓRICOS DA PERÍCIA CONTÁBIL

A Contabilidade é uma ciência que estuda e controla o patrimônio, com o fim de oferecer informações sobre a composição patrimonial e também sobre suas variações. Basicamente a finalidade da Contabilidade é a de garantir o controle do patrimônio da entidade.

Sobre o campo de atuação dessa área do conhecimento, Iudícibus et al. (1998, p.21) mencionam que:

a Contabilidade, na qualidade de ciência aplicada, com metodologia especialmente concebida para captar, registrar, acumular, resumir e interpretar os fenômenos que afetam as situações patrimoniais, financeiras e econômicas de qualquer ente seja este pessoa física, entidade de finalidades não lucrativas, empresa, seja mesmo pessoa de Direito Público, tais como Estado, Município, União, Autarquia etc., tem um campo de atuação circunscrito às entidades supramencionadas, o que equivale a dizer muito amplo.

Assim, a Contabilidade, como ciência, passou a ser considerada como um conjunto ordenado de conhecimentos com objeto de estudo e campo de aplicação bem definidos. Seu objeto de estudo é o patrimônio, e seu campo de aplicação, o das entidades econômico-administrativas.

Na visão de Franco (1992, p.20), “a finalidade da contabilidade é estudar e controlar o patrimônio, para fornecer informações sobre sua composição e variações, bem como sobre o resultado econômico decorrente da gestão da riqueza patrimonial”. Esclarece que a Contabilidade, além de orientar a ação administrativa no controle de seu patrimônio, norteia suas tomadas de decisões na aplicação de uma maior eficiência na gestão econômica da entidade.

Para Iudícibus et al. (1998, p.24), a Contabilidade possui duas finalidades básicas: a de controle e a de planejamento. O controle “é um processo pelo qual a alta administração se certifica, na medida do possível, de que a organização está agindo em conformidade com os planos e políticas traçados pelos donos de capital e pela própria alta administração”. Por outro lado, o planejamento “é o processo de decidir que curso de ação deverá ser tomado para o futuro”.

É importante observar também que a Contabilidade, ao exercer a função de estudar e controlar o patrimônio, pratica um papel social. Esse papel social é o resguardar os interesses, não só dos administradores de uma empresa, mas também da sociedade envolvida, de forma direta ou indireta, no processo econômico e patrimonial. Pode-se dizer o mesmo sobre terceiros que têm interesses vinculados ao patrimônio, como investidores, fornecedores,

financiadores, governo e, ainda, outras pessoas que mantêm vínculos com a empresa, como funcionários, debenturistas e acionistas. Eles devem estar protegidos por esse papel social da Contabilidade.

No que concerne à viabilização de sua finalidade, Franco (1992, p.19-20) diz que

a contabilidade alcança sua finalidade por meio do registro de todos os fatos relacionados com a formação, a movimentação e as variações do patrimônio administrado, vinculado à entidade, com o fim de assegurar seu controle e fornecer a seus administradores as informações necessárias à ação administrativa, bem como a seus titulares e demais pessoas com ele relacionadas, as informações sobre o estado patrimonial e o resultado das atividades desenvolvidas pela entidade para alcançar seus fins.

Então, a Contabilidade utiliza-se de técnicas específicas para a consecução de sua finalidade e confirma a exatidão dos valores registrados e controlados, por meios que lhe são próprios. Horgren, Foster e Datar (2000, p.02) afirmam que:

o sistema contábil é o principal – mais confiável – sistema de informação quantitativo em quase todas as organizações. Este sistema deveria fornecer informações para cinco seguintes objetivos:

1) formulação de estratégias gerais e dos planos de longo prazo; 2) decisões de alocação de recursos com ênfase no produto e no cliente, tanto quanto no preço; 3) planejamento e controle de custo das operações e atividades; 4) mensuração da performance e avaliação das pessoas; 5) adequação com a regulamentação externa e as exigências legais de publicação dos demonstrativos.

A Contabilidade, todavia, não se aplica somente às entidades organizadas, chamadas pessoas jurídicas. Pode também ser aplicada ao patrimônio particular das pessoas físicas, como forma de controle. Nesse sentido, Iudícibus et al. (1998, p.21) afirmam que, “hoje, o método tem aplicação a qualquer tipo de pessoa, física ou jurídica, com finalidades lucrativas ou não, que tenha necessidade de exercer atividades econômicas para alcançar suas finalidades, mesmo que tais atividades econômicas não sejam atividades-fim”.

Pode-se asseverar também que a Contabilidade tem a função de fornecer diversos tipos de informações a vários grupos de pessoas, cujos interesses nem sempre são os mesmos, porém sem características conflitantes. Dentre eles, podem ser citados os próprios acionistas da empresa, os administradores, os debenturistas, os aplicadores em ações no mercado financeiro, os bancos, os governos federal, estaduais e municipais, incluindo-se, ainda, os empregados e a sociedade em geral.

A Contabilidade iniciou-se em uma perspectiva geral, voltada aos registros, mas com o tempo foi diversificando suas especialidades, das quais a perícia é uma delas. Lopes de Sá (2002, p.13) expõe que:

a contabilidade possui diversas aplicações; logo, diversas tecnologias. Até o século XVIII, existiam *Técnicas Contábeis*, que provinham de exercícios milenares da

profissão contábil. Isto porque, o conhecimento estava, ainda, em sua fase empírica e as aplicações eram 'subjetivas', ou seja, o feito de cada profissional.

Vale destacar que o avanço das técnicas, na perspectiva contábil, vem acompanhando a evolução do ambiente onde se insere. As primeiras técnicas provêm do empirismo dos profissionais, mais adiante surgiram dos preceitos da ciência. Entre as tecnologias contábeis estão: a escrituração, a auditoria, a perícia contábil, entre outras.

A perícia é uma tecnologia contábil que tem a finalidade de esclarecer os fatos e/ou diminuir as dúvidas de uma determinada questão ou pendência, facilitando aos árbitros prolatarem suas sentenças sem tendências ou prejuízos para as partes envolvidas. Os fatos estudados devem ser esclarecidos por intermédio das perícias, elaboradas e relatadas por profissional habilitado, com conhecimento suficiente sobre aquilo que esteja trabalhando e sempre pautado na ética, moralidade, imparcialidade e justiça.

Pode-se dizer, portanto, que a perícia contábil é um instrumento de suma importância para a elucidação dos fatos referentes a questões judiciais e extrajudiciais. É valiosa também para o aprimoramento de sistemas de controles, quando há entendimento entre as partes, sobre a necessidade de sua realização para salvaguardar o patrimônio pertencente a uma pessoa ou grupo de pessoas ou a uma entidade.

2.1 ASPECTOS GERAIS DA PERÍCIA CONTÁBIL

A perícia contábil, objeto deste estudo, é apresentada por meio de laudos periciais, elaborados com base em procedimentos técnicos, esclarecendo a verdade de fatos contestados por pessoas interessadas. Os especialistas do assunto examinam os fatos, por meio de suas análises e conclusões expressas no laudo. Normalmente, esses laudos servem como meio de prova pela qual o Juiz busca conhecer o assunto ou fortalecer sua opinião, para solucionar determinados litígios em processos judiciais e a seguir prolatar sua sentença.

Jesus (2000, p.2) alerta que:

as provas, quando corretamente apresentadas e interpretadas apropriadamente, tornam-se importantes peças para serem utilizadas em um julgamento. Embora possam sofrer um exame profundo, continuarão fortalecidos o suficiente para auxiliarem uma decisão judicial.

A palavra perícia é, conforme Lopes de Sá (2002), de origem latina (*peritia*). O seu significado é o conhecimento aliado a uma tecnologia. Para Moraes e França (2000, p.29) significa “pesquisa, exame, acerca da verdade dos fatos, efetuada por pessoa de reconhecida habilidade ou experiência na matéria investigada”.

Dentro da visão da Contabilidade, a perícia contábil é uma tecnologia contábil, cujos procedimentos se aplicam de acordo com cada caso. Com relação ao significado de perícia, D'Áurea (1962, p.121) expressa:

perícia é o conhecimento e experiência das coisas. A função pericial é, portanto, aquela pela qual uma pessoa conhecedora e experimentada em certas matérias e assuntos examina as coisas e os fatos, reportando sua autenticidade e opinando sobre as causas, essência e efeitos da matéria.

Alberto (2002, p.19) afirma que “perícia é um instrumento especial de constatação, prova ou demonstração, científica ou técnica, da veracidade de situações, coisas ou fatos”. Sustenta ainda que:

perícia é um modo definido e delimitado, é um instrumento, portanto, e, este, por sua vez é especial porque se concretiza por uma peça ou relatório com características formais, intrínsecas, também definidas (o laudo pericial). Esta peça contém, por outro lado, o resultado materializado, fundamentado cientificamente ou tecnicamente, dos procedimentos utilizados para constatação, prova ou demonstração conclusiva sobre a veracidade do estado do objeto sobre o qual recai.

Brandimiller (1996, p.25) entende que “perícia é o exame de situações ou fatos relacionados a coisas e pessoas praticada por especialista na matéria que lhe é submetida, com o objetivo de elucidar determinados aspectos técnicos”.

Segundo Magalhães et al. (1998, p.12-13), “entende-se por perícia o trabalho de notória especialização feito com o objetivo de obter prova ou opinião para orientar uma autoridade formal no julgamento de um fato, ou desfazer conflito em interesse de pessoas”. Ressaltam, entretanto, que:

a definição ou conceito de perícia ainda não foi objeto expresso em nossa legislação nem em nossas escassas fontes bibliográficas sobre o assunto. Não seria demais afirmar que nosso Código de Processo Civil, principal diploma legal que norteia o trabalho de perícia, ainda não a conceituou, embora estabeleça normas e procedimentos processuais, e quais as condições legais quanto à habilitação dos profissionais para o exercício da Perícia Judicial.

Ornelas (2000, p.33) explicita que “a perícia contábil inscreve-se num dos gêneros de prova pericial, ou seja, é uma das provas técnicas à disposição das pessoas naturais ou jurídicas, e serve como meio de prova de determinados fatos contábeis ou de questões contábeis controvertidas”.

Com base na definição do termo perícia, particularizando, Lopes de Sá (2002, p.14) explica que:

perícia contábil é a verificação de fatos ligados ao patrimônio individualizado visando oferecer opinião, mediante questão proposta. Para tal opinião realizam-se exames, vistorias, indagações, investigações, avaliações, arbitramentos, em suma todo e qualquer procedimento necessário à opinião.

Percebe-se, portanto, que para a elaboração de perícias contábeis se faz obrigatória a realização de procedimentos técnicos contábeis. Nesses procedimentos busca-se o equilíbrio

para estabelecer uma posição justa, alicerçada em comprovações que possam traduzir, efetivamente, um suporte técnico esclarecedor dos fatos, reforçando a opinião do juiz, ou desvendando os mistérios, corriqueiros nos processos judiciais. Feito assim, certamente a sentença será aplicada de forma correta, para que o litígio chegue ao final, praticando-se justiça.

2.1.1 O surgimento das perícias contábeis

Os indícios de perícia são observados desde os primórdios da civilização, entre os homens primitivos, quando o líder desempenhava todos os papéis de juiz, de legislador e executor. Alberto (2002, p.21) assevera que:

encontram-se vestígios de perícia, registrados e documentados na civilização do Egito Antigo, e do mesmo modo na Grécia Antiga, com o início da sistematização dos conhecimentos jurídicos, observando-se à época a utilização de especialistas em determinados campos para proceder à verificação e ao exame de determinadas matérias.

Salienta que a figura do perito, ainda que associada à do árbitro, fica definida no Direito Romano primitivo, no qual o laudo do perito constituía a própria sentença. O Juiz possuía o poder, por seus conhecimentos técnicos, de pronunciar-se sobre todos os fatos, proferindo sentenças baseadas em seus levantamentos sobre as causas, ou seja, o Magistrado era, ao mesmo tempo, perito e juiz. Dessa mesma maneira, pode-se inferir que o laudo do perito era a própria sentença, já que o Juiz e o perito eram uma figura única.

Para Alberto (2002), as pesquisas demonstram que, no decorrer do tempo, entre o Direito Romano primitivo e os tempos atuais, toda espécie de provas já foi aceita no Direito. Cita, como exemplos, as ordálias primitivas, quando os acusados recebiam a incumbência de provar suas inocências, enfrentando obstáculos superiores à própria capacidade de defesa da pessoa, acreditando-se que, por interferência de um ente superior, aqueles que não fossem culpados seriam salvos.

Tais tarefas, entretanto, eram impossíveis de ser concluídas sem que as pessoas sofressem fortes ferimentos ou até mesmo ser sucumbida pela morte. Cita também que, com a evolução do Direito, foram surgindo outras formas de esclarecimentos da verdade, como o juramento, que tinha validade apenas para o clero e altas autoridades, sobrepondo-se às provas de pessoas menos favorecidas pela sorte, por não pertencer àquele grupo. O duelo também era praticado entre o acusado e aquele especialmente selecionado para a incumbência, no intuito de, conseguida a vitória com as armas, estabelecer a verdade dos fatos ocorridos.

Após a Idade Média e com o desenvolvimento jurídico ocidental, a figura do perito desvinculou-se da figura do árbitro. No mundo atual, as provas admitidas no Direito nada têm a ver com aquelas provas produzidas ou apresentadas no passado.

No Brasil, o Código de Processo Civil, principal diploma legal da matéria, regula, por meio do art. 420, a produção de provas, como o depoimento pessoal, a confissão, testemunhas, documentos que comprovem os fatos, documentos legais, inspeções judiciais e a própria perícia. Segundo Alberto (2002, p.25), “prova é a demonstração que se faz, o modo, da existência, autenticidade e veracidade de um fato ou ato. Juridicamente, é meio de convencer o juízo da existência do fato em que se baseia o direito do postulante”.

As práticas periciais evidenciadas nos primórdios da civilização certamente não foram aplicadas no Brasil, pelo menos não se encontrou nenhum registro sobre tais fenômenos, até porque a História o revela como um País descoberto já na Era Moderna. A primeira regulamentação encontrada nas pesquisas sobre o assunto data de 1939, com a edição do Código de Processo Civil Brasileiro.

2.1.2 As perícias contábeis no Brasil

O Código de Processo Civil Brasileiro, aprovado pelo Decreto-lei n. 1.608/39, de 18 de setembro de 1939, já fazia referências a algumas regras de perícias, em seus art. 208 e 254, que já regulavam, entre elas a nomeação do perito pelo juiz e a indicação das partes.

Com a edição do Decreto-lei n. 8.579/46, de 08 de janeiro de 1946, significativas alterações foram notadas, principalmente nas regras de perícias. Tais regras, no entanto, só ficaram mais claras, com a edição do segundo CPC, aprovado pela Lei n. 5.869/73, de 11 de janeiro de 1973, principalmente em seu art. 145, que diz: “Quando a prova do fato depender do conhecimento técnico ou científico, o juiz será assistido por perito, segundo o disposto no artigo 421”.

Esse artigo foi alterado com a aprovação da Lei n. 7.270/84, de 10 de dezembro de 1984, que introduziu ao art. 145, do Código de Processo Civil, os parágrafos 1º, 2º e 3º, com a seguinte redação:

§ 1º Os peritos serão escolhidos entre os profissionais de nível universitário, devidamente inscritos no órgão de classe competente, respeitando o disposto no capítulo VI, seção VII deste Código.

§ 2º Os peritos comprovarão sua especialidade na matéria sobre que deverão opinar, mediante certidão do órgão profissional em que estiverem inscritos.

§ 3º Nas localidades onde não houver profissionais qualificados que preencham os requisitos dos parágrafos anteriores, a indicação dos peritos será de livre escolha do juiz.

Com a criação do Conselho Federal de Contabilidade, pela edição do Decreto-lei n. 9.295/46, de 27 de maio de 1946 e os respectivos Conselhos Regionais de Contabilidade, foi atribuída ao contador a realização das perícias contábeis claramente exposta nesse diploma legal, espelhado no art. 25:

art. 25 - São considerados trabalhos técnicos de contabilidade:

- a) organização e execução de serviços de contabilidade em geral;
- b) escrituração dos livros de contabilidade obrigatórios, bem como de todos os necessários no conjunto da organização contábil e levantamento dos respectivos balanços e demonstrações;
- c) perícias judiciais ou extrajudiciais, revisão de balanços e de contas em geral, verificação de haveres, revisão permanente ou periódica de escritas, regulações judiciais ou extrajudiciais de avarias grossas ou comuns, assistências aos Conselhos Fiscais das sociedades anônimas e quaisquer outras atribuições de natureza técnica conferidas por lei aos profissionais da contabilidade.

Complementando o entendimento, o mesmo Decreto-lei, em seu art. 26, estabelece: “Salvo direitos adquiridos *ex vi* do disposto no art. 2º do Decreto n. 21.033/32, de 8 de fevereiro de 1932, as atribuições definidas na alínea c do artigo anterior são privativas dos contadores diplomados”. Diante da legislação ora citada, fica evidenciado, de forma oficial, o reconhecimento da atividade de perícia contábil, no Brasil, como atribuída aos contadores.

Há de se ressaltar que com edição da Lei n. 10.406, de 10 de janeiro de 2002, foi instituído o novo Código Civil. Em matéria de procedimentos periciais cautelares, nada alterou em relação aos ditames anteriormente praticados. Esses procedimentos são orientados pelo Código de Processo Civil, instituídos pela Lei n. 5.869, de 11 de janeiro de 1973, ainda em vigor.

2.1.3 A legislação básica das perícias

O Código de Processo Civil, alterado em 08 de janeiro de 1946, com a promulgação do Decreto-lei n. 8.579/46, constitui o principal instrumento legal para realização das perícias no Brasil. Isso já era observado desde a edição do Código de Processo Civil de 1939, que já mencionava algumas regras de perícia contábil. Essas, todavia, tornaram-se mais claras com o Decreto-lei n. 8.579 de 1946, que lhes introduziu significativas alterações. Não se pode deixar de citar a importância da Lei Falimentar de 21 de junho de 1945, Decreto-lei n. 7.661/45, combinada com a Lei n. 4.983/66, de 18 de maio de 1966, para melhor definição dessas regras.

Posteriormente, em 11 de janeiro de 1973, foi promulgada a Lei n. 5.869/73, instituindo o novo Código de Processo Civil. Este CPC veio fortalecer a atividade pericial no Brasil abordando, de forma clara, a atuação dos profissionais nos deslindes das questões litigiosas. Salienta-se que este CPC ainda está vigorando no País.

Para Magalhães et al. (1998, p.11), as perícias judiciais tiveram “uma legislação ampla, clara e aplicável” somente em 1973, com as modificações que foram dadas ao Código de Processo Civil, por meio da Lei n. 5.869/73. Lembram que “a Legislação Trabalhista e o Direito Comercial também estão incluídos no contexto da atividade pericial, da mesma forma que as jurisprudências de natureza processual civil. É neste conjunto de normas e regras que estão inseridas aquelas que disciplinam a Perícia Contábil”.

Lopes de Sá (2002) refere-se à legislação de interesse do perito contábil, indicando os seguintes diplomas legais:

- a) Código do Processo Civil: artigos a serem observados pelo perito contábil: 33, 138 e 139, 145 a 147, 331, 420 a 443, 452 e 1206. Inclui, também os artigos que auxiliam a compreensão: 155 a 250, 332 a 419, 585, 680 a 685, 957, 1003 a 1011 e 1072 a 1102;
- b) Código Civil: artigos 136, 178 e 1133;
- c) Código Penal: artigos 279, 357 e 527;
- d) Código do Processo Penal: artigos 158, 184, 275, 423 e 527.

Vale lembrar que os artigos 136, 178 e o 1133 do Código Civil mencionados fazem parte da legislação de interesse do perito. Tendo em vista, porém, a nova versão do referido diploma legal, houve, conseqüentemente, uma alteração dessa numeração, ficando assim:

O Decreto-lei n. 9.295/46, citado anteriormente, em seu art. 25, letra “c” assegura ao contador prerrogativas de desenvolver as perícias contábeis. A Lei 7.270/84, de 10 de dezembro de 1984, introduziu ao Código de Processo Civil, em seu art. 145, a necessidade de que os peritos sejam escolhidos entre os profissionais de nível universitário, inscritos no órgão de classe competente. Faz uma alusão clara à atividade da perícia contábil como uma prerrogativa do contador.

As Normas Brasileiras de Contabilidade, particularmente a NBC-T-13, aprovada pela Resolução CFC n. 731/92, de 22 de outubro de 1992, e reformulada pela Resolução CFC n. 858, de 21 de outubro de 1999, em seu item 13.1.2, dizem: “a perícia contábil, tanto a judicial, como a extrajudicial e a arbitral, é de competência exclusiva de Contador registrado em Conselho Regional de Contabilidade”.

Nesse mesmo sentido, o item 13.1.3 da Resolução n. 858/99, de 21 de outubro de 1999, regula os casos em que as perícias elaboradas por empresas especializadas e em perícias interprofissionais, o responsável técnico das questões contábeis continua sendo de exclusividade do Contador. Tal regulamentação é entendida de forma abrangente e estende-se também ao profissional contábil indicado pelas partes, referido pela legislação como assistentes técnicos.

A NBC-P-2, aprovada pela Resolução CFC n. 733/92, de 22 de outubro de 1992, e reformulada pela Resolução CFC n. 857/99, de 21 de outubro de 1999, também deixa explícito, em seu item 2.1.1, que cabe ao contador o trabalho de perícia contábil: “Perito é o Contador regularmente registrado em Conselho Regional de Contabilidade, que exerce a atividade pericial de forma pessoal, devendo ser profundo conhecedor, por suas qualidades e experiência, da matéria periciada”.

Como se vê, a atividade de perícias contábeis possui uma legislação estruturada, delimitando o campo de atuação para os contadores, quer em perícias judiciais ou extrajudiciais. Ao mesmo tempo, apresenta as obrigações que devem ser cumpridas junto ao judiciário ou outros tipos de clientes. Enfim, apresenta um perfil do profissional que deve postular o desenvolvimento desse tipo de trabalho.

2.1.4 O perito contábil

O perito contábil é um profissional com bacharelado em Ciências Contábeis e devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade de seu Estado, na categoria de Contador. Deve possuir, além dos conhecimentos teóricos, experiência no campo prático da Contabilidade. Deve estar preparado para efetuar perícias em escritas contábeis e ser especialista da matéria objeto da lide.

É imprescindível, pois, que o perito seja um profissional com adequado preparo técnico, com visão de gestão e que tenha domínio profundo do assunto a ser periciado. A par desses conhecimentos técnico-contábeis, o perito judicial contábil só poderá desenvolver a contento o seu trabalho, se estiver inteirado da prática processual.

O laudo pericial contábil a ser preparado requer desenvolvimento da capacidade criativa e do espírito crítico, com base nas experiências passadas do perito contábil e nos fundamentos técnico-científicos. Ainda, deverá o perito contábil dominar o assunto jurídico em várias outras áreas. Dentre elas, destacam-se especificamente: a Matemática Financeira, a Economia, a Administração e o Direito.

A NBC P-2, aprovada pela Resolução CFC n. 857/99, de 21 de outubro de 1999, pelo Conselho Federal de Contabilidade, em seu item 2.2.1, preocupa-se com tal qualidade e prevê o seguinte:

o Contador, na função de perito-contador ou perito-contador assistente, deve manter adequado nível de competência profissional, pelo conhecimento atualizado de Contabilidade, das Normas Brasileiras de Contabilidade, das técnicas contábeis, especialmente as aplicáveis à perícia, na legislação relativa à profissão contábil e das normas jurídicas, atualizando-se permanentemente, mediante programas de capacitação, treinamento, educação continuada e especialização, realizando seus trabalhos com observância da equidade.

De um lado, o contador deve preocupar-se com a sua própria evolução profissional e com a sua imagem perante o usuário da perícia contábil, atendendo às exigências das Normas Brasileiras de Contabilidade. Por outro lado, deve ser cada dia mais exigente com o seu desempenho. Assim, estará mais bem preparado para atender aos reclames do Poder Judiciário, além de contribuir com o engrandecimento da categoria de contadores que fazem perícias.

Nesta mesma linha de raciocínio, Alberto (2002, p.64) refere que

além desta alta retenção dos conhecimentos adquiridos na formação básica do cientista contábil, para o pleno exercício da perícia contábil, [...] o profissional haverá que apropriar-se, autodidaticamente, do conhecimento de outras áreas, principalmente duas: do Direito e da Lógica. Os conhecimentos da primeira como roteiro à sombra do qual a maioria das perícias é realizada, e os da segunda como instrumento básico para se atender o objetivo geral de qualquer perícia, a verdade real.

Observou-se que a qualidade dos trabalhos periciais implica conhecer outros campos de formação, que não somente os contábeis. Na área do Direito, onde todas as perícias judiciais são peticionadas e também onde os resultados apresentados são apreciados, são revestidas de formalidades exigidas por esse campo de trabalho. Na Lógica, o especialista deve apresentar linha de raciocínio adequada, para entender as razões que levaram as partes a conflitarem. Antes de produzir o laudo ou o relatório, o perito-contador ou perito-contador assistente deverá estar convicto sobre os fenômenos que auxiliarão no deslinde da causa.

O mercado está tornando-se cada vez mais exigente, obrigando os profissionais das diversas áreas a aprimorarem seus conhecimentos técnicos e científicos, a fim de manterem sua empregabilidade. Não menos importante é hoje a atitude comportamental em relação às questões éticas, o que tem sido um diferencial no desempenho do profissional. A ética é o alicerce para que as pessoas de uma forma geral exerçam sua profissão.

Assim, as organizações e os indivíduos devem primar pela ética nas relações sociais e, principalmente, nas profissionais. Logo, para que o contador possa desempenhar as funções periciais, deve ser portador de várias qualidades, com destaque à ética.

2.1.5 As qualidades obrigatórias do perito contábil

O perito contábil é o profissional, que, enquadrado nas exigências legais previstas para o exercício da função, busca auxiliar o Juiz no que se refere à verificação ou apreciação daqueles fatos da causa que para tal exijam conhecimentos especiais ou técnicos. Além dos conhecimentos técnicos de sua especialidade, o perito deve ter um conjunto de qualidades morais e comportamentais que lhe poderão dar a reputação necessária para ser preferido pelas partes interessadas e pelas autoridades judiciais.

Do ponto de vista das qualidades especiais que o perito contábil deve ser possuidor, D'Áurea (1962, p.35) assim aduz:

resumem no perito a competência técnica de sua especialidade, a experiência da função e as qualidades morais, formando um conjunto de requisitos que lhe dão a reputação necessária para ser preferido pelas partes interessadas e pelas autoridades judiciárias.

Esse conjunto de qualidades fortalece a confiança que a justiça deposita no profissional, elevando o grau de sua aceitação, confiança e também a preferência no momento da definição do nome do profissional selecionado para o trabalho.

Nesta perspectiva, também Moraes e França (2000) apresentam diversas qualidades especiais exigidas de um perito, entre as quais destacam as seguintes: competência, diligências, discrição, imparcialidade, independência, honestidade, justiça, paciência, perspicácia e respeito.

a) Competência

A perícia é um importante ramo da Contabilidade, cuja realização requer profissionais especializados e capazes de esclarecer a questão periciada com imparcialidade e correção. A competência é, pois, das mais importantes qualidades que o perito deve possuir. Do perito-contador exige-se uma base conceitual razoavelmente sólida e uma visão dinâmica e clara de como se desenvolve e se viabiliza o trabalho pericial.

Ademais, como a execução da perícia contábil requer a utilização de um conjunto de procedimentos técnicos, é necessário que o perito os domine plenamente. Dentre esses procedimentos, incluem-se: pesquisas, diligências, levantamentos de dados, análises, cálculos,

etc, por meio de exame, vistoria, indagação, investigação, arbitramento, mensuração, avaliação e certificação. Para tanto, o profissional indicado deverá dispor dos conhecimentos exigidos.

Competência pode ainda ser entendida como a qualidade técnica de uma pessoa, para desenvolver a atividade que lhe fora atribuída, ou seja, a aptidão que a mesma possui, que lhe concede o direito de exercer o trabalho.

b) Diligências

Para Ornelas (2000, p.70), “o termo diligências pode ser analisado como todas as providências levadas a efeito pelo perito contábil para permitir-lhe oferecer o laudo pericial contábil”. Podem ser vistas como uma das fases do trabalho pericial, consubstanciada no trabalho de campo, que envolve algumas etapas, nas quais o perito contábil tem como objetivo central a busca dos elementos fáticos que vão permitir solucionar as questões contábeis submetidas à sua consideração técnica.

Nesta fase, é necessário fazer, primeiramente, a formalização da própria diligência que se materializa em documentos, por meio de elaboração de termo de diligência para aceitação e assinatura do representado legal da parte diligenciada. É por meio desse ato que o perito prova que realizou determinada visita e requisitou livros e documentos.

Quanto ao conteúdo, Ornelas (2000, p.71) menciona que:

o termo de diligência elaborado pelo perito contábil deve conter os dados que identificam o processo, o local e a hora da diligência, os livros e documentos que o perito deseja ver exibidos, a identificação do perito e do representante legal, a assinatura dos dois, o local e data.

Caso uma das partes se negue a facilitar o trabalho pericial, recusando o fornecimento de algum documento ou livros contábeis, este pode, antecipadamente, requerer ao juízo sua intervenção, intimando judicialmente o litigante a depositar, na Justiça, o material solicitado. Assim, o exercício da diligência deve se pautar pela rapidez na busca de informações para conclusão, com êxito, dos trabalhos que estão sendo periciados.

c) Discrição

É uma qualidade que preserva a imagem do perito, ou seja, o faz conduzir-se de modo sereno e prudente, guardar os segredos da profissão, não permitindo que filosofias, crenças e paixões venham influenciar no resultado de um trabalho que exige a imparcialidade absoluta.

A discrição é de fundamental importância não só para o perito contábil, mas também para o contador, já que lidam com patrimônio de terceiros e são conhecedores de todos os segredos no que se refere às tomadas de decisões da empresa.

Para a perícia contábil, a discrição é relevante, pois trata de matéria que investiga procedimentos técnicos e científicos de uma organização ou sociedade, os quais irão servir de provas para a justa solução do litígio investigado. Nesse sentido, o Código de Ética Profissional do Contabilista, aprovado pela Resolução CFC nº 803/96, de 10 de outubro de 1996, em seu art. 2º, inciso II, determina:

guardar sigilo sobre o que souber em razão do exercício profissional lícito, inclusive no âmbito do serviço público, ressalvados os casos previstos em lei ou quando solicitado por autoridades competentes, entre estas os Conselhos Regionais de Contabilidade.

Mesmo não se tratando de um segredo de Justiça, o perito contábil deve guardar sigilo absoluto dos trabalhos realizados, até porque o assunto é de interesse exclusivo da justiça e das partes litigantes. Não há nenhum motivo plausível para que o trabalho seja divulgado a terceiros.

A discrição é, portanto, um dos contornos básicos do perfil do profissional da perícia, é um traço que se pode esperar daqueles que já estão ou vierem a abraçar a função pericial contábil.

d) Imparcialidade

O perito contábil deve ser um profissional imparcial e de postura extremamente ética, possuidor de independência moral e técnica, quando da elaboração de seu laudo. Nesse sentido, não deve emitir opinião pessoal que favoreça uma das partes interessadas. Deve ser justo, fiel à verdade e nunca distorcer a realidade dos acontecimentos, mesmo porque a perícia é, também, uma atividade que responde aos anseios de uma sociedade.

Essa imparcialidade levará o Juiz a decidir pela justiça da causa, amparada por um laudo correto e fidedignamente elaborado e dentro de uma lisura incontestável, apresentando a qualidade que toda a sociedade espera.

É importante dizer que o perito contador deve dignificar o seu trabalho e também a entidade profissional à qual pertence, não deixando, jamais, que elementos parciais interfiram em seu trabalho.

A perícia tem como objetivo fundamental as informações demandadas, visa mostrar a veracidade dos fatos de forma imparcial e merecedora de fé pública, tornando-se meio de prova para o Juiz de Direito decidir as questões em litígio.

e) Independência

O perito deve ser independente em todos os aspectos sobre o objeto da lide. Não pode ser influenciado por fatores externos, por preconceitos ou outros elementos que venham trazer prejuízos efetivos à sua liberdade. Essa independência não se restringe apenas a eventuais interesses financeiros ou vínculos conjugais, parentesco consanguíneo, vínculos empregatícios, mas também a outras situações que possam vir a constranger ou levantar dúvidas em relação à qualidade de seu trabalho.

Monteiro (1985) lembra que o profissional, no exercício da perícia, deve desvincular-se de antigos serviços, quer como autônomos, quer com vínculo empregatício ou mesmo de pessoas relacionadas com a empresa em estudo, para manutenção de sua independência.

Caracterizada como independente, no sentido lato da palavra, a atuação do profissional ajuda a reduzir as incertezas das partes, pois produz provas confiáveis e às vezes incontestáveis, atingindo os objetivos principais da perícia. Desse modo, o perito contábil, para ser independente, deve ser ético, coerente e não deve se expor a fatores que possam interferir em sua profissão. Em momento algum, o perito deve permitir a interferência de terceiros ou das partes envolvidas no processo pericial, o que levaria a uma certa dependência e ao descrédito das provas produzidas.

f) Honestidade

Morais e França (2000, p.46-47) manifestam-se sobre a honestidade requerida do perito contábil, como segue:

para desempenhar com rigor os seus trabalhos, exigindo cumprimento das normas, conduta das pessoas que o cercam e ainda daquelas envolvidas no processo, é preciso ser, parecer e comprovar honestidade. O perito muitas vezes, se vê envolvido em litígios de grandes e pequenas quantias e não pode deixar se envolver pelos valores. Um valor pode ser pequeno para uma parte, entretanto, muito grande para a outra. Ser honesto, então, é o caminho correto e seguro para desenvolver uma boa perícia.

O perito contábil tem a obrigação de ser honesto em todos os trabalhos executados, pois é uma pessoa de confiança da Justiça e, normalmente, nomeada por um Juiz que necessita de um conhecimento complementar que não dispõe nas diversas especialidades que seu trabalho pode envolver. Assim, intima o perito para produzir provas, emitir opiniões, por meio dos laudos técnicos. Enfim, o perito é um partícipe do trabalho do Juiz e também co-responsável pela sentença a ser proferida pela autoridade, no esclarecimento da causa.

A ética é o primeiro requisito do perito e, nesse sentido, o profissional deverá aspirar a racionalidade e a objetividade mais completas. Ao mesmo tempo, deve proporcionar

conhecimentos sistemáticos e comprováveis, agir com honestidade, abstendo-se da emissão de opinião sem estar suficientemente informado e munido de documentos que comprovem os fatos.

Sendo, pois, a ética o primeiro requisito do perito, este deve observar com rigor o art. 5º do Código de Ética do Contabilista, aprovado pela Resolução CFC 803/96, de 10 de outubro de 1996, que alerta o profissional no sentido de desempenhar com honestidade todos os trabalhos que lhe forem confiados pela Justiça.

g) Justiça

É um quesito que o perito deve praticar em tudo que lhe é atribuído pela Justiça. É qualidade inerente ao sentimento de respeito ao trabalho desenvolvido para apoiar o Juiz, a fim de que este não cometa iniquidade, aplicando sua sentença sem o fundamento necessário, especialmente transferindo patrimônio indevidamente em função de um posicionamento mal formulado pelo perito. O perito deve manter, como uma de suas principais preocupações, a busca da verdade. Caso contrário, seu trabalho não estará atendendo ao objetivo final, que é o de apoiar a promoção da Justiça, dando a cada um o que lhe pertence.

No desempenho de sua função, a responsabilidade social do perito se manifesta com mais intensidade, pois o seu trabalho influencia direta e decisivamente na sentença do juiz. Assim, para que a justiça seja alcançada, é importante que o perito observe pelo menos o seguinte: usar a razão em todos os detalhes que estiver analisando; não usar aproximações ou presunções para julgar; não tirar conclusões precipitadas; não criar imaginações contrárias, armando-se contra o que pode acontecer e, por fim, executar a autocrítica e a crítica com rigor e benevolência.

h) Paciência

Morais e França (2000) afirmam que o perito deve ser persistente, saber criar oportunidades que possibilitem a execução de um bom trabalho no tempo determinado pelo Juiz e que satisfaça a atividade pericial de ambas as partes.

O perito, que é um importante aliado à magistratura para solucionar as controvérsias forenses, carrega consigo apreensões, pressões e dispõe de prazos para cumprir as tarefas. Em que pese essa carga psicológica, deve ser persistente e saber criar oportunidades para que, no tempo determinado pela Justiça, cumpra seu dever.

Ferreira (1986) define a paciência como uma qualidade ou virtude que consiste em suportar as dores, incômodos, infortúnios, etc., sem queixas e com resignação. Na perícia, por se tratar de assuntos em litígios, o perito muitas vezes, enfrenta situações em que as partes não

têm interesses em contribuir para o andamento dos trabalhos, ocasião em que a tolerância deve sobrepor à má vontade encontrada.

É importante ressaltar que os litigantes também têm suas angústias, aflições, preocupações e estresses em geral. É dever do perito ser humano, cortês e tolerante com as pessoas envolvidas na questão periciada, comportando-se de maneira adequada nos momentos impróprios que tem para conseguir provar o que pretende.

i) Perspicácia

O perito deve observar pontos relevantes de forma a não perder tempo com assuntos insignificantes. Para isso precisa estar inteirado e ser conhecedor do assunto em pauta, não se firmando em suposições. Deve sim buscar, de forma concisa, a verdade dos fatos.

Segundo a NBC-P-2, aprovada pela Resolução n. 857/99, de 21 de outubro de 1999, o perito deve ser um profundo conhecedor, por suas qualidades e experiências, da matéria periciada, deve ter um olhar cuidadoso, crítico, minucioso e interrogativo, para retirar das questões contábeis, em análise, a veracidade total.

Por essas características expostas, pode-se esperar que um perito seja dotado de agudeza de espírito ou sutileza em suas ações, que busque, com esperteza e sagacidade, as informações necessárias às conclusões de suas opiniões.

j) Respeito

O perito deve ser correto para desempenhar o seu trabalho e para que haja respeito mútuo entre os colegas. Este respeito contribui de modo favorável ao ambiente de trabalho do profissional. Respeitar é atribuir o valor de forma correta à dignidade alheia. É por meio dessa atitude que o perito também se faz respeitar.

Um perito jamais desempenhará bem o seu trabalho se desrespeitar aqueles que o cercam durante a ação pericial, incluindo-se aí os peritos assistentes. A busca da autenticidade de um documento requer que exista um respeito mútuo entre os profissionais selecionados para aquele trabalho científico, quer seja da parte do perito indicado pela Justiça, quer seja dos peritos assistentes indicados pelas partes litigantes.

O respeito exercido pelos profissionais certamente levará a um melhor resultado do trabalho, haverá menos discórdias ou controvérsias, porque todos estarão conscientes de que o direito de cada um termina onde inicia o direito do outro. Assim acordados, certamente esses profissionais alcançarão um trabalho satisfatório e aceitável para elucidar o caso.

É necessário enfatizar que o perito contábil, além de ser um profissional legalmente habilitado, precisa ser culto, bem informado intelectualmente e ainda deve possuir e exercer suas virtudes morais e éticas com total compromisso com a justiça e com a verdade. O profissional revestido das qualidades aqui elencadas poderá desenvolver trabalhos de alto nível, carregando consigo o dever de cumprir, com responsabilidade, o encargo que lhe foi atribuído.

2.1.6 O aspecto social das perícias

No que concerne ao aspecto social das perícias, Alberto (2002, p.71) diz que:

a questão da responsabilidade social liga-se, diretamente, ao exercício da cidadania, pois a esta corresponde, necessariamente, direitos e deveres umbilicalmente relacionados à própria responsabilidade [...] cidadania é a qualidade do cidadão, e este é o indivíduo no uso de seus direitos civis e no exercício de seus deveres para com a sociedade.

O autor citado lembra, entretanto, que os deveres do perito não são iguais aos de todos os outros cidadãos. O perito se diferencia pela oportunidade mais efetiva e concreta de suas ações no exercício da cidadania, pois influencia direta e decisivamente na instância decisória, alcançando o seu objetivo maior, que é o de revelar a verdade real e auxiliar a Justiça a prolatar sua sentença.

De um trabalho profissional esperam-se resultados que beneficiem a sociedade, sem essa característica a atividade não terá valor social. Ao realizar uma perícia contábil, os profissionais devem levar em conta os efeitos sociais que ela terá. Como exemplo, cita-se um processo de falência, cuja decisão judicial é orientada pelo perito-contador. Esta deverá refletir um ponto culminante da honestidade, da imparcialidade e de justiça, propiciando bem-estar a todos os credores que têm interesse no resultado final da distribuição dos valores. Nesse caso, a ética tem importância significativa, pois trabalhos honestos, sérios e eficientes são os principais suportes de sustentação, de projeção e de realização profissional.

Nesse sentido, Rocha e Santos (1995, p.12) afirmam que:

o compromisso moral e ético do perito para com a sociedade e para com sua classe profissional constitui o principal lastro de sustentação da realização profissional. Ressalte-se, também, que ser capaz é estar sempre atualizado e preparado para o trabalho de boa qualidade, com valor social, que está inserido no contexto moral e ético. Conhecer os códigos de ética contábil e pericial é condição indispensável ao profissional.

Com base nessa citação, dois posicionamentos devem ser analisados: primeiro, que o perito, ao ser nomeado, deverá entender que isso é deferência especial, pela conduta moral e

ética, pelo comportamento social, incluindo-se aí a imagem que o profissional desfruta junto à sociedade. Segundo, é uma escolha baseada no reconhecimento da qualificação técnico-científica desse profissional, para tratar de uma questão sobre a qual deverá opinar.

A sociedade não aceita que pessoas desprovidas de conduta moral ilibada, sem comportamento social, venham atuar em processos que possa conduzir o Magistrado a uma sentença que coloque em dúvida o futuro de sua magistratura.

Magalhães et al. (1998, p.12) entendem que “o objetivo da perícia é propiciar condições de justiça, como, por exemplo, uma pessoa que não deve uma conta não tem que pagá-la, assim como aquela que é devedora deve efetuar o pagamento”.

Do exposto, infere-se que perícia contábil, uma das especialidades das Ciências Contábeis, é de grande responsabilidade, pois funciona como um auxiliar da Justiça, já que o laudo pericial merece fé pública, e o magistrado apóia-se, normalmente, nas informações contidas naquela peça para prolatar sua sentença.

2.2 TIPOS DE PERÍCIA

As perícias são de diferentes espécies e são classificadas principalmente em função do ambiente em que se realizam. Segundo Alberto (2002, p.53), “os ambientes de atuação que lhe definirão as características podem ser, do ponto de vista mais geral, o ambiente judicial, o ambiente semijudicial, o ambiente extrajudicial e o ambiente arbitral”. Por decorrência, diz serem quatro as espécies de perícias: a perícia judicial, a perícia semijudicial, a perícia extrajudicial e a perícia arbitral.

Magalhães et al. (1998, p.22) reconhecem mais um tipo de perícia, que é a administrativa, cujo exame pericial é estritamente particular, voltado para o interior da empresa e, às vezes, se confunde com a auditoria interna. Aplica-se quando o administrador não confia em determinados empregados e apela ao perito, para que verifique a existência de supostas irregularidades.

Estes cinco tipos de perícias têm características distintas, que são detalhadas na sequência deste trabalho.

2.2.1 Perícia judicial

A perícia judicial é instalada nos processos judiciais. Por se inserir no contexto do processo judicial, está sujeita a normas processuais, ou seja, a princípios, regras e

formalidades legais que disciplinam os atos nos diferentes processos judiciais. Esses processos são os meios pelos quais a Justiça pode obter informações, para analisar e decidir um conflito de interesses, em que a pretensão de uma das partes é resistida pela outra parte.

O processo judicial é desencadeado por ação proposta pela parte que pleiteia um determinado direito, negado pela parte adversária litigante. Na tramitação normal dos processos, apresentam-se fatos controvertidos com relação ao direito pleiteado. Muitas das vezes, os fatos afirmados por uma das partes podem ser negados pela parte contrária. Quando o Juiz determina a realização de uma perícia nos processos judiciais, pressupõe, com relação a esses fatos controvertidos, a existência de questões e aspectos técnicos que o conhecimento comum ou jurídico não pode esclarecer.

Para Lopes de Sá (2002, p.63), “a perícia contábil judicial é a que visa servir de prova, esclarecendo o juiz sobre assuntos em litígio que merecem seu julgamento, objetivando fatos relativos ao patrimônio azidental ou de pessoas”.

O objeto da perícia judicial, certamente, é proporcionar ao julgador uma condição ideal de esclarecimentos, para que a sentença seja proferida no sentido mais ilibado possível.

Segundo Brandimiller (1996, p.29), “o objeto da investigação da perícia judicial é [...] a elucidação de situações e fatos controvertidos, que dizem respeito à matéria cuja natureza exige conhecimento especializado técnico-científico”.

Assim, pode-se dizer que as principais finalidades da perícia judicial são a produção de provas concretas, em processos judiciais, para que os juízes não tenham dúvida alguma para proferir suas sentenças, determinando o direito de cada parte.

No entendimento de Alberto (2002, p.53), as perícias judiciais se alinham, segundo suas finalidades precípua no processo judicial, em meio de prova testemunhal ou arbitramento.

Na visão de Moraes e França (2000 p.74-75), seis diferentes características qualificam a necessidade de realização de uma perícia judicial: de ofício, requerida, necessária, facultativa, de presente e de futuro.

a) De ofício

De ofício é uma das características da Perícia Judicial. Tem esta denominação, porque o Juiz, por dever de ofício, quando nenhuma das partes a tenha solicitado, entende que, para aplicar uma sentença justa e equilibrada e sem vícios, seja necessário o concurso da opinião de um especialista sobre parte ou sobre o todo da causa, para elucidação dos fatos. Nomeia um perito, determinando-lhe que apresente, em prazo fixado, sua proposta de honorários.

Designa, também, que uma das partes, normalmente o autor, providencie o depósito referente aos honorários do perito.

b) Requerida

Esta modalidade acontece quando uma das partes litigantes solicita, no processo, a realização da perícia, declarando por escrito que protesta por todos os direitos de produção de prova, incluindo o laudo do perito. Mesmo sendo uma perícia requerida, o Juiz avalia a necessidade de sua realização e, se convencido, intima o perito, para que apresente sua proposta de honorários, determinando, normalmente, que o requerente da perícia deposite, na Justiça, os honorários estipulados pelo perito. Se no entendimento do Juiz a parte requerente da perícia não tiver condições de efetuar o pagamento, esta autoridade poderá determinar que a parte contrária efetue o pagamento.

c) Necessária

Diferentemente das anteriores, este modelo de perícia é imposto por lei ou pela natureza do fato, obrigando-se, assim, independentemente das partes, ou da vontade do Juiz, a sua realização. Normalmente, os casos em que as perícias são consideradas como necessárias são aqueles cujas aplicações se dão em processos de falências, concordatas, dissoluções de sociedades ou partilhas de bens, buscando-se determinar quantitativamente o valor da causa ou qualitativamente as variáveis envolvidas. Qualquer uma das partes poderá requerê-la e, se isso não acontecer, o Juiz determinará sua realização, indicando a parte que arcará com o ônus do perito.

d) Facultativa

Esta perícia é realizada de comum acordo entre as partes litigantes que convencerão o Magistrado de sua necessidade para esclarecer controvérsias em que a própria Justiça teria dificuldades para o julgamento. Ficam as partes com a incumbência de solicitá-la, cabendo ao Juiz a análise do pedido e o seu deferimento ou não. Caso as partes não apresentem requerimentos para sua realização, o Juiz, convencido de sua necessidade para auxiliá-lo na elucidação da causa, intimará o perito para apresentar sua proposta de honorários, cujo ônus, por se tratar de acordo entre as partes, poderá ser dividido entre elas.

Da mesma forma esta modalidade de perícia poderá ser adotada por árbitros que se tratar de uma justiça arbitral.

e) De presente

A característica desta perícia é a liberdade de sua inclusão, em qualquer época do andamento do processo, compreendida entre a petição inicial e a sentença final do Juiz. O fato poderá ocorrer, assemelhando-se com a perícia judicial facultativa, no que se refere à sua introdução ao processo. Depende de as partes requerê-la, como também, do convencimento do Juiz em acolhê-la. Por outro lado, a sua ocorrência não depende de pedido na petição inicial do autor, como também na petição de contestação do réu.

f) De futuro

A perícia judicial de futuro é também conhecida como perícia cautelar. Tem como objetivo primeiro perpetuar os fatos que podem desaparecer ou modificar-se no tempo, ou seja, salvaguardar o patrimônio litigado e reforçar os controles pertinentes, para que não pairasse nenhuma dúvida sobre a riqueza observada. A prática desta perícia é conhecida na preparação de pedidos de concordatas, falências, dissoluções de sociedades ou em inventários, com partilhas de bens, ou quando ocorre risco de destruição de provas antes do ajuizamento da causa.

De acordo com Lopes de Sá (2002, p.186-187), as perícias judiciais de futuro ou cautelares podem ser instaladas antes do processo principal, principalmente quando existe ameaça ou receio de lesão do direito das partes litigantes. Afirma que “nas medidas cautelares a metodologia da perícia contábil deve seguir o interesse de verificar qual o direito ameaçado ou qual o receio de lesão a direito que tem o postulante”, numa alusão ao risco ou ameaça de uma das partes litigadas.

Pretende-se, neste trabalho, aprofundar os estudos e pesquisas sobre esta perícia, para desenvolver uma metodologia própria, a fim de poder contribuir com o Poder Judiciário e também com os profissionais da área, como os advogados e contadores, apresentando sugestões em que o caso está a exigir.

2.2.2 Perícia semijudicial

A perícia semijudicial não é realizada em ambientes do Poder Judiciário, é revestida por autoridades desvinculadas da Justiça. Segundo o aparato institucional do Estado, envolve autoridades que possuem algum poder jurisdicional, ainda que relativo, sujeito às regras legais e regimentais pertinentes, assemelhando-se com as judiciais, como os deputados, senadores, vereadores, quando constituem as comissões parlamentares de inquéritos.

De acordo com Alberto (2002 p.53-54), essa perícia tem como finalidade maior servir de prova nos ordenamentos institucionais normais e é apresentada nos seguintes assuntos: policial (nos inquéritos), parlamentar (nas comissões parlamentares de inquéritos) e administrativo-tributária (nas administrações públicas ou conselhos de contribuintes).

a) Policial

Envolve, normalmente, as forças armadas para desvendar, com segurança, casos que necessitam de esclarecimentos, como são os inquéritos policiais.

b) Parlamentar

A perícia semijudicial parlamentar é instalada junto aos poderes legislativos e executivos, nos âmbitos federal, estadual e municipal. Consiste na formação de Comissões Parlamentares de Inquéritos, com a finalidade de buscar respostas e esclarecimentos sobre a veracidade de fatos obscuros, que envolvem o interesse maior da própria sociedade que a instância possa abranger.

c) Administrativo-tributária

É praticada também pelos Poderes Legislativos e Executivos (federal, estaduais e municipais) de interesse da administração pública tributária ou, ainda, de conselhos de contribuintes.

A perícia semijudicial possui regras legais e regimentais e se assemelha à perícia judicial. Difere-se dessa porque sua realização é fora do Poder Judiciário, embora em alguns casos e a critério do Ministério Público que pode oferecer denúncias, essas passam a se transformar em processos judiciais, quando as perícias elaboradas possuem a mesma fé probante, como se judiciais fossem.

2.2.3 Perícia extrajudicial

A perícia extrajudicial é aquela que é realizada totalmente fora do Estado, ou fora do controle de instituições públicas, sem qualquer vínculo com os três poderes da administração pública. Realiza-se por necessidade e escolha de pessoas físicas ou jurídicas de cunho particular e não são submetidas a uma outra autoridade encarregada de decidir, amigavelmente, sobre o conflito existente.

Segundo D'Áurea (1962), a perícia extrajudicial se realiza de conformidade com o convencimento entre as partes, não havendo interferência da autoridade judicial.

A decisão do árbitro constitui, normalmente, um acordo que se celebra entre as partes, colocando fim às controvérsias sobre o objeto da perícia.

Na perícia extrajudicial, conforme Alberto (2002), identifica-se a subdivisão em demonstrativas, discriminativas e comprobatórias.

a) Demonstrativas

São utilizadas para demonstrar a veracidade de fatos ou litígios antecipadamente identificados, apresentando-se, assim, por meio de perícia, os esclarecimentos da controvérsia ou da discórdia.

Essas demonstrações devem atender aos interesses das partes envolvidas, não se confundindo com as demonstrações contábeis exigidas pela legislação.

b) Discriminativas

São encarregadas de esclarecer e colocar nos devidos lugares os direitos de cada uma das partes envolvidas na matéria duvidosa e conflituosa.

c) Comprobatórias

É utilizada quando é entendida a necessidade de comprovar as manifestações patológicas da matéria periciada, como as fraudes, os desvios, as simulações e outras irregularidades.

Nessa perícia extrajudicial, as partes, em comum acordo, elegem um árbitro. Não havendo acordo, cada parte escolhe o seu. Havendo opiniões divergentes entre os árbitros, de forma conflitantes e que não celebrem um acordo, um terceiro árbitro ou perito é escolhido pelas duas partes, como desempatador, cujo parecer dá por encerrada a perícia.

2.2.4 Perícia arbitral

Este tipo de perícia é realizado no juízo arbitral, que é a instância decisória criada pela vontade das partes. Sua sentença é respeitada como se judicial ou extrajudicial fosse, porém, não se enquadra em nenhum dos tipos referenciados, porque possui características especiais em sua atuação.

Alberto (2002) menciona que esta perícia se subdivide em probante e decisória; e própria arbitragem.

a) Probante e decisória

Quando é destinada a trabalhar como meio de prova para a sentença do juízo arbitral ou, ainda, como fonte de subsídios para a convicção do árbitro.

b) Própria arbitragem

Na perícia arbitral, do tipo própria arbitragem, o agente ativo funciona como o próprio árbitro da questão em debate.

A perícia arbitral é, portanto, uma espécie de perícia privada, embora tenha sido criada pela Lei n. 9.307/96, de 23 de setembro de 1996, com a finalidade de esclarecer opiniões divergentes no que se refere a direitos patrimoniais.

De acordo com Moraes e França (2000, p.73), a perícia arbitral “garante às partes litigantes o direito de escolher livremente as regras do direito que serão aplicadas na arbitragem”. Isso quer dizer que os envolvidos na controvérsia podem submeter ao árbitro laudos periciais, contendo a mesma estrutura aplicada nos demais tipos de perícias, como na judicial e na extrajudicial ou, ainda, como na perícia administrativa, que será enfocada a seguir.

2.2.5 Perícia administrativa

É um tipo de perícia que é realizada fora do meio judicial, ou seja, fora do Poder Judiciário e tem como objetivo principal o de produzir provas contra irregularidades internas da empresa. Normalmente o administrador tem necessidade de apoiar-se no conhecimento de um especialista da matéria, para esclarecer situações obscuras ou duvidosas.

Este tipo de perícia, segundo Caldeira (2000, p.29), acontece em casos em que os sócios desconfiam um do trabalho do outro ou quando a desconfiança é entre patrão e empregado. O perito é contratado para descobrir supostas irregularidades, investigar as causas das dúvidas levantadas, desvendando os mistérios com os subsídios técnicos pertinentes.

No item 2.2 deste trabalho, procurou-se apresentar os diversos tipos de perícias praticados no Brasil, bem como a finalidade a que cada tipo de perícia contábil se destina,

além das particularidades e formas de cada uma. Como o foco do presente trabalho é a perícia contábil judicial cautelar, esse tipo é abordado de forma mais analítica na sequência.

2.3 CARACTERIZAÇÃO DA PERÍCIA CONTÁBIL JUDICIAL CAUTELAR

A perícia contábil judicial cautelar, apesar de pouco conhecida com esta denominação, é aplicada especialmente nas questões judiciais que envolvem apurações ou distribuições de riquezas futuras, como partilhas de bens por inventário, dissoluções de sociedades e também nas falências e concordatas de empresas. Busca sempre salvaguardar o patrimônio das pessoas ou grupos de pessoas envolvidos, inibindo desvios ou utilizações inadequadas dos componentes patrimoniais pertencentes às partes.

O Código de Processo Civil, em seus art. 846 a 851, prevê a produção antecipada de provas periciais. Trata-se da perícia judicial de futuro ou perícia cautelar, que se presta à defesa de um direito que exige a produção imediata de provas, para que não seja difícil ou impossível esse trabalho ser executado posteriormente. É constituída por depoimento pessoal da parte, inquirição de testemunhas e exames periciais.

Para que surtam os efeitos pretendidos o depoimento pessoal das partes e das testemunhas arroladas e também o exame pericial devem ser tomados antecipadamente à audiência de instrução do processo. Assim se faz para que, caso a parte ou a testemunha se ausente por motivo de idade ou moléstia grave, ao tempo da prova, ou até mesmo a pessoa já não exista mais ou esteja impossibilitada, a Justiça esteja acobertada para, em épocas futuras, aplicar corretamente a sentença.

A prova pericial pode ser antecipada se houver receio de que a verificação de certos fatos possa tornar-se difícil ou impossível em um futuro. Nesse caso, deve ser providenciada a inquirição de testemunhas e os intimados devem comparecer à audiência em que prestarão o depoimento. Se a prova se destinar à preparação de uma proposta de ação, deve-se indicar o objetivo e a pessoa visada deve ser intimada, para que se inicie o processo de produção antecipada de provas.

O Código de Processo Civil, em seu art. 849, determina que: “havendo fundado receio de que venha a tornar-se impossível ou muito difícil a verificação de certos fatos na pendência da ação, é admissível o exame pericial”.

Se a prova for de intuito preparatório para propositura de uma ação, deve ser requerida na petição inicial, alegando-se os objetivos e a pessoa visada para que as provas sejam produzidas por antecipação ao julgamento ou até mesmo despachos no curso do processo.

Quando a prova consistir em depoimento de parte ou de testemunha, as normas são as das inquisições.

Quando se tratar de prova pericial, o Juiz nomeará o perito e intimará a parte contrária para se defender e também para que se possa indicar o seu perito assistente.

No que se refere aos inventários e às partilhas de bens, o Código de Processo Civil, em seu art. 993, estabelece que:

Art. 993. Dentro de vinte (20) dias, contados da data em que prestou o compromisso, fará o inventariante as primeiras declarações, das quais se lavrará termo circunstanciado. No termo, assinado pelo juiz, escrivão e inventariante serão exarados:

I – o nome, estado, idade e domicílio do autor da herança, dia e lugar em que faleceu e bem ainda se deixou testamento;

II - o nome, estado idade dos herdeiros e, havendo cônjuge supérstite, o regime de bens do casamento;

III – a qualidade dos herdeiros e o grau de seu parentesco com o inventariado;

IV – a relação completa e individuada de todos os bens do espólio e dos alheios que nele forem encontrados, descrevendo-se:

a) os imóveis, com as suas especificações, nomeadamente local em que se encontram, extensão da área, limites, confrontações, benfeitorias, origem dos títulos, números das transcrições aquisitivas e ônus que os gravam;

b) os móveis, com os sinais característicos;

c) os semoventes, seu número, espécies, marcas e sinais distintivos;

d) o dinheiro, as jóias, os objetos de ouro e prata e as pedras preciosas, declarando-se-lhes especificadamente a qualidade, o peso e a importância;

e) os títulos da dívida pública, bem como as ações, cotas e títulos de sociedade, mencionando-se-lhes o número, o valor e a data;

f) as dívidas ativas e passivas, indicando-se-lhes as datas, títulos, origem da obrigação, bem como os nomes dos credores e dos devedores;

g) direitos e ações;

h) o valor corrente de cada um dos bens do espólio.

Parágrafo único. O juiz determinará que se proceda:

I – ao balanço do estabelecimento, se o autor da herança era comerciante em nome individual;

II – a apuração de haveres, se o autor da herança era sócio de sociedade que não anônima.

O texto legal é bastante esclarecedor quanto às declarações necessárias, o que elas devem conter, como a caracterização dos bens, direitos e as obrigações dos herdeiros e sucessores, os valores de cada item e o valor final do espólio, de modo que não paire alguma dúvida que possa dificultar o processamento do inventário e, posteriormente, a partilha de bens.

Como se viu, em se tratando de herança de um estabelecimento comercial, o Juiz, baseado no parágrafo único do citado artigo, determinará a elaboração do balanço do

estabelecimento para apuração dos haveres, nomeando o perito, nos moldes do parágrafo único do art. 1003 do Código de Processo Civil, o que não implica, necessariamente, a liquidação da empresa.

Esses procedimentos legais têm a finalidade de salvaguardar o patrimônio vinculado a um espólio, cuidados esses que garantem, principalmente a herdeiros menores, púberes e impúberes, uma divisão justa do volume patrimonial apurado. Nesses casos, o Ministério Público tem direito à vista ao processo. Isso termina por solicitar que seja determinada, por profissionais competentes, uma produção de provas antecipadas, para que cada herdeiro, indiscriminadamente, ao receber da Justiça o seu formal de partilha, tenha toda convicção de que os seus direitos foram respeitados.

Segundo Levenhagen (1996), a perícia judicial de futuro ou cautelar aplica-se, normalmente, a processos de falências, concordatas e, também, em inventários e partilhas de bens, com a necessidade de produção antecipada de provas, visando a salvaguardar o patrimônio das pessoas ou empresas envolvidas no processo, conforme preceitua o artigo 846 do Código de Processo Civil.

2.3.1 Perícia contábil em falências

A perícia contábil judicial de futuro ou cautelar é aplicada em processos de falências, para, principalmente, garantir sob controle que os valores patrimoniais da falida não sofram alterações.

Dentre os tipos de depredações, citam-se os extravios de bens, as avarias ou substituições de peças valorizadas por outras de valores inferiores ou até mesmo avaliações fraudulentas, que possam beneficiar alguma das partes envolvidas. O objetivo primeiro é salvaguardar o patrimônio, tanto da massa falida quanto dos envolvidos no processo, principalmente quando a falência é requerida pelos credores.

2.3.1.1 Significado de falência

Para Lopes de Sá (2002, p.142), falência significa “o estado falimentar, motivado pela insolvência ou absoluta incapacidade de pagamento de obrigações, pode decorrer de muitos motivos, inclusive o de intuito de fraude contra terceiros”.

A falência acontece quando uma empresa, por algum motivo, encontra dificuldades em honrar os seus deveres e obrigações nos respectivos vencimentos, passando ao estado de insolvência, que quer dizer: o passivo maior do que o ativo.

Ramalho (1993, p.22) define a falência como “estado de fato. Pode ser real ou aparente. É real quando o ativo é menor do que o passivo. É aparente quando, ainda que maior que o ativo, o devedor não dispõe, ainda que eventualmente, de recursos financeiros ou creditícios, para cumprir no vencimento uma obrigação líquida assumida”.

Nesses termos, o empresário que se submeter a uma situação calamitosa como essa deverá tomar muito cuidado, principalmente levantando e analisando o seu ativo e passivo para conhecer a real situação econômica. O resultado alcançado deverá levar a empresa a uma solução favorável para ultrapassar as dificuldades encontradas. Nas falências as atitudes desenvolvidas são complexas e de grande responsabilidade para as partes envolvidas.

Eller (2001, p.93) tem o seguinte entendimento em relação à falência:

no processo falimentar, o trabalho da perícia contábil é de fundamental importância, uma vez que é responsável pelo levantamento de todos os fatos contábeis ocorridos na empresa. É oportuno considerar, ainda, que este tipo de processo tem tido um aumento considerável devido às dificuldades, cada vez maiores, no meio econômico-financeiro empresarial.

As falências podem ocorrer de duas formas: a primeira, quando a própria empresa, em situação financeira desfavorável, recorre à Justiça para inverter a situação; e a segunda, quando essa deixa de cumprir seus compromissos com terceiros e esses procuram a Justiça para tentar receber os seus direitos.

Nessa segunda forma, certamente os credores interessados propõem a decretação da falência, como última tentativa de recebimento de seus direitos.

Führer (1998, p.27) define falência como “um processo de execução coletiva, em que todos os bens do falido são arrecadados para uma venda judicial forçada, com distribuição proporcional do ativo entre credores”.

A falência é entendida por Ramalho (1993, p.6) como “um processo destinado a realizar o ativo, liquidar o passivo e repartir o produto entre os credores, tendo em vista os seus direitos de propriedade, anterior a legitimidade adquirida”.

Infere-se do exposto que a falência ocorre quando a empresa não possui recursos para quitar suas obrigações, causando interrupção de suas atividades operacionais.

O Decreto-lei n. 7.661/45, em seu artigo 1º, caracteriza a falência da seguinte forma:

Considera-se falido o comerciante que, sem relevante razão de direito, não paga no vencimento obrigação líquida, constante de título que legitima a ação executiva.
§ 1º Torna-se líquida, legitimando a falência, a obrigação provada por conta extraída dos livros comerciais e verificada, judicialmente, nas seguintes condições:

I – a verificação será requerida pelo credor ao juiz competente para decretar a falência do devedor (art. 7º) e far-se-á nos livros de um ou outro, por dois peritos nomeados pelo juiz, expedindo-se precatória quando os livros forem de credor domiciliado em comarca diversa;

II – se o credor requerer a verificação da conta nos próprios livros, estes deverão achar-se revestidos das formalidades legais intrínsecas e extrínsecas e a conta comprovada nos termos do art. 23, n. 2, do Código Comercial; se nos livros do devedor, será este citado para, em dia e hora marcados, exhibi-los em juízo, na forma do disposto no art. 19, primeira alínea, do Código Comercial;

III – a recusa de exibição ou irregularidade dos livros provam contra o devedor, salvo a sua destruição ou perda em virtude de força maior;

IV – os peritos apresentarão o laudo dentro de três dias e, julgado por sentença o exame, os respectivos autos serão entregues ao requerente, independentemente de traslado, não cabendo dessa sentença recurso;

V – as contas assim verificadas consideram-se vencidas desde a data da sentença que julgou o exame.

§ 2º Ainda que líquidos, não legitimam o pedido de falência os créditos que não se possam na mesma reclamar.

§ 3º Para efeitos desta lei, consideram-se obrigação líquida, legitimando o pedido de falência, a constante dos títulos executivos extrajudiciais mencionados no art. 15 da Lei 5.474, de 18 de julho de 1968.

Muitas são as causas que podem determinar a insolvência da empresa. Na opinião de Lopes de Sá (2002, p.142), essa situação poderá ser criada com a aparição de problemas como “desvios e ocultação de bens, simulações de dívidas, administrações ruinosas por incompetência, administrações propositadamente feitas para prejudicar sócios ou terceiros, locupletamentos ilícitos. Enfim, causas de força maior, fortuitas, propositadas, que podem envolver questão”.

2.3.1.2 Rotina do processo falimentar

A falência poderá ser requerida por um dos credores, como fornecedores, empregados, fisco, entre outros. Neste caso diz-se que o credor inicia o processo de falência. A outra possibilidade é o processo de autofalência.

a) Credor inicia o processo de falência

Na Figura 1, apresenta-se o esquema da rotina, utilizado quando o credor inicia o processo de falência.

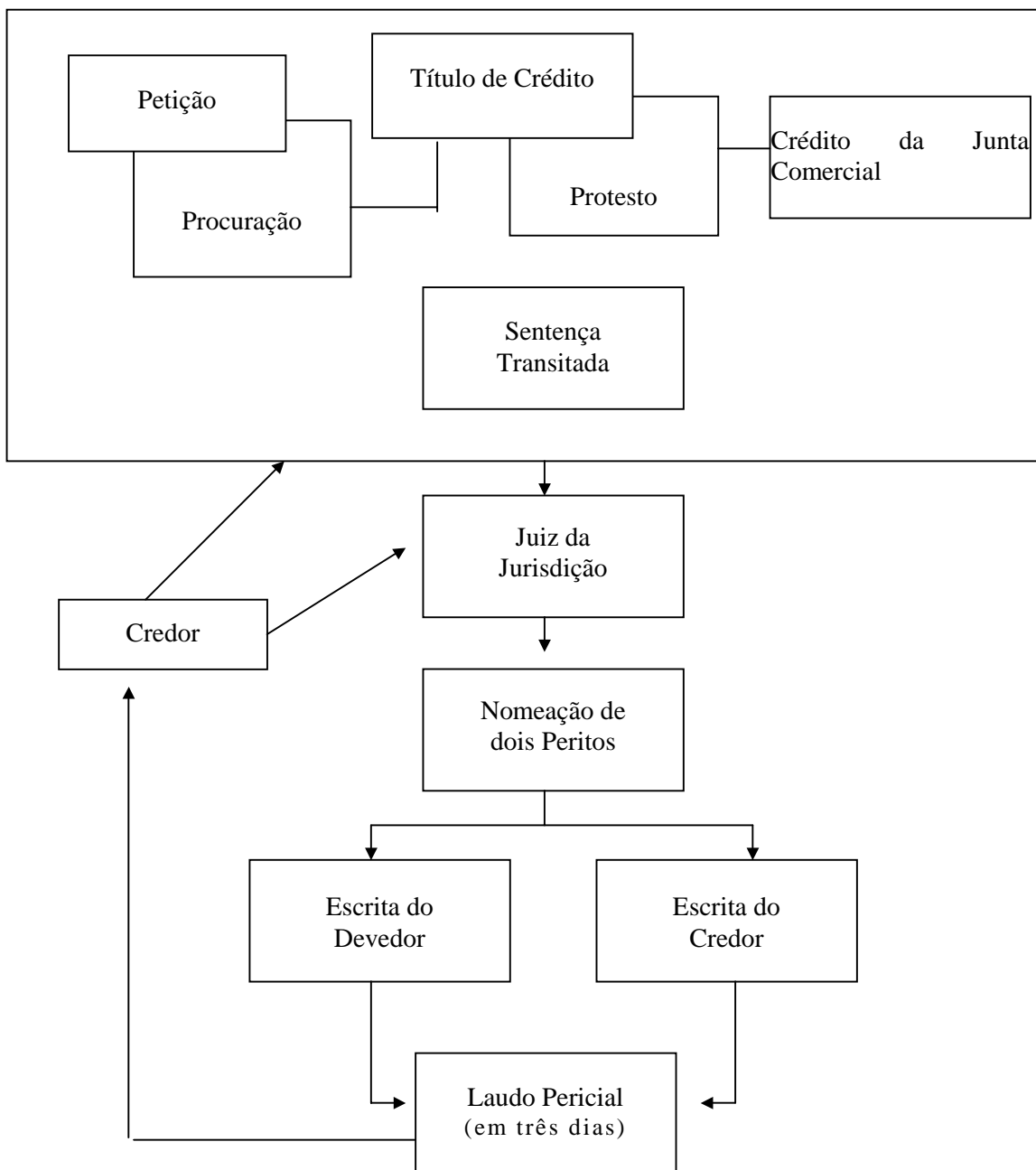


Figura 1 – Esquema da rotina quando o credor inicia o processo de falência

Fonte: Lopes de Sá (2002, p.145).

Na rotina do processo de falência requerida pelos credores, inicialmente, estes, por meio de seu advogado, peticiona ao Juiz, requerendo a falência do devedor. Além da petição, o processo é instruído com o título de crédito, com o competente registro de protesto. É anexada ainda, a procuração constituindo um representante, juntamente com um documento, normalmente cópia do contrato social, provando que se trata de uma pessoa jurídica registrada na Junta Comercial do Estado e é a verdadeira emitente do título.

Após da comprovação documental, o Juiz nomeia, normalmente, dois peritos, para em um prazo de três dias apresentarem laudo sobre a legitimidade do crédito, análise documental, registros de vendas, datas de vencimentos, valores, enfim, todos os documentos necessários à comprovação dos direitos do requerente.

O laudo é entregue ao Juiz, anexado aos autos, para prosseguimento da ação, até a respectiva decretação da sentença final.

b) Processo de autofalência

A falência também pode ser requerida pelos próprios devedores; é chamada de autofalência. Esta é um tanto mais complexa, no sentido de juntada de documentos, pois pode ser um processo fraudulento, pois o comerciante pode ter criado tal situação.

Na Figura 2 mostra-se um esquema detalhado do roteiro de quando ocorre o processo de autofalência.

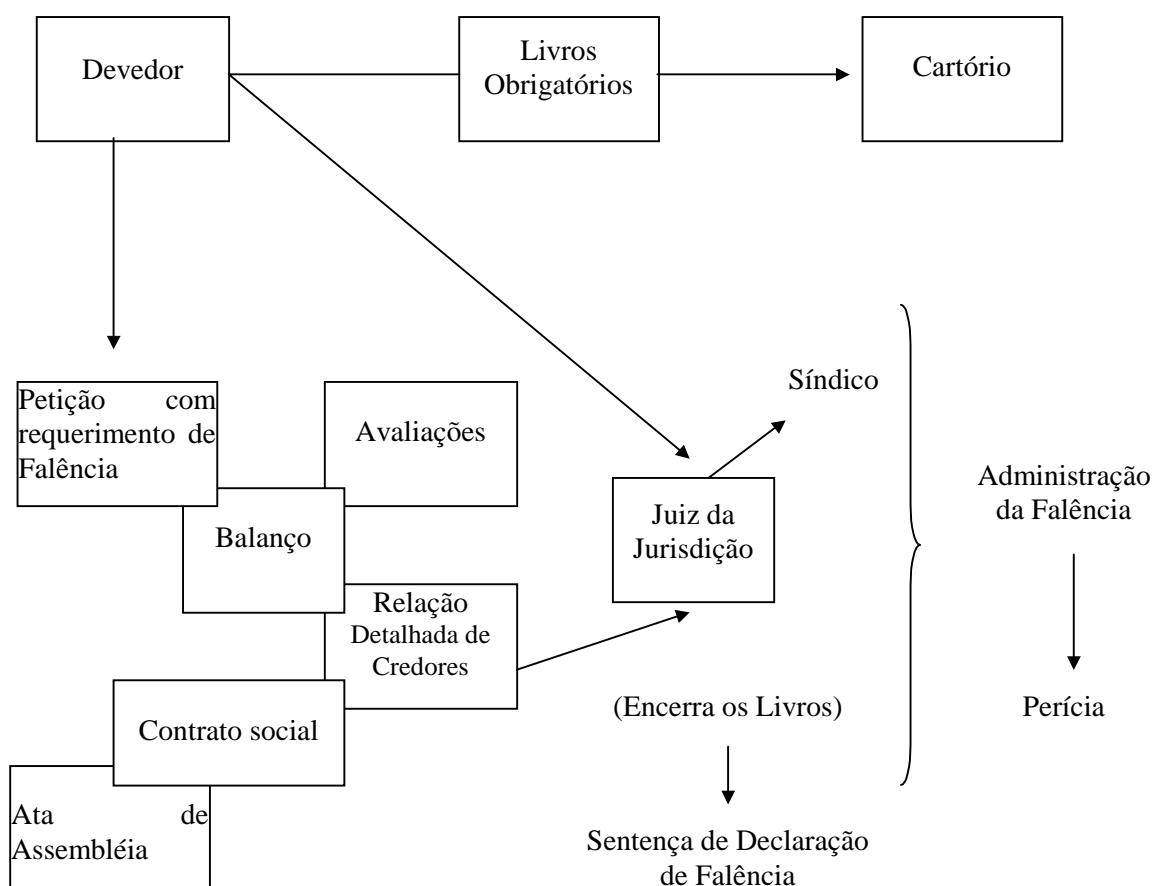


Figura 2 – Esquema de rotina quando ocorre o processo de autofalência

Fonte: Lopes de Sá (2002, p.146)

No processo de autofalência, apresenta-se a petição do devedor, acompanhada da procuração ao advogado constituído, anexando-se um balanço analítico, que contenha a

relação nominal dos credores, com endereços, datas de vencimentos e valores de cada título. Faz-se anexar, também, o comprovante de registro na Junta Comercial do Estado, normalmente o contrato social e, ainda a ata da reunião dos sócios que decidiram pelo processo de autofalência. Nesse mesmo momento, os livros obrigatórios da contabilidade são encaminhados ao cartório da respectiva Vara Cível, para guarda até nomeação do síndico.

No caso de autofalências, Lopes de Sá (2002, p.146) alerta que:

a petição inicial é assinada pelo devedor, acompanhada de balanço, discriminativo (exceto as dívidas prescritas), avaliações e uma relação nominal bem discriminada dos credores (nomes, endereços, natureza dos títulos, vencimentos, etc.) mais o contrato social e a ata da assembléia dos sócios que determinou a decisão; neste ato, o devedor também deixa em cartório seus livros contábeis obrigatórios, que ficarão à disposição do síndico que vai o juiz nomear para a fase seguinte à decretação da falência e que é a da administração da massa falida, em que, então, vai, logo de início, necessitar de uma perícia ampla sobre tudo o que existe e que se pode efetivamente dispor.

O Juiz decreta a sentença de falência, nomeia o síndico para administração da massa falida e o perito, para elaboração do laudo e produção de provas, auxiliando, se necessário, o síndico na distribuição proporcional da riqueza que porventura ainda possa existir.

Posteriormente ao requerimento da falência, os livros da falida deverão ser encerrados e depositados em cartório, para futuras análises do ativo e do passivo pelo síndico e/ou perito contábil.

Valverde (2001, p.222) define o síndico como “órgão ou agente auxiliar da Justiça, criado a bem do interesse público e para a consecução da finalidade do processo da falência; agindo por direito próprio em seu nome, no cumprimento dos deveres que a lei lhe impõe”.

O síndico, depois de compromissado, passa a representar a massa falida, para arrecadar os bens e os livros do falido, prestar informações aos interessados, verificar os créditos, elaborar os relatórios, organizar o quadro geral dos credores, promover a liquidação.

Para que o trabalho do síndico seja mais transparente e lúcido e cause efeitos positivos diante da lide, o Juiz nomeia o perito contador. Segundo Eller (2001, p.96), “o perito contador que deverá ser de confiança do síndico e do Juiz, examinará e analisará tudo o que se fizer necessário para prestar esclarecimentos sobre a falida”.

O perito contador deverá ter conhecimento técnico-científico suficiente para conclusão do trabalho de todo o levantamento do patrimônio.

Quanto às origens dos fatos que legitimaram os créditos, Lopes de Sá (2002, p.144) cita alguns fatores que são os causadores da situação, embora todos eles tenham significado importante quando a empresa está realizando, normalmente, suas operações:

créditos operacionais: vendas de mercadorias, vendas de equipamentos, vendas de serviços, vendas de imobilizações utilizadas e vendas de direitos de produção;

financiamentos: empréstimos a curto prazo, empréstimos a longo prazo hipotecários, arrendamentos mercantis, debêntures, empréstimos mediante cauções de títulos, suprimentos de caixa ou para fornecimentos de materiais, suprimentos por conta de aumento de capital, etc.

É do perito contador a responsabilidade de analisar a veracidade dos fatos que determinam créditos a pessoas, levantamento dos critérios e procedimentos contábeis adotados e da documentação que comprova toda a escrituração contábil. Nesse sentido, Eller (2001 p.96) diz que “a perícia contábil, quando da verificação do patrimônio da empresa, deverá também indagar sobre as origens dos créditos”.

Pelo exposto, deduz-se que a figura do perito contábil é essencial tanto nos casos de falência requerida pelo credor como pelo devedor. Ele contribui decisivamente com a Justiça no levantamento dos dados de que a massa falida é detentora.

Quando da decretação da falência, o trabalho do perito contador inicia-se pelo encerramento das contas patrimoniais e de resultado, apresentadas nos livros razão e diário da empresa. Monteiro (1985) ressalta que todas as contas do passivo devem ser encerradas, e creditadas à massa falida. As contas do ativo também são encerradas, debitando-se à massa falida para apuração do superávit ou déficit daquele patrimônio.

Segundo Eller (2001, p.98), depois que se encerram as contas, o perito contador informará, nos autos, os créditos que deverão ser utilizados para a quitação das dívidas. Observa ainda que a ordem para realização de pagamentos é a seguinte:

- a) todas as obrigações trabalhistas;
- b) obrigações fiscais e parafiscais, atribuindo-se, pela ordem: os tributos da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e de suas respectivas autarquias;
- c) os encargos da massa falida: empregados remanescentes, honorários do síndico, honorários do perito contábil, créditos tributários exigíveis no decurso das falências, multas e penalidades pecuniárias da Fazenda Nacional, custas judiciais;
- d) dívida da massa falida: obrigações resultantes de atos judiciais praticados pelo síndico;
- e) créditos com direito real de garantia: hipoteca, penhor, cédula hipotecária, cédula de crédito industrial;
- f) créditos com privilégio especial sobre determinados bens: crédito do senhorio sobre o mobiliário do prédio alugado ao falido por despesas de salvamento, sobre a coisa salva;
- g) crédito privilegiado geral: debêntures;

h) créditos quirografários: são aqueles credores sem nenhum privilégio, como títulos a pagar, notas promissórias a pagar, duplicatas a pagar.

Depois que o perito contábil tiver coletado todas as informações necessárias, surge uma nova etapa, a elaboração do laudo pericial. Nela deverão ser observadas todas as formalidades legais e éticas para não pairar qualquer dúvida quanto à procedência das análises e suas respectivas conclusões, esclarecendo-se irregularidades que, direta ou indiretamente, tenham contribuído para o estado de insolvência.

2.3.2 Perícia contábil em concordatas

A concordata pode ser vista como um benefício para a empresa, quando essa não possuir condições financeiras suficientes para liquidar todos os seus compromissos junto aos seus credores, dentro do prazo combinado. Essa atitude, prevista em lei, pode ser aplicada para conseguir um dilatamento dos prazos, a fim de que as empresas consigam cumprir seus compromissos.

Ramalho (1993, p.263) explica que “a concordata é um processo pelo qual um comerciante ajusta com seus credores o modo de pagar-lhes o que lhes deve, quando não há condições para efetuar os pagamentos como anteriormente havia sido convencionado”.

Coelho (1997, p.289) defende que:

a concordata é um favor legal, consistente na dilatação dos vencimentos das obrigações ou na remissão parcial de seu valor, a que tem direito o comerciante que preenche determinados requisitos formais. A concordata visa a prevenir ou extinguir os efeitos da falência e independe da vontade dos credores.

O surgimento oficial da concordata aconteceu com a edição do Decreto-lei n. 7.661/45, de 21 de junho de 1945, que, em seu art. 139, prevê dois tipos de concordatas: “a concordata é preventiva ou suspensiva, conforme for pedida em juízo, antes ou depois da declaração da falência”. Estas previsões estão explicitadas nos art. 156 e 177, respectivamente, da mesma lei de falências.

Quando a empresa devedora encontrar dificuldades em efetuar, nos prazos de vencimentos, pagamentos aos seus credores e antes que se inicie o processo de falência, a concordata preventiva pode ser solicitada ao judiciário. Tal requerimento de concordata preventiva visa a expandir o prazo dos pagamentos aos credores, sem interromper suas atividades.

Deduz-se, portanto, que a concordata preventiva consiste em um requerimento prévio, peticionado à Justiça, com a finalidade de evitar que a empresa devedora possa ser exterminada pela ação da insolvência. Nesse sentido, Ramalho (1993, p.98) diz que:

a concordata preventiva ocorre quando o devedor, sentindo a sua falta de condições para cumprir, no vencimento, as obrigações líquidas assumidas, propõe uma modalidade de pagamento que lhe permite solucioná-las, sem prejuízo de suas atividades mercantis normais, evitando assim a sua falência.

Por sua vez, a concordata suspensiva é originária do processo de falência. É solicitada antes da entrega do relatório final do síndico, extinguindo os efeitos da falência. A concordata suspensiva é aceita quando existe a possibilidade de a empresa saldar suas dívidas dentro dos prazos já fixados pela Justiça.

Almeida (1995, p.419) caracteriza a concordata suspensiva como “o ato processual pelo qual o devedor propõe em juízo, melhor forma de pagamento a seus credores, a fim de que, concedida por sentença judicial, suspenda o processo falimentar”.

Assim, considera-se que a concordata propicia uma reabilitação da empresa, evitando ou sustando a falência, o que acarretaria um ônus ainda maior para a sociedade, não só pelo trauma psicológico dos administradores, como também pelo aumento da ociosidade humana e material.

Tanto na concordata preventiva quanto na suspensiva, nem todos os credores serão envolvidos, uma vez que o concordatário continua exercendo o comércio normalmente. Sendo assim, existem dois tipos de credores: os quirografários e os especiais.

Em relação aos credores quirografários e especiais, Führer (1998, p.70) afirma que:

são quirografários todos os credores cujos créditos não gozam de nenhum privilégio geral ou especial, sendo exemplos os fornecedores e as contas a pagar. São privilegiados os seguintes créditos: 1) o salário dos empregados, as férias vencidas e não gozadas, o Fundo de Garantia vencido e não depositado, a indenização do não optante e do acidentado; 2) os créditos referentes a impostos, taxas e contribuições da União Federal, suas autarquias, cujos fatos geradores tenham ocorrido até a data do pedido da concordata preventiva; 3) os créditos referentes a impostos, taxas e contribuições dos Estados, do Distrito Federal, cujos fatos geradores tenham ocorrido até o pedido da concordata preventiva; 4) os créditos referentes aos Municípios; 5) os créditos com privilégios segundo a ordem das instituições, averbações ou anotações no Registro de Imóveis, tais como: hipoteca penhor industrial, penhor agrícola, empréstimos com emissão de debêntures; 6) os créditos oriundos de alienação fiduciária ou reserva de domínio (pedidos de restituição).

O Decreto-lei n. 7.661/45 prevê a suspensão de determinadas atitudes do devedor, numa evidência clara de preservar o crédito tanto dos quirografários como dos privilegiados. Assim o art. 149 apresenta a seguinte redação:

enquanto a concordata não for sentença julgada cumprida (art. 155), o devedor não pode, sem prévia autorização do juiz, ouvido o representante do Ministério Público, alienar ou onerar seus bens imóveis ou outros sujeitos a cláusulas da concordata;

outrossim, sem o consentimento expresso de todos os credores admitidos e sujeitos aos efeitos da concordata, não lhe é permitido vender ou transferir o seu estabelecimento.

Parágrafo Único: Os atos praticados pelo concordatário com violação deste artigo são ineficazes relativamente à massa, no caso de rescisão da concordata.

Algumas restrições são impostas à empresa em situação de concordata preventiva. Prevê o art. 167 da Lei de Falências que as operações da empresa concordatária continuam normalmente, exceto as proibições ali contidas, nos seguintes termos: “não poderá, entretanto, alienar imóveis ou constituir garantias reais, salvo evidente utilidade reconhecida pelo juiz depois de ouvido o comissário”.

O comissário é uma pessoa de confiança do Juiz, podendo ser escolhida dentre um dos credores, ou uma outra pessoa que tenha algum tipo de relacionamento com os negócios da empresa. Tem a incumbência de acompanhar os atos do administrador da concordatária e outras atribuições de sua exclusiva competência, elencadas no art. 169 da Lei de Falências.

De acordo com Führer (1998, p.123), é tarefa do comissário, dentre outras: “fiscalizar o procedimento do devedor; comunicar a existência dos créditos aos credores constantes na lista inicial; impugnar créditos se for o caso, elaborar o quadro geral de credores, etc”.

Vale ressaltar que, na concordata suspensiva, continua existindo a figura do síndico, mas com atribuições específicas definidas no art. 62 da Lei de Falências.

Dessa forma, o comissário, a exemplo do síndico, também se beneficiará do trabalho pericial contábil e poderá designar um perito de sua confiança, sobre a matéria em demanda, resultando em conclusões mais precisas e exatas. Tal regulamentação está exposta no art. 63, inciso V do Decreto-lei n. 7.661/45, de 21 de junho de 1945.

O comissário, mesmo sendo contador e possuindo conhecimentos suficientes, não poderá acumular e desempenhar, também, a função de perito contador da massa. O perito contador tem a missão de periciar a massa, não se confundindo com outras atividades, naquele projeto, até porque as operações desenvolvidas pelo perito contador são distintas em relação às do comissário, ou mesmo às do síndico.

Caberá ao perito contábil realizar um levantamento de todo o ativo e passivo da empresa concordatária, a fim de verificar se a sua real situação condiz com o que consta dos relatórios. Lopes de Sá (2002, p.105) cita que “os exames devem levar à convicção sobre a veracidade das peças contábeis, dos documentos e da dinâmica dos acontecimentos que conduziu ao estado de coisas que gerou o pedido de concordata”.

O perito deve inteirar-se de todas as razões que levaram a empresa a uma situação de concordata. Nesses levantamentos realizados, como elaboração do quadro geral dos credores e

análise da situação geral da empresa, o perito contador deverá direcionar os esclarecimentos necessários ao comissário, assessorando-o em seu trabalho.

Ao elaborar o laudo contábil, o perito deverá fazê-lo com o máximo de detalhes possíveis, demonstrando, afinal, se a concordatária possui ou não condições patrimoniais e econômico-financeiras que lhe proporcionem os meios necessários para cumprir a promessa feita a seus credores.

Desse modo, as conclusões alcançadas pelo perito, constantes do laudo pericial, deverão ser precisas e corretas, pois ao elaborar o seu relatório expondo a sua opinião favorável ou não à concessão da concordata ou à convolação para falência, o comissário ou o síndico levará em consideração os valores expressos nos demonstrativos e as observações feitas pelo perito contador.

Cabe observar que nesses processos judiciais de concordatas as perícias cautelares podem estar presentes, principalmente em concordatas preventivas, produzindo e assegurando provas da existência de valores patrimoniais, em poder da concordatária.

2.3.3 Perícia contábil em inventários e partilhas de bens

A perícia judicial de futuro é também aplicada em processos de inventários sucedidos com a partilha de bens. Esses processos exigem levantamentos e apurações patrimoniais, em especial, quando acontece o falecimento de sócios ou titulares de empresas, ou quando morre uma pessoa, que tenha deixado bens a distribuir entre herdeiros. Todos esses trabalhos são precedidos de partilha de bens. Essa partilha pode acontecer amigavelmente ou litigiosa.

Em se tratando de levantamentos de situações, como o falecimento de um sócio, o trabalho deve ser aprofundado em toda a extensão da empresa, ou seja, deve ser feita análise dos valores tangíveis como também dos intangíveis. Desse modo, além do valor material, devem ser apurados: o valor do fundo de comércio, o valor de suas quotas, os seus créditos e os seus débitos e as contingências negativas e positivas.

Lopes de Sá (2002, p.168) informa que, “de acordo com as leis brasileiras, as contestações dos inventários e mesmo as não contestações exigem do juiz, nos casos em que também a lei define, a nomeação de perito para a avaliação e determinação dos bens a serem partilhados”. Nesses casos, a perícia pode acontecer na fase de instrução, quando se levam aos autos provas que irão subsidiar na formação da convicção do Magistrado para julgamento, ou seja, determinar o quinhão de cada herdeiro.

O artigo 1.003 do Código de Processo Civil estabelece que, “findo o prazo do art. 1.000, sem impugnação ou decidida a que houver sido oposta, o juiz nomeará um perito para avaliar os bens do espólio, se não houver na comarca avaliador judicial”. O artigo citado não deixa dúvidas quanto à necessidade da participação do perito contábil na avaliação do espólio.

Quando a herança se referir a direitos ligados a empreendimentos, o parágrafo único do mesmo artigo diz que, “no caso previsto no artigo 993, parágrafo único, o juiz nomeará um contador para levantar o balanço ou apurar os haveres”. Neste caso, os quesitos formulados devem incluir análises da situação financeira e econômica da empresa, com base nos levantamentos realizados, o que não dispensa os modelos adotados em apurações de irregularidades, como nos casos de falências, concordatas e dissoluções de sociedades.

Lopes de Sá (2002, p.168) cita que, nas empresas, os itens básicos dos levantamentos devem abranger:

o valor real do patrimônio líquido, para apurar o valor real de quota; o valor de fundo de comércio sobre a quota se redundarem redução de capital ou transferência de quota a remanescentes; créditos em conta de retiradas; crédito em conta de lucros distribuídos; crédito em conta de antecipação para aumento de capital; crédito por suprimento de caixa; crédito por empréstimos à sociedade; crédito por venda de bens à sociedade; lucros do exercício, até a data, não levados à conta de resultado ou do sócio; ajustes monetários sobre contas de crédito e juros nas bases do mercado de capitais; outros direitos e créditos; débitos por empréstimos da sociedade; ajustes monetários e juros sobre débitos; débitos por antecipações de lucros retirados; débitos por pagamentos realizados pela sociedade em nome e por conta do *de cujus*; retenções de impostos de fontes e previdenciárias devidas pelo falecido e de responsabilidade de retenção por parte da empresa; débitos por antecipação de retiradas de pró-labore; bens de propriedade do *de cujus* e cedidos em comodato à empresa; bens de posse da empresa e cedidos ao falecido em regime de utilização ou comodato; direitos extracontábeis, mas identificáveis e já de conhecimento dos herdeiros; moedas estrangeiras também não registradas, mas de conhecimento dos herdeiros e dos demais sócios; seguros de vida realizados pela empresa em favor do sócio falecido; pecúlios feitos pela empresa em favor de seu sócio; lucros de participação societária em outra sociedade, ainda não creditados ou frutos de equivalência patrimonial ainda não apurados; contingências positivas e negativas apuráveis etc.

Nessa análise, deve ser esclarecida a abrangência do período a que se refere a vistoria, a confiabilidade dos registros encontrados, para evitar ocultação de haveres, redução do valor de quota por falseamento da situação ou até mesmo casos de mascaramentos patrimoniais.

Alberto (2002, p.114) ressalta que: “a perícia torna-se necessária, principalmente quando há menores herdeiros, pois que as curadorias, visando preservar o interesse daqueles, provavelmente requererão o exame, avaliação ou apuração pericial”. Na intenção de lesar os herdeiros, sobretudo quando houver menores, a sociedade pode provocar aparências de situações difíceis, como também dilapidar o patrimônio, com ações até criminais, na transferência dos bens.

Ao avaliar o espólio, o perito descreverá os bens com as suas características e indicará o estado em que se encontram, colocando o valor de cada um. Isso é muito importante até mesmo para se resguardar de possíveis interrogações por parte dos herdeiros.

De acordo com o artigo 1.009 do Código de Processo Civil, após a entrega do laudo de avaliação, “o juiz mandará que sobre ele se manifestem as partes no prazo de dez dias que correrá em cartório”.

De acordo com o artigo 1.010, do mesmo diploma legal, o Juiz poderá determinar outra avaliação, quando o laudo do perito não inspirar confiança ou quando após a avaliação os bens apreciados apresentarem defeitos que possam estar diminuindo o seu valor venal.

Nessas questões de inventários, antes da partilha dos bens, havendo credores junto ao espólio, estes poderão requerer os seus direitos, com base no artigo 1.017 do Código de Processo Civil. Na petição, deverão constar as dívidas do espólio, devidamente comprovadas e autuadas em apenso aos autos do processo de inventário. Essas dívidas serão liquidadas por ordem do juízo do inventário.

O laudo será entregue antes da audiência de julgamento. Dele deverão constar todos os bens inventariados. Franco (1997, p.162) diz que inventário é demonstração analítica que descreve individualizadamente todos os bens patrimoniais, com suas características e os seus respectivos valores.

Em seguida, o partidor judicial do fórum, atendendo ao disposto no artigo 1.023 do Código de Processo Civil e com base no laudo do perito contábil, organizará um esboço de partilha encaminhando-o ao Juiz, que cumprirá o determinado no artigo 1.027 do mesmo diploma legal, cuja redação é a seguinte:

passada em julgado a sentença mencionada no artigo antecedente, receberá o herdeiro os bens que lhe tocarem e um formal de partilha, do qual constarão as seguintes peças:

I – termo de inventariante e título de herdeiro;

II – avaliação dos bens que constituíram o quinhão do herdeiro;

III – pagamento do quinhão hereditário;

IV – quitação dos impostos;

V – sentença.

Parágrafo único. O formal de partilha poderá ser substituído por certidão do pagamento do quinhão hereditário, quando este não exceder cinco vezes o salário mínimo vigente na sede do juízo; caso em que se transcreverá nela a sentença de partilha transitada em julgado.

Após a sentença e a declaração de transitado em julgado, decorrido os prazos recursais, o processo é arquivado, finalizando o processo de perícia cautelar. A seguir apresenta-se uma metodologia para a perícia contábil.

2.4 METODOLOGIA DE PERÍCIA CONTÁBIL

Segundo Lopes de Sá (2002, p.18-19), a metodologia aplicada às perícias pode variar de um processo para outro. “O método básico da perícia contábil é o analítico e de maior abrangência, visando à confiabilidade da opinião, como prova que deverá ser para terceiros”. Isso depende do objeto que se pretende examinar. Seria prudente entretanto que a Justiça determinasse um padrão do conteúdo e da estrutura sobre as perícias. O planejamento de trabalho é definido com base nos objetivos a serem alcançados.

Caldeira (2000, p.31) lembra que a perícia deve ser tratada de forma particular para cada caso e que os fatos que determinam a necessidade de sua realização são infinitos. Justifica que isso “é uma verdade que pode ser explicada pela própria demanda, cada vez maior, ampla, complexa e diversa, de processos correntes nas comarcas forenses de todo o país”.

Não existe uma metodologia pronta para todos os casos de perícias. Desse modo, pode-se abordar a elaboração de uma metodologia com peculiaridades pertinentes a casos cujas características macro, por assuntos, podem ser identificadas. Cita-se, como exemplo, a execução de perícias em ações judiciais em processos de falências em duas empresas. Cada qual terá suas considerações próprias, como o contrato social, a atividade, o volume do capital social, o perfil das duas empresas, apurados por meio de índices oriundos da análise das demonstrações contábeis. Os próprios quesitos formulados pelas partes são distintos e ainda, se o Juiz entender que falta mais algum tipo de questionamento para esclarecimentos, poderá fazê-lo para melhor elucidar o resultado final.

Entretanto, a base utilizada para a elaboração de uma ou de outra perícia será a mesma. A legislação base pertinente, o método de apuração dos cálculos, a criação de planilhas, tabelas e dados, entre outros, são características comuns para o conjunto de tecnologias de perícias.

Lopes de Sá (2002, p.235) afirma que “a perícia contábil não pode deixar margens para dúvidas e nunca deve o profissional emitir um parecer antes que esgote todos os recursos de indagação, diante das dúvidas que se levantam em quesitos nem nos trabalhos deles defluentes”.

Cabe, pois, ao profissional, ao realizar uma perícia, tomar todos os cuidados com o planejamento, com a ética, aceitando como comprovado o que realmente for inequívoco. Para tanto, deve utilizar as informações necessárias, esclarecedoras e fidedignas sobre o trabalho em desenvolvimento. Além disso, precisa observar as normas técnicas de procedimentos,

condutas e fundamentação e, ainda, formular opiniões que elucidarão o oculto por inexatidão, erro ou má-fé, astúcia e fraude. Enfim, deve elaborar o seu laudo, que deverá ser esclarecedor de todas as dúvidas ou que possa, no futuro, assegurar o contexto patrimonial, para distribuição ou crédito a quem de direito.

2.4.1 Estrutura

A estrutura das perícias contábeis pode variar, conforme a motivação de suas técnicas próprias, agregadas à qualidade moral de seu agente ativo. Lopes de Sá (2002, p.45) adverte que “não existe um padrão de laudo, mas existem formalidades que compõem a estrutura das perícias”. Cada trabalho pericial exige um comportamento diferenciado, dependendo do objetivo para o qual ele foi determinado.

Nesse sentido, Alberto (2002, p.50) diz que “a estrutura está associada, obviamente, ao conceito do objetivo maior da perícia contábil que é a verdade sobre o objeto examinado, ou, melhor dizendo, é a transferência da verdade contábil para o ordenamento da instância decisória”. Caracterizam-se aí os quesitos que o trabalho se dispõe a esclarecer.

Assim, o laudo deverá ser estruturado de acordo com os objetivos a alcançar, podendo variar, em função da especificidade da ação e das peculiaridades do processo em litígio. Embora a estrutura básica das perícias siga uma certa padronização, não se pode dizer que a estrutura das perícias seja padronizada.

Alberto (2002) destaca que geralmente as perícias possuem: abertura, considerações iniciais, desenvolvimento do trabalho, considerações finais, quesitos e respostas, encerramento do laudo com identificação e assinatura do profissional e anexos quando houver juntada de documentos ilustrativos.

a) Abertura

Normalmente a petição é dirigida ao Juiz. A preferência é que se faça em caixa alta, como, por exemplo: EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JORGE DE SÁ AZEVEDO LOBO, MERITÍSSIMO JUIZ DE DIREITO DA 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE GOIÂNIA. Logo abaixo, já em caixa baixa, deve ser indicado o processo e seu número, a natureza da ação, o nome do autor e o nome do réu. A seguir, deve-se deixar um espaço em branco, entre 20 e 30% do tamanho do papel, para que o Juiz faça alguma anotação ou despacho.

b) Considerações iniciais

Iniciam-se identificando e qualificando o profissional e faz-se referência à adoção de técnicas preliminares utilizadas no exame do processo ou livros colocados no bojo judicial dos autos, evidenciando-se a história da lide, que está inserida na petição inicial do processo. É o começo de um trabalho onde se buscam a verdade.

c) Desenvolvimento do trabalho

Traz informações da necessidade ou não de realizar diligências, referência às normas profissionais, o ordenamento lógico do trabalho desenvolvido, identifica o objeto da prova pericial e os objetos que foram examinados ou verificados, quais os elementos pesquisados e vistoriados, as provas testemunhais, as técnicas e os métodos empregados que permitiram concluir o trabalho.

d) Considerações finais

Elabora-se uma síntese das conclusões da perícia. Nessa síntese deve estar incluída a opinião técnica do perito e destinação do laudo à decisão ou suporte à decisão. O perito deve abster-se de emissão de opinião pessoal, não deixando transparecer preferências pela decisão a ser decretada pela Justiça.

e) Quesitos e respostas

Os quesitos devem ser respondidos em ordem de entrada no processo. Devem ser transcritos dos autos para o laudo na mesma forma como foram formulados e respondidos sequencialmente à transcrição de cada quesito. Devem ser respondidos com clareza e com riqueza de detalhes, o suficiente para ser bem entendidos.

f) Encerramento do laudo

O encerramento deve ser simples, não deixando brechas para futuros esclarecimentos ou complementações. A constituição física do laudo que deve indicar a quantidade de anexos, páginas, textos, informando se foram rubricados ou não. Deve conter, ainda, assinaturas, número de registro no CRC de seu Estado e a função no processo.

g) Anexos

Os anexos (quando houver) devem ser numerados como: Anexo 1, Anexo 2, Anexo 3..., rubricados pelo perito, juntando-se aos autos, em ordem cronológica. O mesmo deve ser

feito com os documentos que o profissional considere indispensáveis à ilustração e bom entendimento do trabalho.

2.4.2 Conteúdo

Em relação às formalidades, conforme por Lopes de Sá (2002), o conteúdo de uma perícia deve contemplar o enriquecimento das informações, visando à melhoria da qualidade de cada elemento que compõe a perícia.

a) Prólogo de encaminhamento

O laudo deve ser apresentado em forma de petição, dirigida ao Juiz, identificando-se a vara, a comarca, o número do processo, o requerente, o requerido, a natureza da ação e o perito judicial contábil. Deve ainda trazer uma exposição inicial, elucidando a história do processo em perícia, até mesmo para posicionar o julgador sobre o andamento do feito.

b) Quesitos

Segundo Caldeira (2000, p.35), quesitos “são os itens mais importantes do laudo”. Podem ser considerados os questionamentos dos fatos que o perito deve esclarecer, ou seja, o motivo da nomeação e qual o objetivo da perícia e a matéria objeto da perícia.

Esses questionamentos são formulados pelo Juiz ou pelas partes interessadas, constituindo o objetivo do trabalho desenvolvido. São importantes para orientar o perito contábil na elaboração do laudo pericial e identificam qual a metodologia deve ser adotada (exame documental, diligência, entrevista, etc.).

c) Respostas

As respostas devem ser simples, claras e objetivas, restringindo-se ao âmbito do questionamento do requerente. Schmidt (2000, p.42) menciona que, “para que uma perícia seja considerada de boa qualidade é necessário que apresente: objetividade, precisão, clareza, finalidade, concisão confiabilidade e plena satisfação da finalidade”.

As qualidades reportadas para uma perícia contábil, elucidadas por Schmidt (2000, p.42), são assim comentadas:

- a) objetividade – o perito contábil deve ater-se à matéria examinada e não desviar da matéria que não é assunto do processo;
- b) precisão – ir ao cerne da questão, apresentando respostas pertinentes e corretas ao quesito formulado;

- c) clareza – utilizar uma linguagem acessível sem perder a terminologia tecnológica dos relatos;
- d) finalidade – necessidade de não se deixar influenciar por terceiros, nem utilizar de informações que não tenham consistência competente;
- e) concisão – evitar laudos cheios de assuntos prolixos que não sirvam para traduzir aproveitamento algum para as decisões;
- f) confiabilidade – apresentar laudos periciais apoiados em elementos inequívocos e válidos legal e tecnologicamente;
- g) plena satisfação da finalidade – coerência do resultado do trabalho com os motivos que o originaram.

As qualidades relacionadas devem ser lembradas pelo perito contábil no momento de elaboração das respostas aos quesitos, para que se produzam laudos de qualidade, atendendo às expectativas das partes envolvidas. Com isso, esses laudos podem efetivamente contribuir com a Justiça, representando a verdade dos fatos litigados, e, ainda, apoiar os juízes no veredicto das sentenças, que estão sob sua responsabilidade.

d) Considerações finais

Apresentam as informações mais relevantes sobre os fatos analisados. Constituem um resumo do trabalho do perito, organizado de forma a atender às finalidades. Brandimiller (1996, p.111) adverte que:

a conclusão deve ser objetiva e sintética, evitando-se repetir análises e comentários já apresentados. A conclusão refere-se exclusivamente ao trabalho pericial, ou seja, aos fatos controversos submetidos à elucidação pericial. Não cabe ao perito, nem aos assistentes, julgar a ação, sendo descabidas conclusões finais sob forma de julgamento.

Não só a conclusão, mas todo o texto do laudo contábil deve ser tratado de forma impessoal, na terceira pessoa do singular para referir-se a si mesmo, abstendo-se de oferecer opinião pessoal.

e) Assinatura do perito

Para que surtam os efeitos legais, e considerando-se também que um laudo de um perito contador merece fé pública, este deverá assinar o seu laudo e rubricar todas as páginas da peça. Ao final, deve apor o número de inscrição junto ao Conselho Regional de Contabilidade do Estado de sua jurisdição.

f) Anexos

São documentos que, ao serem analisados, julgados importantes, passam a fazer parte do laudo, servindo como referência em alguma citação de seu conteúdo, para esclarecer alguma dúvida. São esclarecimentos das matérias descritas nas respostas formuladas aos

quesitos, por meio de comprovações escritas que reforçam a opinião do perito, para a elucidação dos fatos.

g) Pareceres

A Lei n. 8.455/92, de 24 de agosto de 1992, passou a designar como parecer o trabalho do perito contador assistente. Esse se diferencia do perito contador judicial, porque é nomeado pelo Juiz, já o perito contador assistente está compromissado com a parte que o indicou. O seu trabalho pode ser feito em conjunto com o perito contador judicial, desde que não haja nenhuma discordância do ponto de vista técnico. Quando isso ocorre, os assistentes têm 10 dias para se manifestar a respeito dos pontos divergentes, apresentados pelo perito contador judicial.

O conteúdo do laudo pericial contábil deve servir de embasamento para o julgamento da controvérsia, em face dos eventos ou fatos que são submetidos à apreciação do profissional da Contabilidade.

Como se viu no início desta seção, a metodologia dos trabalhos periciais tende a variar de um processo para outro, adaptando-se à realidade de cada trabalho. Observa-se, entretanto, que a parte estrutural ou o embasamento legal segue um padrão, variando apenas a aplicação da lei para cada tipo de perícia. Os procedimentos, como o desenvolvimento dos trabalhos, a seriedade, a atenção, a perspicácia e o zelo para com a causa, também se fazem presentes em todos os processos. Por isso, aplica-se uma doutrina de linhas macro para todos os processos, respeitando-se a individualidade própria de cada um.

Neste capítulo procurou-se apresentar os fundamentos teóricos e legais da perícia contábil judicial. Nesse sentido elucidou-se os tipos de perícias previstos na legislação brasileira, particularizando as características das perícias contábeis judiciais cautelares, com a respectiva metodologia para sua realização. Com base nesta fundamentação apresenta-se, na sequência, os estudos multicasos, com processos de falências e de inventários sucedidos com partilha de bens.

3 DESCRIÇÃO E ANÁLISE DE PROCESSOS DE PERÍCIA CONTÁBIL JUDICIAL CAUTELAR

Os processos de perícia contábil judicial cautelar, que constituem objeto de descrição e análise neste capítulo, foram pesquisados nos arquivos do Fórum de Goiânia.

Vale destacar que em 2000 observou-se uma mudança de estrutura de diversas varas cíveis do Fórum de Goiânia. Essas passaram a tratar ao mesmo tempo de todos os assuntos judiciais protocolados na Justiça do Estado de Goiás. Isso significa dizer que todas as varas cíveis da Comarca de Goiânia estão aparelhadas para julgar os processos de todos os assuntos. Anteriormente a essa reestruturação os assuntos eram desenvolvidos por varas específicas, ou seja, os assuntos de famílias junto às Varas de Famílias e Sucessões. Os processos de falências junto às Varas de Falências e Concordatas. Da mesma forma para os demais assuntos.

Com essas alterações procurou-se dar maior agilidade na tramitação dos processos e obter rapidez no ciclo, da inicial até o julgamento. Isto propiciou um ganho de tempo, haja vista que se consegue pesquisar determinados processos muito mais rapidamente do que antes das mudanças.

Este capítulo destina-se a apresentar, inicialmente, uma descrição sintética dos processos de perícias contábeis judiciais cautelares, que se constituem de cinco estudos de casos. Na seqüência contempla-se a estrutura das perícias investigadas, o conteúdo que essas ofereceram, contemplando os quesitos das partes e também dos laudos periciais contábeis.

3.1 DESCRIÇÃO SINTÉTICA DO OBJETO DOS PROCESSOS DE PERÍCIA

Nesta seção, procura-se abordar casos de processos judiciais e de inventários sucedidos com partilha de bens e também de falências, nos quais houve realização de trabalhos periciais. Buscou-se trazer à luz da análise estudos de casos que evidenciam o objeto, a estrutura e o conteúdo da perícia contábil judicial, para o deslinde de causas.

Por autorização do diretor do Cartório Distribuidor da Comarca de Goiânia, realizaram-se, no local, estudos de diversos processos. Durante esses estudos foram descartados diversos processos por não dizerem respeito ao tema e, também, por não conterem informações que viessem a contribuir para o enriquecimento do presente trabalho.

Como a maioria dos processos colocados à disposição do pesquisador pelo Cartório Distribuidor não foram aproveitados para este estudo houve o oferecimento de outros 35

processos, escolhidos aleatoriamente. Estes puderam ser retirados daquele local, mediante lavratura de termo de responsabilidade, para que os estudos e as pesquisas fossem feitas em ambientes mais confortáveis e menos concorridos do que o ambiente forense.

Assim, de posse temporária dos 35 processos, de sete varas cíveis, cuja relação constitui o Apêndice A, iniciou-se estudos detalhados sobre os mesmos. Foram escolhidos 5 deles, cujos assuntos possibilitam o alcance dos objetivos desta pesquisa. Além disso, com exceção de um processo, todos possuem perícias contábeis judiciais cautelares, permitindo visualizar sua estrutura e seu conteúdo.

3.1.1 Descrição dos processos pesquisados

Dos 35 processos judiciais pesquisados, junto ao Cartório Distribuidor, selecionaram-se somente 5 casos que se julgou contribuir mais para o desenvolvimento de uma metodologia de elaboração de perícia contábil judicial cautelar, para manutenção do patrimônio de entidade.

O critério adotado consistiu em selecionar os que continham a melhor estrutura e conteúdo, considerando-se os requisitos de um adequado laudo pericial e, também, o assunto que cada um tratava. No caso, processos de inventários sucedidos com partilha de bens e processos de falências.

Cinco processos foram criteriosamente selecionados, encontrando-se a perícia contábil judicial cautelar, objeto desta pesquisa. Dois deles tratavam de processos de inventários, com heranças a serem repartidas entre herdeiros e em ambos havia procedimentos cautelares de perícias. Os outros três eram processos de natureza de falências, sendo que dois, a exemplo dos anteriores, possuíam trabalhos de perícia contábil cautelar, que mereciam ser observados, e um, que não possuía nenhuma manifestação pericial, mas foi selecionado para comparações com os demais processos.

Para melhor elucidação dos 5 processos selecionados, na sequência apresentam-se os mesmos individualmente, com ênfase no objeto da perícia contábil judicial cautelar.

Salienta-se também, que os nomes das pessoas físicas ou jurídicas que são interessadas nas questões envolvidas são mencionadas de forma apenas ilustrativa, não apresentando as suas verdadeiras identificações, ou seja, os nomes são apresentados de forma fictícia, mantendo-se como verdadeiros os números dos processos, as varas cíveis e o fórum em que os mesmos fazem parte.

3.1.1.1 Estudo de caso n. 1

O Processo n. 19910236241 tem como requerente a empresa FR Comércio de Calçados Ltda, que propõe uma ação de natureza de falência contra a empresa Conteúdo Modas Ltda. Tal petição foi protocolada em 16 de julho de 1991 e distribuída à 11ª Vara Cível em 17 de julho de 1991, sob alegação de falta de pagamentos dos títulos arrolados no Quadro 1.

| ORDEM | TÍTULO | NÚMERO | DATA DE EMISSÃO | DATA DE VENCIMENTO | VALOR DO TÍTULO Cr\$ |
|-------|------------|----------|-----------------|--------------------|----------------------|
| 1 | Triplicata | 1778-1-3 | 16/08/90 | 17/09/90 | 38.960,00 |
| 2 | Triplicata | 1778-2-3 | 16/08/90 | 01/10/90 | 38.960,00 |
| 3 | Triplicata | 1778-3-3 | 16/08/90 | 16/10/90 | 38.960,00 |
| 4 | Triplicata | 03/01/71 | 01/10/90 | 31/10/90 | 39.173,60 |
| 5 | Triplicata | 03/02/71 | 01/10/90 | 15/11/90 | 39.173,60 |
| 6 | Triplicata | 03/03/71 | 01/10/90 | 30/11/90 | 39.173,60 |
| TOTAL | | | | | 241.964,80 |

Quadro 1 – Títulos alegados como inadimplentes – Estudo de caso n. 1

Fonte: Processo n. 19910236241 do Fórum de Goiânia.

Os autos estão devidamente compostos com os documentos que formalizam a representação, como procuração aos advogados, contrato social da requerente e também documentos que comprovam o montante da dívida. Os títulos relacionados estão devidamente protestados no 2º Cartório de Protestos de Goiânia.

Ressalta-se que houve contestação da requerida, neste ato representada pelo seu advogado procurador, com a alegação de inépcia dos autos, uma vez que o requerente deixou de pedir, na inicial, a falência e as condenações oriundas da eventual sucumbência. Solicita a extinção do processo sem julgamento do mérito, baseado no art. 267, combinado com o art. 329, todos do Código de Processo Civil.

No mérito, foi alegado que as triplicatas que estão a alicerçar a lide encontram-se sem aceites e as notas fiscais que acompanham os títulos não possuem assinaturas de recebimentos das mercadorias. Cita a jurisprudência, afirmando que as triplicatas sem aceites não são títulos falenciais e requer a extinção do processo por considerar a improcedência da ação, em face da inexistência de legitimação instrumental.

A Justiça, todavia, entende que a documentação é consistente, uma vez que a inicial, mesmo concisa, demonstra a causa de pedir e o pedido está implícito. Quanto ao mérito, a Justiça entendendo que houve o recebimento das mercadorias, pois as duplicatas estão devidamente protestadas e acompanhadas de documentos que comprovam o recebimento das

mercadorias, ensejando execução por títulos extrajudiciais e, em consequência, legitimam o pedido de falência.

A Justiça decreta a falência da requerida em 13 de outubro de 1992, determinando a publicação, por duas vezes, o que ocorreu em 03 e 04 de novembro de 1992, no Diário da Justiça do Estado de Goiás. Em seguida, os sócios da falida foram intimados, para, em um prazo de 48 horas, comparecer ao cartório apresentando a relação de todos os credores, com os respectivos valores devidos e endereços, para que fosse nomeado o síndico da massa falida, conforme preceitua o artigo 34 do Decreto-lei n. 7.661/45, de 21 de junho de 1945. Também foi fixado o prazo de 20 dias, para que os credores apresentassem as declarações e os documentos justificativos de seus créditos.

Vale ressaltar que os oficiais de justiça, encarregados de intimar os empresários da requerida, tiveram suas missivas frustradas, em decorrência do afastamento dos intimados de seus domicílios, suspeitando-se que esses estivessem foragidos de seus endereços comerciais e residenciais.

Em 30 de dezembro de 1992, a autora protocola petição requerendo que fosse decretada a prisão dos representantes legais da falida, sob a alegação de que estariam cometendo crime falimentar, usando meios ruinosos para obter recursos e retardar a conclusão do processo. Menciona que os representantes estariam instalando uma outra firma, em nome de terceiros, com transferência ilegal de mercadorias da falida.

Atempadamente o Instituto Nacional do Seguro Social requer o seu credenciamento junto à massa falida, incluindo os valores descontados dos salários dos empregados, bem como o valor gerado como obrigação patronal, na quantia de Cr\$ 65.741.279,47, atualizados até o dia da decretação da falência.

Em 01 de outubro de 1993 foi apensada nesta uma outra ação de falência movida pela empresa Zerus Ecologia S/A, cujos créditos totalizam a importância de Cr\$ 840.900,00.

O processo foi encaminhado ao Ministério Público, à 20ª Promotoria de Justiça da Comarca de Goiânia, para ser ouvido. Este, na data de 08 de abril de 1994, por dever de ofício, após análise dos autos, aponta irregularidades, como a falta de autenticação da procuração do advogado da requerida e solicita sua normalização, sob pena de não validar os atos praticados pelo seu patrono. Requer a expedição do mandado de prisão do representante da falida, tendo em vista que, intimado, ele descumpriu o que prescrevem os artigos 34 e 35 da Lei de Falências. Requer ainda a nomeação e intimação do síndico à falência, nos moldes do art. 63 do Decreto-lei n. 7.661/45.

De volta ao Juiz, em 12 de abril de 1994, foi determinado que as irregularidades apontadas pelo Ministério Público fossem sanadas e, ainda, por questões puramente administrativas, foi decretada a prisão do réu pelo prazo de 60 dias. A prisão não foi realizada em virtude do mesmo comparecer em 22 de abril de 1994 ao cartório, prestar depoimento, tendo, por determinação da Justiça, o relaxamento de sua prisão.

Em 03 de maio de 1994, foram apensados os autos de n. 988/91, também de falências, propostos pela empresa Vulcadebras S/A Indústria e Comércio.

No que se refere ao pronunciamento do Ministério Público sobre a necessidade de nomeação de um síndico, a Justiça, apesar de concordar, teve algumas dificuldades na definição do nome do profissional para exercer a função. Na oportunidade, no período de abril de 1994 a outubro de 2001, foram nomeados 10 profissionais para o mandato de síndico, sendo que os 9 primeiros, sob as mais variadas alegações, declinaram de suas indicações.

Finalmente, em 02 de outubro de 2001, é nomeado o síndico que presta o compromisso de cumprir fielmente as atribuições inerentes à administração da massa falida. Iniciando os trabalhos, o síndico solicita os livros da falida, conforme preceitua o art. 70, § 6º, do Decreto-lei n. 7.661/45. Houve o atendimento, tendo sido repassados os seguintes livros: a) registro de inventário; b) registro de saídas; c) registro de utilização de documentos fiscais e termos de ocorrências; d) registro de entradas interestadual; e) registro de entradas do Estado; f) registro de apuração de ICMS; e g) registro de saída.

O síndico, por ser um advogado, portanto não habilitado junto ao CRC-GO, solicita ao Juiz a nomeação de um contador para elaboração do laudo contábil, no que é prontamente atendido. Ao atender à solicitação do síndico, o Juiz elabora os quesitos a serem respondidos pelo especialista.

O perito contábil, após os levantamentos dos ativos, conclui que a massa falida não possui nenhum valor a ser relacionado, como bens móveis ou imóveis, valores a receber ou mercadorias, até mesmo a conta bancária já havia sido encerrada.

Em vistas ao processo, o Juiz emitiu o seguinte despacho: "Não foram encontrados bens para serem arrecadados, podendo, os credores e interessados requerer, no prazo de dez dias, o que for a bem dos seus direitos".

Como não houve nenhuma manifestação no sentido de indicar valores pertencentes aos empresários ou à própria falida, o processo retornou ao síndico para conclusão de seus trabalhos. Ele faz, em 07 de maio de 2002, o seguinte relato:

Na condição de síndico, nomeado nos autos em referência, com o devido respeito vem à douta presença de V. Exa. Para expor e requerer o seguinte:

- 1) Nada obstante o disposto no artigo 132, § 1º, do Decreto-Lei 7661/45 estabelecer em dois anos o prazo para encerramento do processo falimentar, no presente caso este prazo já ultrapassou nove anos;
- 2) O primeiro síndico que aceitou a incumbência do desempenho dessa função, por meio de petição datada de 30/10/1996, (o segundo a ser nomeado) portanto, há quase cinco anos, sob a alegação de que os bens encontrados eram insuficientes para cobrir sequer as despesas processuais, requereu fosse procedido nos termos do artigo 75 do Decreto-Lei nº 7.661/45;
- 3) Nas fls. 164v. opina o Ministério Público favorável ao procedimento pleiteado pelo síndico, tendo os editais sido publicados nos dias 18 e 19/12/1996;
- 4) Talvez por excesso de zelo, o ilustre juiz condutor do processo, nas fls. determina nova publicação dos editais de que trata o artigo 75 do Decreto-Lei 7.661/45;
- 5) Sob a alegação de problema de saúde do seu genitor, a síndica nomeada apresenta a sua renúncia ao cargo, tendo sido indicado em sua substituição outros sete profissionais que, sob vários motivos anunciados desistiram de suas nomeações;
- 6) Apesar das publicações dos editais em duplicidade, dos autos, não consta a manifestação de quaisquer credores, o que subentende-se do desinteresse dos mesmos no prosseguimento da presente falência;
- 7) O laudo do perito contábil, apesar de bem fundamentado e estudado, nada de novo é acrescentado, até em função do longo período entre a decretação da falência e o trabalho pericial;
- 8) Considerando-se, também, o decurso do prazo prescricional superior a quatro anos da sentença de quebra, desnecessário se torna a instauração do inquérito judicial;
- 9) De igual forma, torna-se também desnecessário a apresentação do relatório de que trata o artigo 200 § 3º, do Decreto-Lei 7.661/45, ante a inexistência de bens arrecadados e do quadro geral dos credores;
- 10) Pelo exposto, salvo melhor juízo de Vossa Excelência, requer-se seja o presente processo falimentar encerrado, nos termos do permissivo artigo 75, § 3º, do Decreto-Lei 7.661/45.

Valverde (2001, p.162) afirma que, “se não forem encontrados bens para serem arrecadados, ou se os arrecadados forem insuficientes para as despesas de processo, e nenhum credor se prontificar a entrar com as quantias necessárias para o andamento da falência, o juiz encerra o processo por sentença”.

De volta à 11ª Vara Cível, o Juiz, em 22 de maio de 2002, determina vista ao Ministério Público. Esse, por meio da 20ª Promotoria de Justiça do Estado de Goiás, após análise, considera desnecessária a instauração de inquérito judicial para apuração da ocorrência de possíveis crimes falimentares, na forma do § 2º do art. 75 c/c/ §§ 3º, 4º e 5º do art. 200, ambos do Decreto-lei n. 7.661/45.

Este posicionamento do Ministério Público foi em função de que possíveis crimes falimentares estariam prescritos no prazo de 2 anos a contar da data de falência, ocorrida em 30 de setembro de 1992. O Decreto-lei n. 7.661/45, em seu art. 132, § 1º, regula que o prazo prescricional para a extinção de crime falencial é de 2 anos.

Führer (1998, p.85) assevera que, “proferida a decisão final no inquérito judicial, e não antes, vão os autos principais conclusos ao juiz para sentença de encerramento, sendo a mesma publicada por edital”.

Assim a Promotoria, baseada no laudo do perito e também no relatório do síndico, propõe o encerramento da falência, denominando-a “falência frustrada”, ressaltando que permanecem intactas as obrigações dos falidos. Lamenta que o condutor do processo não tenha atentado para a necessidade da realização de uma perícia cautelar no início da ação, o que asseguraria o domínio e controle da riqueza patrimonial, que a falida possuía naquela ocasião.

De volta ao Juiz, esse declara encerrada a falência da empresa, confirmando a continuação da responsabilidade de liquidação aos credores. Declarado transitado em julgado, determina a devolução dos livros à falida e o arquivamento dos autos.

3.1.1.2 Estudo de caso n. 2

O processo n. 200101482668 tem como requerente Bill Néri, brasileiro, casado; Esmeralda Ribeiro Néri e Pedro Ribeiro Néri, brasileiros, menores púberes.

Trata-se de um processo de inventário, precedido de partilha dos bens deixados pelos *de cujus* Vilma Ribeiro Néri, falecida em 10 de janeiro de 1994 e seu viúvo o Sr. Otávio Néri, falecido em 14 de julho de 2001. Observou-se que o primeiro inventariante era filho do primeiro casamento do Sr. Otávio Néri e os outros dois eram filhos, gêmeos, do casal falecido.

Constatou-se também que, apesar de o Sr. Otávio Néri ser uma pessoa bastante esclarecida, em função de ser Desembargador da Justiça até se aposentar, não foi providenciado o inventário, quando do falecimento de sua esposa, Dona Vilma Ribeiro Néri.

Tal processo foi distribuído à 4ª Vara Cível da Comarca de Goiânia, em 27 de setembro de 2001.

Por questões óbvias como sendo o único irmão de maioridade e, ainda, tutor dos irmãos menores, assumiu a obrigação de inventariante o Sr. Bill Néri. Salienta-se que o antigo Código Civil, aprovado pela Lei n. 3.071/16, de 1º de janeiro de 1916, vigente na época do inventário, não regulamentava a questão do inventariante. No entanto, prescreve o art. 1.797, inciso II do Código Civil, aprovado pela Lei n. 10.406/02, de 10 de janeiro de 2002, que o compromisso de inventariar e administrar a herança caberá “ao herdeiro que estiver na posse e administração dos bens, e, se houver mais de um nessas condições, ao mais velho”. No caso em pauta em qualquer uma das hipóteses, o Sr. Bill Néri, credencia-se como inventariante.

De conformidade com o que determina o Código Civil, aprovado pela Lei n. 10.406/02, de 10 de janeiro de 2002, em seu art. 2.014, os bens são indicados para compor os

quinhões hereditários para partilha. O inventariante apresentou, já na petição inicial, os bens para partilha entre os três herdeiros. À época do ingresso da petição inicial, essa prática não era regulamentada no antigo Código Civil de 1916.

a) Rol de bens inseridos na petição inicial

A relação dos bens foi apresentada pelo inventariante, com a finalidade de definir a riqueza componente do espólio a ser inventariado, conforme determina a legislação vigente. Esta relação está exposta no Quadro n. 2, que se apresenta logo a seguir.

| ORDEM | TIPO DE BENS | DESCRIÇÃO DOS BENS INSERIDOS NA PARTILHA | VALOR AVALIADO R\$ |
|-------|--------------|---|--------------------|
| 1 | Imóvel | Fazenda Município de Mozarlândia-GO, contendo 3 casas, currais, diversas represas e várias outras benfeitorias | 3.100.000,00 |
| 2 | Imóvel | Um barracão em terreno, com 490 m ² , sito à rua das Missões, Qd. 54, Lt. 27, Parque Industrial João Brás, Goiânia-GO. | 8.050,70 |
| 3 | Imóvel | Um terreno medindo 420 m ² , sito à Av. José Frankin da Costa, Qd. D Lt. 10, Setor Samarah, Trindade – GO. | 2.800,00 |
| 4 | Imóvel | Um apartamento de cobertura, mobiliado, com 350 m ² , sito à rua 9 n. 735, Ed. Colina Azul, Setor Oeste, Goiânia – GO. | 250.000,00 |
| 5 | Sucata | Um DKV, tipo sedan, 1966 | 500,00 |
| 6 | Sucata | Um Volkswagen, tipo fusca, 1962 | 500,00 |
| 7 | Sucata | Um Volkswagen, tipo carman-guia, 1970 | 300,00 |
| 8 | Sucata | Uma camioneta Ford, 1929 | 700,00 |
| 9 | Sucata | Uma Vespa, tipo motocicleta, 1962 | 200,00 |
| 10 | Sucata | Uma motocicleta marca Java, 1962 | 100,00 |
| 11 | Sucata | Um triciclo marca Opel, 1962 | 300,00 |
| 12 | Sucata | Um Volkswagen, tipo variant, 1962 | 400,00 |
| 13 | Sucata | Um DKV, tipo perua, 1966 | 500,00 |
| 14 | Sucata | Um caminhão Chevrolet, 1964 | 300,00 |
| 15 | Sucata | Um Fiat 147, 1980 | 400,00 |
| 16 | Sucata | Um Ford Corcel, 1976 | 400,00 |
| 17 | Sucata | Um Fiat 147, 1978 | 300,00 |
| 18 | Veículo | Um BRM, tipo bugre, 1985 | 500,00 |
| 19 | Veículo | Um Ford sedan, 1931 | 700,00 |
| 20 | Veículo | Um Mercedes Bens, tipo sedan, 1973 | 1.000,00 |
| 21 | Veículo | Um Mercedes Bens, tipo sedan, 1966 | 800,00 |
| 22 | Veículo | Um trator marca Agralle, 1964 | 700,00 |
| 23 | Disponível | BRADESCO c/Poupança | 12.000,00 |
| 24 | Disponível | Caixa Econômica Federal c/Poupança | 2.000,00 |
| 25 | Semoventes | 100 bezerros sobre ano | 20.000,00 |
| 26 | Semoventes | 60 garrotes de um ano e meio | 18.000,00 |
| 27 | Semoventes | 5 cavalos mangalarga marchador | 5.000,00 |
| TOTAL | | | 3.426.145,07 |

Quadro 2 – Rol de bens apresentado pelo inventariante para partilha de bens – Estudo de caso n.2

Fonte: Processo n. 20010011482668 do Fórum de Goiânia.

De conforme com a legislação, o inventariante apresentou o rol de bens a ser inventariado, constituindo o monte-mor do Processo n. 200101482668, cujo montante seria distribuído entre os herdeiros, de conformidade com o plano de partilha de bens apresentado, respeitando-se o direito de cada um.

b) Plano de partilha dos bens entre os herdeiros

Os valores patrimoniais constantes do Quadro 3, a seguir, refere-se à distribuição sugerida pelo inventariante, o Sr. Bill Néri, por meio de petição encaminhada pelo advogado do espólio e não aceita pelo Ministério Público.

| HERDEIROS | TIPO DE BENS | PLANO DE PARTILHA | Valor R\$ |
|--------------------|--------------|---|--------------|
| Bill Néri | Imóvel | Um terreno medindo 420 m², sito na Av. José Franklin da Costa, Qd. D Lt. 10, Setor Samarah, Trindade-GO | 2.800,00 |
| | Imóvel | Um barracão em terreno, com 490 m², sito na rua das Missões, Qd. 54, Lt. 27, Parque Industrial João Brás, Goiânia-GO. | 8.050,70 |
| | Imóvel | Fração ideal de 20% da fazenda localizada em Mozarlândia | 620.000,00 |
| | Sucata | Um Volkswagen, tipo fusca, 1962 | 500,00 |
| | Sucata | Um Volkswagen, tipo carman-guia, 1970 | 300,00 |
| | Sucata | Uma camioneta Ford, 1929 | 700,00 |
| | Sucata | Uma Vespa, tipo motocicleta, 1962 | 200,00 |
| | Sucata | Uma motocicleta marca Java, 1962 | 100,00 |
| | Sucata | Um triciclo marca Opel, 1962 | 300,00 |
| | Sucata | Um Volkswagen, tipo variant, 1962 | 400,00 |
| | Sucata | Um DKV, tipo perua, 1966 | 500,00 |
| | Sucata | Um caminhão, marca Chevorlet, 1964 | 300,00 |
| | Sucata | Um Fiat 147, 1980 | 400,00 |
| | Sucata | Um Ford, Corcel, 1976 | 400,00 |
| | Sucata | Um Fiat 147, 1978 | 300,00 |
| | Sucata | Um DKV, tipo sedan, 1966 | 500,00 |
| | Veículo | Um Ford sedan, 1931 | 700,00 |
| | Veículo | Um Mercedes Bens, tipo sedan, 1973, | 1.000,00 |
| | Veículo | Um Mercedes Bens, tipo sedan, 1966 | 800,00 |
| | Veículo | Um trator marca Agralle, 1964 | 700,00 |
| | Veículo | Um BRM, tipo bugre, 1985 | 500,00 |
| | Semoventes | 100 bezerros sobre ano | 20.000,00 |
| | Semoventes | 60 garrotes de um ano e meio | 18.000,00 |
| | Semoventes | 5 cavalos mangalarga marchador | 5.000,00 |
| | Disponíveis | Quota em dinheiro | 2.839,44 |
| | | Total destinado à Bill Néri | 685.290,14 |
| Pedro Ribeiro Néri | Imóvel | Fração ideal de 50% do apartamento mobiliado, localizado em Goiânia – GO | 125.000,00 |
| | Imóvel | Fração ideal de 40% da fazenda localizada em Mozarlândia | 1.240.000,00 |
| | Disponíveis | Quota em dinheiro | 5.580,28 |
| | | Total destinado à Pedro Ribeiro Néri | 1.370.580,28 |
| Esmeralda R.Néri | Imóvel | Fração ideal de 50% do apartamento mobiliado, localizado em Goiânia – GO | 125.000,00 |
| | Imóvel | Fração ideal de 40% da fazenda localizada em Mozarlândia | 1.240.000,00 |
| | Disponíveis | Quota em dinheiro | 5.580,28 |
| | | Total destinado à Esmeralda Ribeiro Néri | 1.370.580,28 |
| TOTAL | | | 3.426.145,07 |

Quadro 3 – Plano de partilha dos bens apresentado pelo inventariante – Estudo de caso n. 2

Fonte: Processo n. 200101482668 do Fórum de Goiânia.

Percebe-se que a quota-parte de Bill Néri, por ser herdeiro apenas do Sr. Otávio Néri, equivale a 20% do patrimônio, ao passo que as quotas-partes de Pedro Ribeiro Néri e Esmeralda Ribeiro Néri representam 40% cada uma, por serem herdeiros, também, de Dona Vilma Ribeiro Néri.

Feito assim, o inventariante das partes requer ao Juiz que seja homologada a citada partilha de bens, para que surtam os efeitos legais.

Em 19 de novembro de 2001, a 15ª Promotoria do Estado de Goiás solicita vista ao processo, sob a alegação de que houve denúncias de irregularidades no zelo do patrimônio, bem como na distribuição dos bens aos herdeiros. Postula que sejam aplicados os art. 846 a 851 do CPC, que prevêm constituição da perícia cautelar, ou seja, a produção antecipada de provas como meio de garantir a manutenção do patrimônio do espólio e, ainda, protesta pela produção de provas antes da audiência de instrução.

Ao intimar o perito, o Juiz arbitrou os seus honorários e definiu os quesitos, bem como determinou que a Promotoria elaborasse questões a serem respondidos, orientando a ação pericial na produção de provas.

Ao realizar a perícia contábil judicial de futuro, ou perícia cautelar, constataram-se e comprovaram-se as seguintes irregularidades no que se refere aos valores apresentados ao rol de bens para partilha:

a) a fazenda, comparada com escrituras lavradas no Cartório de Registro de Imóveis daquela Comarca de Mozarlândia e a avaliação apresentada pelo CRECI-GO, estava com uma cotação razoável, ou seja, R\$ 10.000,00 por alqueire, num total de R\$ 3.100.000,00, adicionando-se mais R\$ 100.000,00 pelo valor da sede da fazenda, totalmente mobiliada.

b) no terreno da cidade de Trindade, cotado por R\$ 2.800,00, na verdade, havia uma casa de 60m². Após avaliação pelo CRECI-GO, constatou-se que o seu valor venal era de, aproximadamente, R\$ 35.000,00;

c) o barracão do Parque Industrial João Brás, na verdade, era um galpão construído em toda a área do terreno de 490 m² e era especialmente destinado a abrigar os veículos do falecido. Segundo avaliações do CRECI-GO, seu valor venal era de R\$ 150.000,00;

d) o apartamento de cobertura em Goiânia, totalmente mobiliado, segundo a avaliação do CRECI-GO estava dentro de valores aceitáveis, ou seja, R\$ 300.000,00;

e) em se tratando das sucatas de veículos e veículos, foi observado que os bens arrolados nestes dois itens formavam verdadeiras relíquias. Eram apreciadas por colecionadores que avaliavam aqueles bens a valores superiores aos de mercado. O falecido, um desembargador aposentado, era um colecionador de objetos antigos e cuidava tanto daqueles bens que construiu um galpão em um terreno de sua propriedade, adequado a abrigar todo aquele patrimônio. Levados à avaliação oficial alcançaram a cifra de R\$ 350.000,00;

f) no que diz respeito aos valores disponíveis, auxiliado por entrevistas com os familiares dos inventariantes, o perito conseguiu informações importantes sobre as contas

bancárias. Recebeu, inclusive, extratos que comprovavam a existência de numerários nas seguintes agências bancárias: BRADESCO, CEF, BEG, Banco do Brasil e Banco de Crédito Rural de Minas Gerais. Após o levantamento, foi constatada a existência de 32 contas bancárias, entre contas correntes e contas de poupança. Foi verificada, também, a existência de uma procuração pública do falecido, dando poderes ao seu filho Bill Néri para movimentação das referidas contas. Peticionado ao Juiz, este determinou aos bancos que fornecessem os seus saldos. O montante apurado era de R\$ 132.345,15.

g) por fim, com relação aos semoventes, o perito descobriu e provou que o rebanho existente na fazenda não era somente de 160 bezerros e sim de 1.855 bois gordos, com idade média de 42 meses. A prova não foi contestada, até porque o finado, Sr. Otávio, era muito conhecido entre os fazendeiros vizinhos e todo o gado possuía sua marca. Feita uma pesagem de 100 animais e constatado que o peso médio de cada um era de 17 arrobas líquidas, estando, em ponto de abate, de acordo com informações da Associação Goiana de Pecuáristas. Na oportunidade, a cotação, por arroba, era de R\$ 35,00, totalizando, neste item, a importância de R\$ 1.103.725,00.

h) em relação aos cavalos, foram realmente comprovados que eram 5, no valor total de R\$ 5.000,00.

Apesar das grosseiras diferenças verificadas entre os valores apresentados para partilha de bens e os valores apurados pelo laudo do perito, não houve manifestação sobre prováveis desvios de recursos.

A Justiça, ao tomar conhecimento do laudo da perícia contábil judicial cautelar, entregue pelo perito em 17-07-02, determinou providências para salvaguardar o patrimônio da família. Como providências, destacam-se: a custódia dos bens, a indicação de um novo tutor para os menores, a substituição do inventariante e a determinação de novo plano de partilha de bens entre os herdeiros.

c) Novo plano de partilha dos bens entre os herdeiros

O valor de R\$ 5.276.070,15, apurado pela perícia, foi aceito por todos. Passou a constituir o montante-mor da massa inventariada, a ser distribuída em comum acordo, com base em um novo plano de partilha, apresentado no Quadro n. 4, requerendo homologação.

| HERDEIROS | TIPO DE BENS | PLANO DE PARTILHA | VALOR R\$ |
|--------------------|--------------|---|--------------|
| Bill Néri | Imóvel | Uma gleba de terras de 74 alqueires, sem benfeitorias, em Mozarlândia-GO | 740.000,00 |
| | Imóvel | Casa à av. José Frankin Costa, Setor Samarah, Qd. D, Lt. 10, Trindade-GO. | 35.000,00 |
| | Veículo | Um DKV, tipo sedan, 1966 | 25.000,00 |
| | Veículo | Um Volkswagen, tipo fusca, 1962 | 25.000,00 |
| | Veículo | Um Volkswagen, tipo carman-guia | 5.000,00 |
| | Veículo | Um Ford, 1929 tipo camioneta | 50.000,00 |
| | Veículo | Um trator marca Agralle, 1964 | 5.000,00 |
| | Disponíveis | Dinheiro em espécie | 46.214,05 |
| | Semoventes | 200 bois ao valor unitário de R\$ 595,00 | 119.000,00 |
| | Semoventes | 5 cavalos raça mangalarga marchador | 5.000,00 |
| | | Total para Bill Néri | 1.055.214,03 |
| Pedro Ribeiro Néri | Imóvel | Uma gleba de terras de 120 alqueires, sem benfeitorias, em Mozarlândia-GO | 1.200.000,00 |
| | Imóvel | 50% de um galpão, sito à Rua das Missões, Qd. 54, Lt. 27, Parque Industrial João Brás, Goiânia. | 75.000,00 |
| | Imóvel | 50% do apartamento sito à rua 9 n. 735, Edifício Colina Azul, Setor Oeste, Goiânia-GO. | 150.000,00 |
| | Veículo | Uma vespa, tipo motocicleta, 1962 | 10.000,00 |
| | | Uma moto, marca Java, 1962 | 10.000,00 |
| | | Um triciclo, marca Opel, 1962 | 15.000,00 |
| | | Um caminhão Chevrolet Brasil, 1964 | 10.000,00 |
| | | Um Ford, 1931, tipo sedan | 50.000,00 |
| | | Um Mercedes Bens, tipo sedan, 1966 | 40.000,00 |
| | | Dinheiro em espécie | 44.678,06 |
| | | 850 bois ao valor unitário de R\$ 595,00 | 505.750,00 |
| | | Total para Pedro Ribeiro Néri | 2.110.428,06 |
| Esmeralda R. Néri | Imóvel | Uma gleba de terras de 120 alqueires, sem benfeitorias, em Mozarlândia-GO | 1.200.000,00 |
| | Imóvel | 3 casas e demais benfeitorias existentes na fazenda de Mozarlândia – GO | 100.000,00 |
| | Imóvel | 50% de um galpão, sito à Rua das Missões, Qd. 54, Lt. 27, Parque Industrial João Brás, Goiânia. | 75.000,00 |
| | Imóvel | 50% do apartamento sito à rua 9 n. 735, Edifício Colina Azul, Setor Oeste, Goiânia-GO. | 150.000,00 |
| | Veículo | Um Volkswagen, tipo variant, 1962 | 5.000,00 |
| | Veículo | Um DKV, tipo perua, 1966 | 25.000,00 |
| | Veículo | Um Fiat 147, 1980 | 5.000,00 |
| | Veículo | Um Fiat 147, 1978 | 5.000,00 |
| | Veículo | Um BRM, tipo bugre, 1985 | 5.000,00 |
| | Veículo | Um Mercedes Bens, tipo sedan, 1973 | 40.000,00 |
| | Disponíveis | Dinheiro em espécie | 41.453,06 |
| | Semoventes | 805 bois ao valor unitário de R\$ 595,00 | 478.975,00 |
| | | Total para Esmeralda Ribeiro Néri | 2.110.428,06 |
| TOTAL | | | 5.276.070,15 |

Quadro 4 - Novo plano de partilha de bens entre os herdeiros – Estudo de caso n. 2

Fonte: Processo n. 200101482668 do Fórum de Goiânia.

Nesse novo formal de partilhas, sugerido pela perícia contábil e aceito pelas partes, caracterizou-se a realidade dos fatos, fator determinante para que se conhecesse a verdadeira Justiça de distribuição dos bens. O valor final apurado do espólio, no valor de R\$

5.276.070,15, foi distribuído equitativamente a cada herdeiro, de conformidade com os valores percentuais pertencentes a cada um, de acordo com os preceitos legais e morais.

O Juiz prolate então sua sentença, homologando o acordo celebrado entre as partes, publica o formal de partilha, dentro do que disciplina o art. 1.027 do CPC, declara transitado em julgado em 21 de novembro de 2002, havendo sido observados todos os prazos prescricionais.

3.1.1.3 Estudo de caso n. 3

O Processo n. 19940047371, de 23 de fevereiro de 1994, tem como requerente a empresa Madeireira Araguaia Ltda e como requerida a Contran Construções Ltda, ação de natureza de falência, distribuída à 11ª Vara Cível da Comarca de Goiânia. A requerente é credora dos títulos evidenciados no Quadro 5.

| ORDEM | TÍTULOS | NÚMERO | DATA DE EMISSÃO | DATA DE VENCIMENTO | VALOR DO TÍTULO EM R\$ | |
|-------|------------------------------|---------|-----------------|--------------------|------------------------|------------|
| 1 | Duplicata | 8198 | 01-10-93 | 08-10-93 | 5.600,00 | |
| 2 | Duplicata | 8073 | 06-09-93 | 01-10-93 | 2.800,00 | |
| 3 | Duplicata | 8068 | 03-09-93 | 03-10-93 | 4.180,00 | |
| 4 | Duplicata | 8076 | 06-09-93 | 06-10-93 | 2.275,00 | |
| 5 | Duplicata | 8162 | 24-09-93 | 06-10-93 | 206.500,00 | |
| 6 | Duplicata | 8219 | 04-10-93 | 27-10-93 | 5.023,60 | |
| 7 | Duplicata | 8281 | 18-10-93 | 08-11-93 | 16.900,00 | |
| 8 | Apontamento | 363053 | 04-11-93 | 11-11-93 | 430,93 | |
| 9 | Apontamento | 1789681 | 04-11-93 | 10-11-93 | 290,93 | |
| 10 | Apontamento | 363056 | 04-11-93 | 11-11-93 | 352,83 | |
| 11 | Apontamento | 363055 | 04-11-93 | 11-11-93 | 259,43 | |
| 12 | Apontamento | 363054 | 04-11-93 | 11-11-93 | 5.136,93 | |
| 13 | Apontamento | 363057 | 04-11-93 | 11-11-93 | 399,22 | |
| 14 | Apontamento | 365994 | 04-11-93 | 18-11-93 | 1.124,62 | |
| 15 | Subtotal | | | | | 251.273,49 |
| 16 | Atualização | | | | | 635.757,29 |
| 17 | Subtotal | | | | | 887.030,78 |
| 18 | Atualização dos Apontamentos | | | | | 22.484,31 |
| 19 | Subtotal | | | | | 909.515,09 |
| 20 | Honorários | | | | | 181.903,01 |
| TOTAL | | | | | 1.091.418,10 | |

Quadro 5 - Títulos alegados como inadimplentes – Estudo de caso n. 3

Fonte: Processo n. 19940047371 do Fórum de Goiânia.

A autora apresenta alegações de que “todos os meios suasórios possíveis foram utilizados pela requerente e nenhum resultado positivo foi alcançado”. Foi anexada ao processo toda a documentação necessária, como: instrumento de protestos dos 1º e 2º Cartórios de Protestos de Goiânia, contrato social e alterações posteriores, duplicatas, notas

fiscais, serviços de distribuição de títulos da Corregedoria Geral de Justiça e procuração ao advogado.

Requer ainda a perícia contábil judicial cautelar, baseando-se nos art. 846 e 847 de Código de Processo Civil, fazendo alusões a possíveis desvios de recursos da requerida. Em 02 de março de 1994, a Justiça determina a citação da requerida, para que essa, em 24 horas, apresente defesa ou elida a falência.

O oficial de justiça, em 22 de março de 1994, foi impedido de intimar a requerida, porque, segundo o próprio oficial, “a firma estava fechada, em aspecto de abandono. Dentro do pátio do depósito avista-se alguns materiais básicos de construções, como areia, tijolos, brita, dois caminhões de pequeno porte em estado precário de conservação e uma betoneira usada.”

O advogado da requerente, em nova petição, datada de 25 de abril de 1994, alegando receio de extravios de valores, reitera a solicitação inicial da perícia contábil judicial cautelar, protestando por todos os meios pela produção de provas em direito admitidas, requer seja declarada a indisponibilidade dos bens, numa tentativa de salvaguardar o patrimônio da representada. Cita ainda o novo endereço dos representantes legais da requerida, visando a auxiliar a Justiça, ao mesmo tempo em que defende os interesses de sua representada.

Novo mandado de intimação é expedido em data de 10 de novembro de 1994, para os proprietários da requerida, com os endereçamentos apresentados pelo advogado da requerente. Na oportunidade, outra vez foram frustradas as intenções da Justiça, que não encontrou o paradeiro dos empresários.

Diante do impasse, o Poder Judiciário, baseado no art. 9º, inciso II do CPC, nomeia um Curador Especial e, sob compromisso de seu grau acadêmico, faz citação à ré por edital, com base no art. 9, inciso II do CPC, em 30 de dezembro de 1994.

Em 13 de fevereiro de 1995, o juiz determina, baseado no art. 846 do CPC, a perícia cautelar, nomeia o perito judicial, arbitra os honorários e fixa o prazo para a realização das provas periciais, conforme art. 421 do CPC. Intima as partes a formularem seus quesitos e indicarem seus assistentes dentro de 5 dias.

O perito apresenta seu trabalho dentro do prazo fixado de 20 dias. Alega o especialista que não encontrou nenhum objeto que pudesse ser mencionado como valor patrimonial, em seu laudo, até porque o imóvel estava fechado, em estado de total abandono e depredação. Foi informado pela vizinhança que o proprietário do imóvel teria entrado na Justiça para receber aluguéis em atraso.

Em 30 de junho de 1995, às 15 horas, o Juiz da 11ª Vara Cível da Comarca de Goiânia, baseado no art. 1º do Decreto-lei n. 7.661/45, decretou a falência da Contran Construções Ltda e determinou a publicação, por duas vezes, no Diário da Justiça do Estado de Goiás.

Foi fixado o prazo de 20 dias para que os credores apresentassem as declarações e os documentos justificativos de seus créditos. Ainda nesse mesmo ato, foi nomeado o síndico para a administração da massa falida e resoluções de pendências.

O Instituto Nacional do Seguro Social requer, em 15 de agosto de 1997, o seu credenciamento junto à massa falida, incluindo os valores descontados dos salários dos empregados, bem como o valor gerado como obrigações patronais, totalizando a importância de R\$ 440.021,50.

O síndico, que só foi nomeado definitivamente em 22 de agosto de 2001, 3 anos após a decretação da falência, em decorrência de 7 tentativas frustradas de nomeação, apresenta, em 10 de janeiro de 2002, um relatório de 5 laudas, com a seguinte conclusão:

não existem bens a serem arrecadados, estando devidamente comprovado por meio do laudo do Sr. Perito Contador e também em visita por mim realizada ao local, nada novo foi acrescido. Ante a inexistência de bens não haverá com o desenvolvimento do processo ninguém a ser beneficiado, a investigação por parte do síndico de ato lesivo para buscar pela ação revocatória a arrecadação de bens não trará benefício a ninguém.

O presente processo falimentar reclama o seu encerramento tanto pela falta de bens arrecadados.

Assim sendo, requer à Vossa Excelência a publicação por duas vezes do Edital previsto no artigo 75 da Lei Falitária. Requer ainda, baseado no inciso II do artigo 200 da mesma lei, seja encerrada a falência, ficando os falidos obrigados ao pagamento das custas processuais e, ainda, ao pagamento dos honorários do síndico, caso Vossa Excelência entenda cabível.

O processo é encaminhado à 42ª Promotoria de Justiça de Goiânia, do Ministério Público, em 04 de fevereiro de 2002, que o aprecia e informa sobre a existência de um apenso, tendo como requerente de falência o Sr. Sílvio Azevedo Barros, em data de 03 de fevereiro de 1998. Neste caso, segundo a Promotoria, a sentença de falência prolatada recebe a data anterior ao pedido, não produzindo qualquer efeito jurídico, pois a quebra da requerida já estava decretada. Observado o laudo do perito contador, associado ao relato do síndico e comprovada a inexistência de bens, opina, em 20 de março de 2002, pela publicação do edital nos moldes do art. 75 da Lei de Falências e, decorrido o prazo legal, pelo encerramento da falência.

Segundo Valverde (2001, p. 90), “nas falências, em que os bens arrecadados são insuficientes para as despesas do processo, e se os credores nada requererem, manda a lei observar os § 3º, 4º e 5º do art. 200, ambos do Decreto-lei n. 7.661/45”.

Em cumprimento ao artigo 132 do Decreto-lei n. 7.661/45, o juiz declara, em 30 de outubro de 2002, o encerramento da falência da empresa Contran Construções Ltda, continuando a mesma com total responsabilidade sobre o seu passivo.

3.1.1.4 Estudo de caso n. 4

O processo n. 19920058181, protocolado em 12 de março de 1992, tem como requerente a empresa Cartográfica Papelaria e Tipografia Ltda e como requerida a empresa J&C Indústria e Comércio de Couro Ltda, ação de falência, nos termos do art. 1º do Decreto-lei n. 7.661/45, distribuída à 11ª Vara Cível da Comarca de Goiânia.

A requerente alega ser credora da requerida, baseando-se na falta de liquidação títulos arrolados no Quadro 6.

| ORDEM | TÍTULO | NÚMERO | DATA DE EMISSÃO | DATA DE VENCIMENTO | VALOR DO TÍTULO Cz\$ |
|-------|-----------|---------|-----------------|--------------------|----------------------|
| 1 | Duplicata | 8160/90 | 16/10/90 | 10/11/91 | 30.612,00 |
| 2 | Duplicata | 8156/90 | 16/10/90 | 22/11/91 | 16.459,20 |
| 3 | Duplicata | 8193/90 | 16/10/90 | 03/01/92 | 24.192,00 |
| 4 | Custas | | | | 2.684,00 |
| TOTAL | | | | | 71.263,20 |

Quadro 6 - Títulos alegados como inadimplentes – Estudo de caso n. 4

Fonte: Processo n. 19920058181 do Fórum de Goiânia.

O processo está legalmente instruído com comprovantes de protestos do 1º Cartório de Protesto de Títulos de Goiânia, cópias das duplicatas, notas fiscais, contrato social e procuração, dando os poderes para o mister.

Houve intimação da requerida em 01 de abril de 1992, para oferecer sua contestação ou efetuar o depósito elisivo. Em 15 de abril de 1992, a requerida apresentou defesa sob alegação de que, para caracterização da insolvência, é necessário que haja pluralidade de credores. Segundo a defesa, não era o caso e apresenta proposta de regularização do débito, oferecendo os seguintes bens à penhora:

- a) uma máquina de costura, marca Mercúrio, n. 2-B 105.388, semi-nova, no valor de Cz\$ 150.000,00;
- b) uma máquina de costura, marca Elgin, n. 3.548.862, semi-nova, no valor de Cz\$ 250.000,00;
- c) uma máquina de costura, marca Singer, n. JA-271.106, de mesa, em bom estado de conservação, no valor de Cz\$ 90.000,00.

Informa, ainda, o novo endereço da empresa, sito no Jardim Luz, Qd. 06 Lt 27, Município de Aparecida de Goiânia, Goiás, em fase de alteração na Junta Comercial do Estado de Goiás.

Antes mesmo de a audiência de conciliação e o julgamento serem realizados, foi apensado aos autos um outro processo de falência, tendo como requerente a empresa Curtume Pires do Rio Ltda, que alega ser credora da requerida do valor de Cz\$ 35.000,00, por títulos vencidos e não pagos, contra a empresa J&C Indústria e Comércio de Couros Ltda, em 20 de abril de 1992.

O Juiz determina nova intimação, para que o procurador da requerida se pronuncie sobre o segundo requerimento. Esse, entretanto, alega que já não é mais o responsável pela assessoria jurídica da empresa, por ter rescindido o seu contrato de trabalho.

A primeira requerente peticiona em 20 de abril de 1992, para cancelar a audiência marcada para 30 de abril de 1992, às 15 horas, numa tentativa de localizar a requerida em seu novo endereço, no Município de Aparecida de Goiânia. O Juiz suspende a audiência até que seja respondida a carta precatória enviada à Comarca de Aparecida de Goiânia, para intimação da requerida.

Tal precatória só foi devolvida em 17 de fevereiro de 1993, com a informação de que a requerida não fora localizada no endereço fornecido. A vizinhança não informou sobre a eventual instalação daquela empresa no endereço apresentado. Diante de tal situação, a Justiça publica edital de convocação da requerida para audiência de julgamento.

Finalmente, a falência foi decretada em 18 de março de 1993. O Juiz, na mesma sentença, determina o fechamento da empresa e manda afixar, nas entradas da empresa, o respectivo edital. Concede 20 dias de prazo para os credores comprovarem seus direitos junto à massa falida. Intima os falidos a comparecerem em Cartório, em um prazo de 2 horas para apresentar a relação de todos os credores, com os seus respectivos valores e endereços, para que um deles seja nomeado como síndico. Exige o depósito dos livros contábeis e fiscais e que preste depoimento nos termos do art. 34 da Lei de Falências.

Em 03 de abril de 1993, o Instituto Nacional do Seguro Social apresenta o seu credenciamento junto à massa falida, incluindo os valores descontados dos salários dos empregados, bem como o valor gerado como obrigações patronais, totalizando a importância de Cz\$ 116.379,43.

Em 17 de outubro de 1998, o processo foi repassado para vista ao Ministério Público, que opina pelo prosseguimento normal do feito. Sugere nomeação do síndico da massa falida,

conforme determina o art. 62 e opina pela decretação da prisão dos empresários falidos, com fulcro no art. 35, combinado com o art. 34, incisos I, II e V, todos do Decreto-lei n. 7.661/45.

Com base na Lei de Falências e na solicitação do Ministério Público, a Justiça determina, em 19 de dezembro de 1998, a prisão, pelo prazo de 60 dias, dos falidos, para que cumpram suas obrigações exigidas por lei.

Na data de 02 de maio de 2000, os falidos, por meio de seu representante legal, peticionam para justificar o não-cumprimento da legislação, alega a falta de conhecimento da tramitação judicial de falências, indicando como mau profissional o antigo procurador. Só nessa data o processo passou a ter um verdadeiro representante legal.

Em 10 de maio de 2000, a Delegacia de Feitos Precatórios e Capturas consegue prender os falidos, que por determinação judicial foram imediatamente levados à presença do juízo, prestaram depoimentos de praxe e entregaram os seguintes livros: a) Registro da inspeção do trabalho; b) Registro de saídas (estadual); c) Registro de saídas (interestadual); d) Registro de utilização de documentos fiscais e termo de ocorrências; e) Registro de entradas (estadual); f) Registro de entradas (interestadual); g) Registro de apuração do IPI e h) Registro de inventário.

Ainda em cumprimento à determinação legal foi entregue a relação dos seguintes credores: Tributário – Fazenda Estadual, valor, em 11-05-00, de R\$ 37.077,21; Privilégio – Caixego, valor, em 19-03-92, CR\$ 1.507.277,16; Quirografário – Cartográfica Papelaria e Tipografia Ltda, valor, em 28-02-92, Cz\$ 73.947,20 e Curtume Pires do Rio Ltda, valor, em 20-04-92, de Cz\$ 35.000,00.

Nesse mesmo dia, foi revogada a ordem de prisão dos falidos, expedindo-se o competente alvará de soltura. Quanto à nomeação do síndico para administrar a massa falida, a Justiça teve muitas dificuldades em definir o nome, tendo sido nomeadas várias pessoas para assumir o cargo. Somente em 02 de agosto de 2002, pôde-se confirmar o encarregado.

Esse, após o exame das peças, apresenta relatório em 26 de agosto de 2002, afirmando que não foram encontrados bens a ser arrecadados, sugerindo o encerramento do presente processo, em rito sumário, conforme art. 200 do Decreto-lei n. 7.661/45, até porque qualquer ação estaria aumentando os prejuízos para o erário público.

O Ministério Público, após análise, considera desnecessária a instauração de inquérito judicial para a apuração de possíveis crimes falimentares, na forma do § 2º do art. 75 c/c/ §§ 3º, 4º e 5º do art. 200, ambos do Decreto-lei n. 7.661/45. Julga o processo como uma falência frustrada, em função das perdas de prazos para ações cautelares. Tal posicionamento do Ministério Público foi em função de que possíveis crimes falimentares estariam prescritos no

prazo de 2 anos a contar da data de falência ocorrida em 18 de março de 1992. Considera que a ausência de bens a serem liquidados impõe o encerramento da falência, com ressalva de que permanecem intactas as obrigações do falido.

Em 27 de setembro de 2002, o juiz determina que se “publique a sentença por edital, aguardando-se o decurso de prazo para recurso. Transitada em julgado, entreguem-se os livros à falida, em seguida, archive-se os autos”.

3.1.1.5 Estudo de caso n. 5

O processo n. 200001468434, de 31 de agosto de 2000, distribuído à 3ª Vara Cível, da Comarca de Goiânia, tem como requerente a Sra. Delziane de Ataíde, brasileira, viúva, funcionária pública, que requer a abertura de inventário e partilha de bens deixados pelos *de cujus* Germana Felipe da Silva, falecida em 13 de dezembro 1976, e Walter de Ataíde, falecido em 16-05-00. A 1ª *de cujus* deixou meeiro, o Sr. Geovane de Ataíde, brasileiro, viúvo, aposentado e como único herdeiro o 2º *de cujus*, Walter de Ataíde. A suplicante foi casada, em regime de comunhão universal de bens, com o 2º *de cujus* até a sua morte. O 2º *de cujus* deixou como meeira a Suplicante e como herdeiros três filhos menores púberes: Gerson de Ataíde, Fernando de Ataíde e Walter de Ataíde Júnior.

Para desempenhar o cargo de inventariante, o Juiz nomeou e compromissou, na forma da lei, o Sr. Geovane de Ataíde. Para serem inventariados foram apresentados pelo inventariante os bens deixados pela 1ª *de cujus*, mostrados no Quadro 7.

| ORDEM | TIPO DE BENS | DESCRIÇÃO DOS BENS INSERIDOS NA PARTILHA | VALOR AVALIADO |
|-------|--------------|--|----------------|
| 1 | Imóvel | Uma fazenda de 40 alqueires, no Município de Inhumas GO, contendo casa, curral, pomar e demais benfeitorias. | 1.000.000,00 |
| 2 | Imóvel | Uma casa residencial, sita na rua 80 n.36, Centro, Goiânia-GO. | 50.000,00 |
| Total | | | 1.050.000,00 |

Quadro 7 - Rol de bens inseridos na petição inicial deixados pela 1ª *de cujus* – Estudo de caso n. 5.

Fonte: Processo n. 200001468434 do Fórum de Goiânia.

Da mesma forma, o Sr. Geovane de Ataíde relacionou os bens a serem inventariados, deixados pelo 2º *de cujus*, apresentados no Quadro n. 8.

| ORDEM | TIPO DE BENS | DESCRIÇÃO DOS BENS INSERIDOS NA PARTILHA | VALOR AVALIADO |
|--------------|--------------|--|------------------|
| 1 | Imóvel | Um terreno urbano, sito na Av. Cristóvão Colombo, esq.c/Rua Ilinóis, Qd. 161, Lt. 31, Jardim Novo Mundo, Goiânia – GO. | 20.000,00 |
| 2 | Veículo | Um Volkswagen, tipo Gol, modelo 1998. | 10.000,00 |
| Total | | | 30.000,00 |

Quadro 8 - Rol de bens inseridos na petição inicial deixados pelo 2º de cujus, – Estudo de caso n. 5.

Fonte: Processo n. 200001468434 do Fórum de Goiânia.

O processo se encontra devidamente instruído, com a documentação de praxe, tais como: procuração de todos os interessados, escrituras públicas dos bens, certificado de propriedade do veículo, cópia dos documentos pessoais e certidões de óbitos.

O processo foi encaminhado ao Ministério Público, que após as considerações normais, interroga se na fazenda, em Inhumas, não havia semoventes que pudessem ser avaliados. Conclui dizendo:

ante o exposto, requeiro a nomeação de perito, com fulcro no artigo 848 do CPC, para levantamento do monte-mor, recaindo, principalmente, no item semoventes que possam existir na fazenda no Município de Inhumas. Após, o laudo deverá ser apreciado pelo avaliador judicial, para definição final dos valores apontados pelo *expert*. Intime-se ainda o inventariante para juntar certidão negativa, conforme artigo 1.026 do CPC.

Acatando o requerimento do Ministério Público, o Juiz nomeia, em 21 de dezembro de 2000, o perito, arbitrando os seus honorários para o levantamento do monte-mor a ser inventariado. O perito contábil apresenta, em 15 de fevereiro de 2001, o laudo pericial contábil, apurando o montante, evidenciado no Quadro 9 referente à 1ª de cujus.

| ORDEM | TIPO DE BENS | DESCRIÇÃO DOS BENS INSERIDOS NA PARTILHA | VALOR AVALIADO R\$ |
|--------------|--------------|--|---------------------|
| 1 | Imóvel | Uma fazenda de 40 alqueires, no Município de Inhumas GO, contendo casa, curral, pomar e demais benfeitorias. | 1.000.000,00 |
| 2 | Imóvel | Uma casa residencial, sita na rua 80 n. 36, Centro, Goiânia-GO. | 56.000,00 |
| 3 | Semoventes | 168 cabeças de gado bovino leiteiro, entre bois, vacas e bezerros | 50.400,00 |
| 4 | Veículo | um trator marca Massey Ferguson, ano 1978 | 8.000,00 |
| TOTAL | | | 1.114.400,00 |

Quadro 9 – Novo rol para partilha de bens deixados pela 1ª de cujus – Estudo de caso n. 5

Fonte: Processo n. 200001468434 do Fórum de Goiânia.

Não houve nenhuma alteração no que se refere aos itens inicialmente apresentados e referentes ao 2º de cujus, apenas variações de valores desses bens. O quadro 10 retrata a situação que o perito concluiu sobre os valores deixados pelo 2º de cujus.

| ORDEM | TIPO DE BENS | DESCRIÇÃO DOS BENS INSERIDOS NA PARTILHA | VALOR AVALIADO R\$ |
|--------------|--------------|--|--------------------|
| 1 | Imóvel | Um terreno urbano, sito na Av. Cristóvão Colombo, esq. c/Ilinóis, Qd. 161, Lt. 31, Jardim Novo Mundo, Goiânia – GO | 21.000,00 |
| 2 | Veículo | Um Volkswagen, tipo Gol, modelo 1998. | 11.000,00 |
| Total | | | 32.000,00 |

Quadro 10 – Novo rol para partilha de bens deixados pelo 2º de cujus – Estudo de caso n. 5

Fonte: Processo n. 200001468434 do Fórum de Goiânia.

O laudo é submetido ao avaliador judicial, que confirma todos os valores apresentados pelo perito contábil. Em 18 de junho de 2001, o processo vai à Contadoria para preparação da planilha de cálculo de débito e preenchimento da guia de recolhimento do ITCD e retorna à Partidora Judicial, que elabora o plano de partilha dos bens e, a seguir, apresenta-o ao Juiz, em 19-12-01, para homologação e sentença final, conforme mostra-se no Quadro 11.

| HERDEIROS | TIPO DE BENS | PLANO DE PARTILHA | VALOR R\$ |
|-------------------------|--------------|--|--------------|
| Geovane de Ataíde | Imóvel | Fração ideal de 50% de uma fazenda de 40 alqueires, no Município de Inhumas – GO. | 500.000,00 |
| | Imóvel | Fração ideal de 50% de uma casa residencial, localizada na Rua 80 n. 36, Centro, Goiânia – GO | 28.000,00 |
| | Semoventes | 84 cabeças de gado bovino leiteiro. | 25.200,00 |
| | Veículo | Fração 50% de um trator Massey Ferguson, ano 1978 | 4.000,00 |
| | | Total destinado ao Sr. Geovane de Ataíde | 557.200,00 |
| Delziane de Ataíde | Imóvel | Fração ideal de 24,65% de uma fazenda de 40 alqueires, no Município de Inhumas GO | 246.500,00 |
| | Imóvel | Fração ideal de 50% de um terreno sito na Av. Cristóvão Colombo, esq.c/Rua Ilinóis, Qd. 161, Lt 31, Jardim Novo Mundo, Goiânia-GO | 10.500,00 |
| | Imóvel | Fração ideal de 25% de uma casa residencial, localizada na Rua 80 n. 36, Centro, Goiânia-GO | 14.000,00 |
| | Semoventes | 42 cabeças de gado bovino leiteiro. | 12.600,00 |
| | Veículo | Um Volkswagen, tipo Gol, modelo 1998 | 11.000,00 |
| | | Total destinado à Delziane de Ataíde | 294.600,00 |
| Gerson de Ataíde | Imóvel | Fração ideal de 8,45% de uma fazenda de 40 alqueires, no Município de Inhumas-GO | 84.500,00 |
| | Imóvel | Fração ideal de 8,33% de uma casa residencial, localizada na Rua 80 n. 36, Centro, Goiânia – GO | 4.666,67 |
| | Imóvel | Fração ideal de 16,67% de um terreno sito na Av. Cristóvão Colombo, esq.c/Rua Ilinóis, Qd. 161, Lt 31, Jardim Novo Mundo, Goiânia-GO | 3.500,00 |
| | Veículo | Fração 16,67% de um trator Massey Ferguson, 1978. | 1.333,33 |
| | Semoventes | 14 cabeças de gado bovino leiteiro. | 4.200,00 |
| | | Total destinado a Gerson de Ataíde | 98.200,00 |
| Fernando de Ataíde | Imóvel | Fração ideal de 8,45% de uma fazenda de 40 alqueires, no Município de Inhumas – GO | 84.500,00 |
| | Imóvel | Fração ideal de 8,33% de uma casa residencial, localizada na Rua 80 n. 36, Centro, Goiânia – GO | 4.666,67 |
| | Imóvel | Fração ideal de 16,67% de um terreno sito na Av. Cristóvão Colombo, esq.c/Rua Ilinóis, Qd. 161, Lt 31, Jardim Novo Mundo, Goiânia-GO | 3.500,00 |
| | Veículo | Fração 16,67% de um trator Massey Ferguson, 1978. | 1.333,33 |
| | Semoventes | 14 cabeças de gado bovino leiteiro. | 4.200,00 |
| | | Total destinado a Fernando de Ataíde | 98.200,00 |
| Walter de Ataíde Júnior | Imóvel | Fração ideal de 8,45% de uma fazenda de 40 alqueires, no Município de Inhumas – GO | 84.500,00 |
| | Imóvel | Fração ideal de 8,33% de uma casa residencial, localizada na Rua 80 n. 36, Centro, Goiânia – GO | 4.666,67 |
| | Imóvel | Fração ideal de 16,67% de um terreno sito na Av. Cristóvão Colombo, Qd. 161, Lt 31, Jardim Novo Mundo, Goiânia-GO | 3.500,00 |
| | Veículo | Fração 16,67% de um trator Massey Ferguson, 1978. | 1.333,33 |
| | Semoventes | 14 cabeças de gado bovino leiteiro. | 4.200,00 |
| | | Total destinado a Walter de Ataíde Júnior | 98.200,00 |
| Total | | | 1.146.400,00 |

Quadro 11 - Novo plano de partilha dos bens entre herdeiros – Estudo de caso n. 5

Fonte: Processo n. 200001468434 do Fórum de Goiânia.

O novo plano de partilha de bens apresentado foi aceito pelas partes e ficou dependendo apenas da homologação do Juiz, devidamente assessorado pelo Ministério Público.

Finalmente, em 02 de setembro de 2002, o Juiz aplica sua sentença, homologando o presente plano de partilha de bens, determina a expedição do formal de partilha, com os respectivos alvarás e, ainda, declara o presente processo transitado em julgado, concluindo pelo seu arquivamento.

3.1.2 Análise do objeto dos processos estudados

Se o objeto da Contabilidade é o patrimônio e se a perícia contábil é uma atividade de um segmento oriundo da própria Contabilidade, possui objetivos claros como a transferência da verdade contábil para o ordenamento da instância decisória e, ainda, se seus objetivos são a constatação, prova ou demonstração sobre o seu objeto, pode-se adotar o pensamento de Alberto (2002, p.51) segundo o qual a perícia contábil tem como objeto as “situações, coisas ou fatos oriundos das relações, efeitos e haveres que fluem do patrimônio de quaisquer entidades”.

Nesse sentido, procurou-se conhecer o objeto das perícias contábeis analisadas neste estudo, apresentou-se o resultado dos casos n. 2 e n. 5, dos quais foram realizadas apurações dos valores corretos dos haveres das massas inventariadas e investigada a existência de atos lesivos que visavam a fraudar o interesse de pessoas junto ao patrimônio a inventariar. A ação pericial nestes dois casos conseguiu salvaguardar o patrimônio destinado à partilha de bens entre os herdeiros.

Sobre os estudos de casos n. 1 e n. 3, em decorrência de uma morosidade da Justiça, a perícia, em relação à salvaguarda do patrimônio dos credores, não teve nenhuma eficácia, pois essas perícias foram determinadas em épocas inoportunas, e já havia acontecido o extravio de bens e direitos das requeridas nas ações de falências.

Quanto ao estudo de caso n. 4, não se pôde realizar a mesma análise, até porque não houve trabalho pericial, ficando, portanto, prejudicado o trabalho que viesse a conhecer o fenômeno investigado, que é o objeto.

A seguir apresenta-se a análise dos processos que estruturaram o presente estudo com os detalhes peculiares de cada um.

3.1.2.1 Estudo de caso n. 1

O processo n. 19910236241, objeto do estudo de caso n. 1, foi considerado pela 20ª Promotoria de Justiça como falência frustrada, em função da morosidade da Justiça. O Promotor lamentou que o condutor do processo não tenha atentado para a realização da perícia cautelar nos moldes dos art. 846 a 851 do CPC, assegurando o controle da riqueza patrimonial, que a empresa possuía na ocasião.

A perícia contábil judicial cautelar ou de futuro é aplicada para salvaguardar o patrimônio de entidade. Nesse caso, seria prudente aplicar a perícia cautelar, até porque houve denúncia por parte da requerente, alertando a Justiça de que os representantes da requerida estariam cometendo crime falimentar. Entre outros, cita a retirada ilegal de mercadorias para instalar uma outra empresa, em nome de terceiros, numa ação irresponsável e inconseqüente.

Quando é aplicada a perícia contábil judicial cautelar, a Justiça determina o seqüestro dos bens, mantendo-os em sua guarda e garante, pelo menos em parte, a liquidação das dívidas. Em que pese a Justiça necessitar de prazos legais, houve exagero, talvez um excesso de zelo, no cumprimento desses prazos, pois a falência foi decretada em 13 de outubro de 1992 e o síndico foi nomeado somente em 02 de outubro de 2001, isto é, 9 anos após.

Se nomeado no mesmo ato da falência, o perito anteciparia todas as provas e salvaguardaria o patrimônio da massa falida, em benefício dos credores. A nomeação do síndico, definida posteriormente, não prejudicaria os interessados, pois os valores estariam resguardados.

Nesse processo, a atuação do síndico foi apenas para cumprimento da lei, ou seja, analisar os autos, verificar o laudo do perito, concluir que a falida não tinha valores a arrecadar e os possíveis crimes falimentares, que por decurso de prazo já estão prescritos.

Neste sentido, Andrade (2000, p.162) lembra que:

se não houver requerimento de credor, o síndico, dentro de oito dias, promoverá a venda dos bens que foram arrecadados, apresentando em seguida seu relatório para os efeitos dos §§ 3º, 4º e 5º do artigo 200. O juiz, atendendo o disposto no § 5º do artigo 200, proferirá em seguida sua decisão, encerrando a falência nos respectivos autos.

Führer (1995) alerta que não havendo bens a serem arrecadados ou quando forem insuficientes até para cobertura de despesas com o processo da massa falida, o Juiz deverá determinar o encerramento da falência.

Infere-se, do exposto, que a perícia contábil judicial cautelar deve ser considerada como um dos primeiros passos a ser determinado nos processos de falências, pois não se pode correr riscos de ver o patrimônio exaurir por influência da ação morosa da Justiça.

3.1.2.2 Estudo de caso n. 2

O estudo de caso n. 2 apresentado, que tem como base o processo n. 200101483668, mostra a importância da perícia contábil judicial cautelar ou de futuro, objeto deste trabalho.

Trata-se de um duplo inventário, em que o primeiro inventariante, interessado no resultado final da partilha, propõe um plano totalmente em desacordo com a legislação, gesto antiético, em tentativa de burlar a Justiça, beneficiando a si próprio e prejudicando outros herdeiros menores. Oferece uma avaliação fraudulenta e com vícios. A ação do Ministério Público foi providencial, manifestando que fosse nomeado um perito contábil para inibir intenções maldosas que estavam por vir e prejudicar os herdeiros menores.

O laudo do perito contábil vem comprovar a necessidade da realização de perícias cautelares também nos processos de inventário precedidos de partilha de bens, para fazer justiça onde se requer justiça. Com base nos estudos apresentados pelo perito, pôde-se comparar as duas situações invocadas.

As diferenças encontradas pelo perito, entre o primeiro plano de partilha apresentado na petição inicial e o segundo plano de partilha proposto e aceito pelas autoridades judiciais, são muito grandes, conforme pode ser observado no Quadro n. 12.

| ORDEM | NOME DO HERDEIRO | PRIMEIRO PLANO DE PARTILHA DE BENS | PARTILHA DOS MESMOS BENS COM NOVOS OS VALORES | PLANO DE PARTILHA DE BENS REALIZADO | DIFERENÇA |
|--------------|------------------------|------------------------------------|---|-------------------------------------|---------------|
| 1 | Bill Néri | 685.290,14 | 2.384.909,59 | 1.055.214,03 | -1.329.695,56 |
| 2 | Pedro Ribeiro Néri | 1.370.580,28 | 1.445.580,28 | 2.110.428,06 | 664.847,78 |
| 3 | Esmeralda Ribeiro Néri | 1.370.580,28 | 1.445.580,28 | 2.110.428,06 | 664.847,78 |
| Total | | 3.426.450,70 | 5.276.070,15 | 5.276.070,15 | -0- |

Quadro 12 – Comparação dos valores entre os dois planos de partilhas de bens

Fonte: Processo n. 200001468434 do Fórum de Goiânia.

A Contabilidade prestou um serviço relevante ao espólio e também ao Estado, por meio da perícia contábil judicial cautelar. Provou que o patrimônio da massa era muito maior do que o apresentado na inicial. Teria sido um inventário com partilha de bens totalmente fraudulento, se não houvesse a intervenção do Ministério Público, exigindo a produção de provas antecipadas, conforme prevêm os artigos 846 a 851 do Código de Processo Civil.

Com este desfecho, a perícia contábil judicial cautelar cumpriu a sua missão, salvaguardando o patrimônio de pessoas. Sem essa perícia, a massa inventariada teria uma distribuição muito diferente daquela prevista em lei. A Justiça, apoiada nas provas produzidas pelo perito contábil, fez valer a retidão e a imparcialidade no deslinde da causa.

Assim, observa-se, mais uma vez, a importância que este tipo de perícia tem para auxiliar a Justiça a prolatar suas sentenças, em processo de inventário e partilha de bens, de modo coeso, verdadeiro e justo.

3.1.2.3 Estudo de caso n. 3

O estudo de caso n. 3 refere-se ao processo n. 19940047371, de 23 de fevereiro de 1994, de natureza de falência, distribuído à 11ª Vara Cível da Comarca de Goiânia, tendo como requerente a Madeireira Araguaia Ltda e como requerida a Contran Construções Ltda.

Nesta análise há de se levar em conta que o procurador da requerente agiu com muita segurança para salvaguardar o patrimônio da representada. Na petição inicial de falência já requereu fosse determinada a realização da perícia contábil judicial cautelar, que é a perícia judicial de futuro. No entanto, em virtude da morosidade da Justiça, que tem de seguir a legislação em vigor, em relação aos cumprimentos de prazos, a realização da perícia só foi determinada depois de ter transcorrido 1 ano, ou seja, em 13 de fevereiro de 1995.

A relação de bens que foram avistados pelo oficial de justiça no pátio da empresa, em 22 de março de 1994, talvez teria sido ampliada se houvesse uma atuação com mais perseverança da Justiça. Outros valores patrimoniais poderiam ter sido encontrados e relacionados, se a perícia tivesse sido determinada na época do requerimento. Garantir-se-ia, assim, pelo menos em parte, o pagamento da dívida aos credores ou das despesas da massa falida.

Apesar disso, há de se lembrar que a empresa não fica inerte ou paralisada por grandes períodos, aguardando soluções. Possivelmente, na interpretação dos empresários da requerida, não existia qualquer represália da Justiça ou dos credores que pudesse inibir suas ações. Pelo menos não havia nenhuma citação até aquela data.

Como estavam em situação financeira difícil, certamente retiraram ilicitamente, do local, os valores restantes, desviando-os para outros locais não sabidos e tirando proveito de algo que já não lhes pertencia.

Houve demora da Justiça em definir a realização da perícia contábil judicial cautelar. Com isso, beneficiaram-se pessoas que agiram de má-fé, que deram prejuízos a terceiros e,

ainda, tomaram posse de valores da falida, para, certamente, montar outros negócios em nome de terceiros.

3.1.2.4 Estudo de caso n. 4

O estudo de caso n. 4 refere-se ao processo n. 19910058181, de 12 de março de 1991, e tem como requerente a Cartográfica Papelaria e Tipografia Ltda e requerida a empresa J&C Indústria e Comércio de Couro Ltda, ação de falência, distribuída à 11ª Vara Cível da Comarca de Goiânia.

No presente processo, não houve requerimento de perícia, no entanto, a exemplo do estudo de caso n. 3, os bens que a falida tentou colocar à penhora, em 15 de abril de 1991, desapareceram no decorrer do tempo. Isso evidencia que a Justiça, muitas vezes, não cumpre bem sua finalidade, por força da burocracia e, com isso, perde muito tempo entre um ato e outro. Por exemplo, a decretação da falência aconteceu em 18 de março de 1992 e a nomeação do síndico em 02 de agosto de 2002, ou seja, 10 anos depois.

Nesse período, os bens que existiam na empresa desapareceram. É o que comprova o relatório do síndico, apresentado em 26 de agosto de 2002, atestando a inexistência de bens a serem arrecadados e sugerindo o encerramento do processo.

3.1.2.5 Estudo de caso n. 5

O estudo de caso n. 5 teve como fonte de pesquisa o processo n. 200001468434, de 31 de agosto de 2000, que trata de dois inventários, de Dona Germana Felipe da Silva, falecida em 13 de dezembro de 1976, e a conseqüente partilha de bens. A Sra. Delziane de Ataíde, brasileira, viúva, funcionária pública, requer a abertura de inventário e partilha de bens deixados pelos *de cujus* Germana Felipe da Silva, falecida em 13 de dezembro de 1976, e seu filho Walter de Ataíde, falecido em 16 de maio de 2000.

A 1ª *de cujus* deixou como meeiro, o Sr. Geovane de Ataíde, brasileiro, viúvo, aposentado e, como único herdeiro, o 2º *de cujus* Walter de Ataíde.

A suplicante é viúva do 2º *de cujus*, que a deixou como meeira, e, ainda, como herdeiros, três filhos menores púberes: Gerson de Ataíde, Fernando de Ataíde e Walter de Ataíde Júnior.

Mais uma vez se comprova a importância da perícia contábil judicial cautelar. Diferentemente do estudo de caso n. 2, o presente tem como ponto importante o esquecimento

de arrolar ao monte-mor um trator avaliado em R\$ 8.000,00 e 168 cabeças de gado avaliadas por R\$ 50.400,00.

O Ministério Público não qualificou de má-fé tal esquecimento. Preferiu aceitar as justificativas do inventariante, Sr. Geovane de Ataíde, de 92 anos de idade, que tem como família somente seus três netos menores e a suplicante, sua nora. Todos moram em uma única residência.

Se não fosse a intervenção da perícia contábil, produzindo provas antes da audiência de julgamento, no mínimo o Estado teria prejuízo nos cálculos do ITCD, pois não contaria com os valores atualizados, nem com os dois itens citados.

O laudo foi apresentado em 15 de fevereiro de 2001 e trouxe uma apuração a maior em R\$ 66.400,00, provocados pela inclusão de um trator e 168 cabeças de gado bovino, além de algumas diferenças de avaliações de outros itens dos 2 espólios.

O plano de partilha constante do laudo pericial contábil foi adotado pelo Partidor Judicial, cujo documento foi apresentado ao Juiz e por este homologado. Assim, o documento homologado constituiu um Formal de Partilha, documento oficial da Justiça, que reconhece os valores pertencentes a cada um dos participantes da partilha.

D'Áurea (1962) alerta que a atenção é uma dádiva que fortalece a qualidade do trabalho pericial. No laudo apresentado, nessa partilha, observou-se que a atenção foi constante em todas as fases da execução do trabalho.

Schmidt (2000, p.41) observa que “nem todos os trabalhos periciais executados possuem como característica a qualidade necessária para sua apresentação àqueles que dela necessitem informações”.

Notou-se que esse laudo foi produzido com muita atenção e zelo e possui como característica a qualidade ideal para dar suporte a uma sentença. Não houve nenhuma contestação após a apresentação do trabalho do perito. A qualidade esteve presente desde os valores apresentados aos itens de partilha, até a sugestão que se apresentou para o formal de partilhas.

3.2 ESTRUTURA DAS PERÍCIAS CONTÁBEIS JUDICIAIS CAUTELARES INVESTIGADAS

Alberto (2002) menciona que a estrutura de cada processo pericial pode variar, dependendo do trabalho a ser abordado e também do profissional que está à sua frente. Em perícias contábeis judiciais cautelares não é diferente.

Cada processo observado nesta pesquisa apresentou uma estrutura própria, o que está de acordo com o visto na fundamentação teórica do presente estudo. A semelhança, entretanto, permite um delineamento amplo por categoria de abordagem dada a aparência dos objetos. Uma metodologia tem um caráter propositivo, que responde a um problema.

Os estudos de caso n. 1 e 3 trouxeram a mesma natureza de ação, ou seja, ação de falências. Isso ocorreu de forma parecida com os estudos de caso n. 2 e 5, que trouxeram ação de inventário sucedido com a partilha de bens. Para não se tornar repetitiva a abordagem, resolveu-se fazer agrupamentos por assuntos semelhantes, para melhor compreensão e elucidação dos fatos.

3.2.1 Estudos de caso n. 1 e 3

Nos casos analisados, notou-se uma certa padronização dos trabalhos periciais nos processos 1 e 3, talvez motivada pela coincidência de os processos terem sido distribuídos à 11ª Vara Cível, que foi, por muitos anos, o tribunal responsável pelo julgamento dos assuntos falimentares da Comarca de Goiânia. Com isso, o Juiz responsável pelo acompanhamento e julgamento dos requerimentos foi o mesmo, apresentando um desenvolvimento muito parecido.

Cabe observar que em ambos os processos o perito contábil foi o mesmo, assim o laudo elaborado pelo profissional contábil apresenta a seguinte estrutura:

- a) abertura – apresentam-se, em destaque, a autoridade do Juiz, a vara e a comarca em que os processos estão tramitando, porém não em caixa alta como é recomendado. Os processos são identificados logo abaixo, acompanhados dos nomes dos requerentes e também dos réus. Não se viu, todavia, o espaço em branco que deveria existir entre os nomes dos réus e a identificação do profissional;
- b) considerações iniciais – existe em ambos os casos a identificação do profissional, com o nome, profissão, número da inscrição junto ao Conselho Regional de Contabilidade, endereço comercial, CPF, e insere-se direto no desenvolvimento dos trabalhos a alegação de que houve diligências, com vistas às falidas, não sendo encontrados bens a serem arrecadados;
- c) quesitos e respostas – em ambos os casos, somente o Juiz apresentou quesitos e o perito contábil apresentou as respostas e
- d) encerramento – houve conclusão, com assinaturas, função do profissional e número de registro junto ao Conselho Regional de Contabilidade.

Não houve juntada de documentos por parte do perito, por isso mesmo as peças não contêm anexos. O laudo, apesar de singelo, está bem fundamentado. Nada mais poderia ser feito para salvaguardar os direitos patrimoniais dos credores.

3.2.2 Estudos de caso n. 2 e 5

Nos processos que constituem os estudos de caso n. 2 e 5, por solicitação do Ministério Público, foram realizadas perícias contábeis judiciais cautelares, que apresentam estruturas semelhantes, até porque os assuntos são os mesmos, ou seja, inventários precedidos por suas respectivas partilhas de bens.

No caso n. 2, além da parte de endereçamento ao Juiz, identificação da vara cível e também dos autos, a peça contábil traz uma introdução, historiando todos os fatos mais importantes da questão, numa abordagem clara sobre o trabalho desenvolvido. O mesmo não se viu no caso n. 5, até porque o Ministério Público se posicionou de modo diferente.

O caso n. 2 trata, ao que parece, de tentativas de fraudes na distribuição dos bens inventariados, pois um dos herdeiros levava grande vantagem sobre os demais. No caso n. 5, pelo entendimento do Ministério Público, não houve má-fé e sim distração do inventariante, que não arrolou determinados bens prescritos na legislação.

Assim, a estrutura dos dois laudos variou, mantendo, no entanto, a estrutura básica dos laudos periciais. No estudo de caso n. 2, foram percebidos alguns anexos, o que não aconteceu com o estudo de caso n. 5.

Os processos estudados referente aos casos n. 2 e 5 trazem o mesmo assunto. Entretanto, possuem estruturas diferenciadas e contam com peritos contadores diferentes. Ainda assim, percebeu-se a manutenção de uma estrutura básica sólida nos laudos, tão necessária ao desenvolvimento pericial, ou seja, à seriedade profissional.

3.2.3 Estudo de caso n. 4

Por não ter havido perícia no processo de n. 19910058181, por questões óbvias, não há como descrever a estrutura da perícia. No entanto, há de se comentar que a perda maior para os requerentes talvez tenha sido por essa falha. A perícia contábil judicial cautelar não foi requerida. Isso foi fator determinante, para que o insucesso de recebimento de valores tenha acontecido, pois o requerido possuía bens para garantia. Chegou a esboçar interesse em fornecer bens à penhora, o que daria uma certa comodidade ao requerente. Todavia, na

tramitação do processo, com a Justiça lenta, haja vista que existem exigências e cumprimentos de prazos, a perícia, se requerida, já não traria nenhum resultado positivo.

Com isso, terminou por não fazer justiça, beneficiando o réu, que nada desembolsou para liquidar seus compromissos. A empresa requerida foi totalmente desativada, motivando o desaparecimento de todos os recursos por ela administrados.

3.2.4 Análise da estrutura do laudo pericial dos casos estudados

Em se procedendo uma análise comparativa da estrutura preconizada na literatura e a estrutura dos laudos periciais estudados, observa-se algumas inadequações desses em relação aos procedimentos forenses requeridos.

De modo geral, no que se refere ao encaminhamento ao Juiz, nenhum deles o fez em caixa alta, conforme usos aplicados em práticas forenses, podendo, em determinadas situações, causar certos constrangimentos entre o Magistrado e o profissional contábil.

Outra constatação, em todos os casos analisados foi a falta do espaço em branco entre o encaminhamento ao Juiz e o início da petição, que deveria ser entre 20 e 30%, a fim de que o Juiz possa emitir seu despacho e/ou determinação que o caso requer.

De forma mais específica, as análises peculiares de cada caso são apresentadas a seguir, para que alguns aspectos que merecem destaques nesta análise possam ser melhor evidenciados.

3.2.4.1 Estudo de caso n. 1

No estudo de caso n. 1, observou-se que a estrutura do laudo não foi adequada em vários quesitos básicos. A primeira falha, já citada, foi da própria Justiça, que não observou a necessidade de realização de uma perícia cautelar, conforme reclames da Promotoria Pública, que alertou o Juiz dessa necessidade. A perícia foi realizada por solicitação do síndico, após decorridos mais de 10 anos da data da falência da requerida.

Não se caracterizou como uma perícia contábil judicial cautelar, nos moldes do art. 846 do CPC. O fato analisado reforça a defesa da aplicação das perícias contábeis judiciais cautelares, que têm a incumbência de inibir as fraudes praticadas por uma das partes em prejuízo da outra parte. Ficou claro que se tivesse havido, em tempo hábil, trabalhos periciais, nesse processo, teria sido possível que, pelo menos em parte, se salvaria os interesses dos requerentes.

Nas demais partes estruturais do laudo, não houve o que falar, até porque o perito praticamente se limitou a narrar sobre a falta de valores a serem arrecadados. A maior parte dos quesitos autuados foi considerada pelo especialista como prejudicadas. Assim, não havia como responder a esses questionamentos, pois não existia mais possibilidades de se conhecerem os aspectos internos da requerida.

Não se detectou a figura de peritos assistentes e, por consequência, relatório desses profissionais.

Foi sugerido o arquivamento dos autos, tendo em vista que a massa falida não possuía nenhum valor patrimonial a ser relacionado em seu laudo.

3.2.4.2 Estudo de caso n. 2

O estudo de caso n. 2 refere-se a um processo de inventário sucedido com partilha de bens entre herdeiros e traz uma estrutura típica da perícia contábil judicial cautelar. A estrutura do laudo pericial, entretanto, apresenta um endereçamento inadequado: faz anexar uma folha de rosto à petição de apresentação do trabalho e, ainda, sem qualquer destaque, em caixa baixa, dirige-se ao Juiz. Em seguida identifica o processo, o autor, o réu e a natureza da ação.

Inicia a petição, identificando o profissional, em caixa baixa, sem destaque, quando deveria, a exemplo do encaminhamento ao Juiz, ser em caixa alta e em negrito para destacar o Juiz e, também, o profissional. Faz a classificação do contador, com endereço, função, registro no CRC-GO, número do CPF, diz que o laudo sobre o trabalho está anexado e fala sucintamente sobre a perícia e se coloca à disposição para futuros esclarecimentos.

A petição do perito não é propriamente o trabalho desenvolvido e sim um encaminhamento. Anexo a essa petição está o laudo pericial que possui uma introdução, composta por um prólogo sobre os fatos mais importantes, informa algumas técnicas utilizadas como papel de trabalho e passa ao seu desenvolvimento. Nessa introdução, o perito contábil conseguiu historiar o processo, economizando até tempo para quem o quisesse conhecer.

No desenvolvimento, indica a necessidade de diligências e realização de viagens de trabalho às cidades de Trindade e Mozarlândia para elucidação de fatos e produção de provas testemunhais e documentais. Entrevistas com familiares foram realizadas, bem como análises documentais de comprovações de contas bancárias.

Quanto aos quesitos, esses foram colocados em ordem crescente, intercalando-se perguntas e respostas de cada questão, nenhum ficou sem resposta.

O laudo traz considerações finais da perícia, esclarece que a peça contém 35 documentos anexados, devidamente enumerados de 1 a 35. As peças estão rubricadas pelo perito em todas suas páginas e apresentam, ao final, a assinatura, o nome do perito, número de registro junto ao CRC-GO. Menciona ainda que está consolidado em 48 páginas, incluindo-se aí os chamados anexos, que comprovam situações.

Não foi encontrada nesta pesquisa a presença de peritos assistentes, nomeados pelas partes, portanto, não há o que ressaltar a respeito de um possível relatório que pudesse ser apresentado.

3.2.4.3 Estudo de caso n. 3

O estudo de caso n. 3 consiste em um processo de falência, em que o autor da ação requereu, na petição inicial, a perícia cautelar, prevenindo a Justiça da possibilidade de desvios de recursos da requerida para local ignorado. Como a Justiça demorou cerca de 1 ano para determinar a produção de provas antecipadas, o laudo pericial não alcançou os resultados positivos esperados, porque, em diligência à requerida, não foi encontrado nenhum bem ou direito patrimonial que merecesse ser citado no laudo pericial, ou seja, a empresa estava fechada, sem indícios do paradeiro dos empresários.

A estrutura do laudo do perito é simples e apresenta poucas características de um laudo. O perito dirige-se ao Meritíssimo Juiz, utilizando-se de letras minúsculas ou caixa baixa, forma já criticada anteriormente, identifica o autor, o réu, o processo e o tipo da ação de maneira correta, deixa um espaço em branco de, aproximadamente, 20% do tamanho do papel usado na petição e inicia o laudo, identificando-se com escrita em caixa baixa, expõe sobre sua qualificação profissional, endereço, com as demais formalidades. Começa o laudo diretamente com o assunto, sem fazer qualquer consideração preliminar. Informa não haver encontrado nada no local citado e que a empresa já não mais funciona ali, segundo depoimentos de pessoas moradoras na vizinhança.

Encerra os trabalhos sem responder aos quesitos formulados, tendo em vista a inexistência da firma requerida no momento da realização da perícia. Não anexou nenhum documento que pudesse comprovar sua posição. Assina embaixo, identifica-se como perito judicial e apõe o número do registro junto ao Conselho Regional de Contabilidade do Estado de Goiás, na categoria de Contador.

3.2.4.4 Estudo de caso n. 4

Sobre o estudo de caso n. 4 não há de falar em estrutura do laudo pericial, até porque o processo não é contemplado com a presença de um laudo pericial. O presente processo foi incluído entre aqueles analisados nesta pesquisa para se comparar o resultado obtido entre um processo que contém o trabalho pericial e outro que não o contém.

Nesta comparação, constatou-se que os usuários do trabalho pericial, como o síndico e também o Juiz, têm maior liberdade em suas ações e também mais segurança quando existe o posicionamento do especialista da Contabilidade.

3.2.4.5 Estudo de caso n. 5

O estudo de caso n. 5 versa sobre um processo de inventário sucedido com a partilha de bens entre os herdeiros. Por requerimento do Ministério Público, houve a realização da perícia cautelar.

O laudo apresenta uma estrutura simples, não traz destaques para o encaminhamento ao Juiz e nem ao perito contador, como a adoção de caixa alta e negrito para os nomes envolvidos. Assim, afirma-se que a petição não cumpriu totalmente as formalidades de um processo, característica peculiar dos trabalhos de perícia, ou seja, destaque às autoridades interessadas no resultado. Pode-se dizer que o processo tem alguma identificação com as rotinas forenses, mas deixa a desejar com relação a espaçamentos entre o cabeçalho e o início do corpo da petição. É apresentado com letras fonte 16 e espaçamento de duas linhas quando o ideal é fonte 12, com espaçamento de uma linha.

Quanto ao aspecto técnico do trabalho, há de salientar que a estrutura mostrada, apesar de conter algumas falhas de apresentação, tocou em pontos importantes para a sentença final. Pode-se dizer que o laudo atendeu aos anseios dos requerentes e da sociedade, pois foi claro, objetivo e justo.

Não foi observada, neste caso, a inclusão de anexos, tampouco a presença de peritos assistentes.

3.3 CONTEÚDO DE PERÍCIAS CONTÁBEIS JUDICIAIS CAUTELARES INVESTIGADAS

De modo geral, o conteúdo das perícias contábeis judiciais cautelares ou perícias de futuro investigadas atenderam ao magistrado. Observou-se que os quatro trabalhos examinados tiveram os laudos dos peritos como peça-base para as decisões judiciais, numa evidência clara de sua importância. Passa-se a descrever o conteúdo das perícias contábeis judiciais cautelares dos casos estudados.

Os laudos dos processos que serviram de elementos de análise para esta pesquisa foram apresentados sob forma de petição dirigida ao Juiz, com indicação da vara cível, exceto o estudo de caso n. 2, cuja petição serviu somente para encaminhar o laudo pericial anexado.

O objeto das perícias contábeis é a demonstração da verdade, significa que essa verdade tem de ser perseguida a qualquer custo. O que ficou visível foi que em ambos os casos estudados, a perícia desempenhou bem o seu papel, trazendo à luz da realidade o que necessitaria ser esclarecido.

No estudo de caso n. 1, o perito chegou à conclusão de que não restava nenhum valor a ser arrecadado. O seu laudo serviu de base para o relatório do síndico e também para que a sentença fosse proferida.

No estudo de caso n. 2, a perícia apurou diferenças significativas entre o valor que se propunha a inventariar o e valor que realmente foi inventariado. Não fosse a atuação perspicaz do perito, a Justiça poderia ter praticado um erro irreparável na partilha dos bens aos herdeiros.

No estudo de caso n. 3, a perícia contábil judicial cautelar não alcançou os resultados esperados, o que provavelmente foi provocado pela morosidade da Justiça em decidir pela produção antecipada de provas, ou seja, pela perícia contábil judicial cautelar.

No estudo de caso n. 4, não houve trabalho pericial e nem o processo alcançou êxito. Aliás, o devedor tentou oferecer bens à penhora, porém a ação morosa da Justiça terminou por frustrar a intenção. Se tivesse havido, naquele processo, a nomeação de perito judicial, para produção de provas antecipadas, em tempo ideal de realização do trabalho, poderia ter sido arrecadado algum valor da massa falida, para compensar parte dos prejuízos aos credores.

No estudo de caso n. 5, houve a produção dessas provas, a exemplo do estudo de caso n. 2. Alterou-se o montante a ser inventariado e, por consequência, o quinhão de cada herdeiro.

Assim, pode-se dizer que a perícia apresentou os levantamentos necessários de todos os questionamentos possíveis de serem esclarecidos. Nessas respostas, os trabalhos periciais demonstraram coerência do resultado para com os motivos que levaram as partes a requererem esses trabalhos.

Nos trabalhos periciais apresentados nesta investigação, as peças estão todas rubricadas e assinadas pelo perito, além de identificado o processo, a natureza da ação, o autor e o réu. Dessa maneira, complementam-se os trabalhos com as formalidades legais de que essas peças são merecedoras, ou seja, a fé pública.

Tendo em vista que o processo que resultou no estudo de caso n. 4 não teve trabalho pericial contábil judicial cautelar, não há como apresentar qualquer análise neste sentido.

Em nenhum dos casos analisados houve indicação de perito assistente pelas partes. Por consequência, não houve relatórios a serem analisados. Esses possuem conteúdos parecidos com os dos laudos periciais.

Pelo que se observou nesta pesquisa, junto às diversas varas cíveis da Comarca de Goiânia, principais fontes de suscitação do problema deste trabalho, em processos falimentares, como também em inventários sucedidos com partilhas de bens, poucos são os processos que se utilizam de perícias contábeis judiciais cautelares ou perícias de futuro.

A seguir apresenta-se uma análise particular de cada estudo de caso, tendo em vista a necessidade de destacar o conteúdo das perícias contábeis judiciais cautelares investigadas.

3.3.1 Estudos de casos n. 1

O estudo de caso n. 1 possui conteúdo bem particular, tendo em vista que houve o requerimento de realização de uma perícia cautelar, no entanto, dada a morosidade verificada no sistema judiciário, sua realização só foi efetuada 1 ano após o início da ação de falência.

Pode-se dizer também que em relação às perícias realizadas houve uma certa frustração no sentido de preservar o patrimônio das partes. Isso já havia sido acenado pelo Oficial de Justiça, quando este não encontrou os empresários da requerida em seus endereços comercial e residencial. Esta autoridade suspeitou que estivessem foragidos da Justiça.

No trabalho pericial do estudo de caso n. 1, é relatado que os livros Diário e Razão não foram apresentados, o que leva a crer que a empresa requerida não praticava a escrituração contábil de sua movimentação, conforme determina o art. 10 do Código Comercial Brasileiro, instituído pela Lei 556/50, de 25 de junho de 1850. Com a impossibilidade de realizar levantamentos da situação líquida do patrimônio, a análise se limitou aos livros de apuração

fiscal. Alguns saldos de valores do ativo foram encontrados, como mercadorias, apontados em livro de registro de inventário e outros livros de controle de mercadorias. No entanto, sobre o aspecto da existência física, nada foi apurado no local em que funcionava a empresa.

O laudo pericial relativo ao caso n. 1 possui um conteúdo de natureza especial, diferenciando-se dos outros já analisados. Contém uma introdução, que faz visualizar a ação proposta na inicial, mas é apresentada de forma descritiva e pouco se referencia aos quesitos formulados, deixando de responder a diversos deles, sob a alegação de que estariam prejudicados em decorrência do longo período da inércia da falida.

Em suas considerações finais, traz sugestão de encerramento do processo, por não existirem valores patrimoniais a ser arrecadados para benefício dos credores, tendo em vista as tentativas frustradas de verificação, em diligências locais, a respeito do patrimônio.

O perito encerra os trabalhos de forma sintética, que é o correto, data e assina e apõe o número do seu registro junto ao CRC, para que o presente documento surta os efeitos legais.

3.3.2 Estudos de caso n. 2 e 5

Quanto ao conteúdo dos laudos periciais contábeis dos processos objeto de estudo de caso n. 2 e n. 5, pode-se afirmar que em ambos a perícia contábil judicial cautelar desenvolvida teve uma participação decisiva na convicção do Juiz para proferir sua sentença. Desvendou mistérios, até então encobertos por interesses econômicos ou até por esquecimento, demonstrando, com transparência, a verdade dos fatos.

No estudo de caso n. 2, o conteúdo apresentado no laudo pericial apontou diferenças substanciais nos valores patrimoniais entre aqueles colocados pelo primeiro inventariante, e os valores efetivamente apurados quando da realização dos exames periciais.

Os quesitos foram respondidos de forma convincente, a exemplo do laudo contábil como um todo, oferecendo segurança para o Julgador se apoiar naquelas provas produzidas para concluir o veredicto da questão.

Um assunto que merece destaque é sobre o novo plano de partilha de bens no estudo de caso n. 2. Esse plano aprovado pelos participantes e homologado pela Justiça, foi uma sugestão que o perito apresentou em seu trabalho. O Partidor Oficial resolveu acatá-lo, por entender que era justo e não possuía vícios, ao contrário do primeiro plano apresentado.

Foram anexados 35 documentos no referido processo. O primeiro, uma declaração da Associação Goiana de Pecuáristas, contém duas informações: a primeira, a cotação de arrobas de carnes de boi; a segunda, o peso ideal de abate do gado de corte. O segundo documento,

uma declaração, tipo inventário de gado, comprova a quantidade de animais existentes na fazenda. Assinam essa declaração o perito e mais cinco fazendeiros, que acompanharam os trabalhos periciais no local. O terceiro documento, emitido pelo CRECI-GO, traz a avaliação dos imóveis urbanos localizados em Goiânia e Trindade e o imóvel rural, no Município de Mozarlândia. Do quarto ao trigésimo quinto documento constam 32 extratos de bancos, que comprovam os saldos de cada conta bancária.

Quanto ao estudo de caso n. 5, o perito, apesar de convicto em suas respostas, não elaborou, a exemplo do caso n. 2, um preâmbulo historiando os fatos. Iniciou o trabalho, expondo os quesitos, que foram respondidos de forma clara, objetiva e conclusiva sobre os valores patrimoniais arrolados.

Nas investigações, localizou um rebanho de 168 reses e um trator usado de marca Massey Ferguson, existentes na fazenda no Município de Inhumas, pertencentes ao espólio inventariando e que não estavam arrolados entre os bens, fato justificado pelo inventariante como esquecimento e aceito pelo Ministério Público, que não o entendeu como proposital ou má-fé, motivado até pela idade avançada do inventariante e a situação familiar de convivência dos herdeiros e/ou meeiros.

Não foram encontrados documentos anexados ao laudo deste estudo. O trabalho era muito mais simples do que outros casos, não exigindo a produção de documentos extraordinários. Os valores estabelecidos como sugestão, para os bens inventariados e que foram apresentados pelo perito, foram aceitos pelas partes e homologados pelo Juiz. A partilha de bens e os respectivos alvarás de partilhas foram frutos de uma sentença aplicada sobre as bases da perícia contábil judicial cautelar.

3.3.3 Estudo de caso n. 3

A exemplo do estudo de caso n. 1, o processo de 19940047371, de 23 de fevereiro de 1994, que constituiu o estudo de caso n. 3, teve sua perícia cautelar solicitada na petição inicial. Entretanto, a requerente, com suspeitas de que pudesse extraviar algum bem da requerida, peticiona, em 25 de abril de 1994, ao Juiz, reiterando a necessidade de realização do trabalho pericial. Avalia o jurista patrono da requerente que o seqüestro dos bens e a conseqüente declaração da indisponibilidade seriam fatores primordiais para salvaguarda do patrimônio da requerente. Contudo, a prescrição de realizar a perícia contábil judicial cautelar só aconteceu 1 ano após o requerimento da falência. Muita coisa mudou nesse ano que

passou, inclusive o desaparecimento dos bens da falida, com o fechamento antes da determinação da quebra.

O laudo pericial, conciso e objetivo, traz o relato da situação encontrada na empresa, demonstrando o desinteresse dos requeridos na continuidade dos negócios.

O documento do perito, em forma de petição, após os encaminhamentos peculiares, traz uma breve introdução a respeito dos autos. Em seguida, aborda as dificuldades encontradas para conhecer os valores da requerida, levando a informação ao Meritíssimo Juiz sobre o fechamento precoce do estabelecimento e o estado de abandono em que o imóvel se encontrava.

Na conclusão, o perito se desculpa por não responder aos quesitos formulados no processo, por considerá-los prejudicados pela inexistência de bens apresentados pela própria empresa e sugere que seja decretada a falência, “salvo melhor juízo” nos termos do art. 1º do Decreto-lei n. 7.661/45, de 21 de junho de 1945.

3.3.4 Estudo de caso n. 4

Como já citado no início desta seção, o processo de n. 19910058181, de 12 de março de 1991, que originou o estudo de caso n. 4, não contou com trabalho pericial. Foi, entretanto, incluído neste estudo para que se fizessem comparações de situações em que não foram realizadas perícias contábeis judiciais cautelares, tirando-se daí proveitos para reforçar o ponto de vista sobre a importância da realização desta perícia nos processos de falências, para preservar o patrimônio de empresas.

Observou-se nesse processo que os devedores chegaram a oferecer determinados bens à penhora, culminando com devastadora ação predatória sobre os bens patrimoniais, com a conseqüente mudança de endereço para locais ignorados, provocado, possivelmente, pela falta de ação prática da Justiça que, em cumprimento do dever, enfrenta o rigor burocrático da legislação brasileira. Esta afirmativa está baseada no processo, em relação a prazos, ou seja, a falência foi decretada em 18 de março de 1992 e o síndico para administrar a massa falida só foi nomeado em 02 de agosto de 2002.

Poderia ser muito diferente o resultado final de julgamento, se houvesse, naquele processo, em época apropriada, a nomeação de perito judicial para a produção de provas antecipadas, como prevê o art. 846 do Código de Processos Civil. No entanto, isso não aconteceu, o que terminou por beneficiar o réu que foragido do local, nada pagou pelas suas dívidas junto aos credores.

3.3.5 Análise do conteúdo do laudo pericial dos casos estudados

Os laudos constantes dos processos que serviram de base para o desenvolvimento deste trabalho proporcionaram a visualização de algumas falhas no que se refere ao conteúdo. Não há como negar, porém, que esses foram de fundamental importância para que a Justiça pudesse julgar méritos quando essas peças periciais integraram os processos.

É necessário que se faça uma análise de cada caso estudado, para se observar a importância que a perícia representa para a Justiça no julgamento das causas atribuídas ao Poder Judiciário. Os casos estão elencados a seguir, na ordem numérica em que foram apreciados.

3.3.5.1 Estudo de caso n. 1

No que concerne ao prejuízo verificado contra a requerente, não pode ser atribuída qualquer culpa de omissão ou descaso por parte do perito contador, haja vista que sua nomeação só aconteceu depois de decorridos mais de 10 anos entre o início da ação de falência e a declaração de quebra pela Justiça. Esse fato permitiu que os requeridos pudessem extraviar valores para locais ignorados. A requerente, ainda que por tentativa, comunicou ao Juiz a retirada ilegal de mercadorias da requerida, não obtendo, porém, qualquer êxito.

No que se refere aos levantamentos patrimoniais, o profissional da Contabilidade foi impedido de realizar um trabalho mais detalhado sobre os bens, tendo em vista que não lhe foram apresentados o livro Diário e o livro Razão. Essas peças são exigidas por lei, conforme preceitua o art. 10 do Código Comercial Brasileiro, instituído pela Lei 556/50, de 25 de junho de 1850, que diz: “Todos os comerciantes são obrigados: I – a seguir uma ordem uniforme de contabilidade e escrituração, e a ter os livros, para esse fim necessário”. Os levantamentos dos valores patrimoniais ficaram restritos a inventários, até certo ponto fictícios, ou seja, apareceram apenas nos livros de controles de mercadorias, quando se verifica a parte física ou real pode-se deduzir que nenhum bem poderia ser ali encontrado.

Dessa forma, o que foi visto e analisado nesse caso foi um desenvolvimento pericial posicionado na mais pura verdade do fato, do que foi possível ser analisado. O desaparecimento da mercadoria pode ser em decorrência da lentidão da ação judicial, na determinação da realização da perícia ou outras providências cabíveis.

3.3.5.2 Estudo de caso n. 2

O estudo de caso n. 2 demonstra, em seu conteúdo, de modo bastante contundente, a importância que a perícia cautelar adquire ao ser realizada no momento oportuno. Neste caso o Ministério Público ressaltou a necessidade desse trabalho pericial. O perito, por sua vez, agiu de forma sensata, procurando comprovar os valores por intermédio de pessoas neutras ou desinteressadas do resultado final.

Os levantamentos do gado e de outros valores existentes na fazenda, situada em Mozarlândia, foram realizadas pelos fazendeiros locais, sob sua orientação. As avaliações de todos os imóveis inventariados foram realizadas pelo CRECI-GO, a pedido do próprio perito. Os valores disponíveis depositados em bancos foram levantados, por ordem judicial, após solicitação do perito à Justiça. Por fim, os veículos e supostas sucatas de veículos foram endereçadas ao avaliador oficial do Fórum de Goiânia, que se utilizou de seus próprios critérios para estabelecer um preço.

De posse de toda a documentação, o especialista concluiu o seu laudo pericial, acusando um valor de R\$ 5.276.070,15, a ser inventariado e distribuído entre os herdeiros. Observa-se em comparação com o valor proposto pelo primeiro inventariante, de R\$ 3.426.145,07, uma diferença de R\$ 1.849.924,45 que estaria sendo desviada para a posse do herdeiro inventariante.

A perícia, nesse processo, cumpriu o seu principal papel, que é a busca da verdade. Tanto assim que o veredicto do Juiz, encarregado do julgamento da questão, nada diferenciou da sugestão de partilha de bens apresentada pelo perito, ou seja, o laudo foi a sustentação para que a sentença fosse deferida.

Talvez o sucesso do trabalho pericial, além da honestidade encontrada no laudo, tenha sido a transparência aplicada na realização de todas as etapas. Permitiu-se o acompanhamento em tudo o que foi feito, desde a contagem ou pesagem dos animais e visitas a outros Municípios de interesse do espólio, até o encerramento dos trabalhos, com a respectiva entrega do laudo ao protocolo da Justiça. Por isso mesmo, não se registrou nenhum questionamento, solicitação de esclarecimentos ou contestações das partes. Dessa forma, a afirmativa de que a perícia alcançou o seu objetivo social é verdadeira.

3.3.5.3 Estudo de caso n. 3

A exemplo do laudo do estudo de caso n. 1, o trabalho pericial deste caso n. 3 serviu de posicionamento para tomada de decisão da Justiça. Foi frustrado, porém, o objetivo maior da perícia, que é a salvaguarda patrimonial. Entretanto, verificou-se que a responsabilidade do perito se fez presente, atendendo à Justiça em sua intimação. A frustração mencionada refere-se à caducidade entre a proposta da ação falencial e a efetiva nomeação do perito contábil.

No que tange à comprovação de valores, nada foi possível fazer, porque os livros próprios foram apresentados e os bens alegados terem sido avistados no pátio da empresa pelo Oficial de Justiça, na primeira tentativa de intimação dos requeridos, já não foram vistos pelo perito. Ficou evidenciado que o extravio daqueles bens aconteceu e que a Justiça não o impediu conforme pleiteava o representante da requerente.

O Ministério Público, sabedor da situação precária da massa falida, a declara falência frustrada, sugerindo, de acordo com o relatório do síndico, o encerramento do processo, após os cumprimentos das formalidades legais.

3.3.5.4 Estudo de caso n. 4

No processo n. 19920058181, de 12 de março de 1992, como já foi anunciado anteriormente, não houve a realização do laudo pericial. No entanto, quando se compara a sentença de falência prolatada pelo Juiz, percebe-se que a fundamentação do Magistrado não expressa a mesma convicção para a decretação da quebra da requerida, como verificada nos estudos de casos n. 1 e 3. A argumentação só se baseia no art. 1º da Lei da Falências, não tendo a mesma riqueza de detalhes como nos casos citados.

Dessa forma, acredita-se que o trabalho pericial, que não alteraria tanto as custas de um processo, poderia ser explorado em maior número de vezes, trazendo mais clareza para a conclusão das causas judiciais, sobretudo nos processos em que são necessárias as produções antecipadas de provas, como nas falências.

3.3.5.5 Estudo de caso n. 5

O laudo pericial deste estudo de caso, a exemplo do n. 2, foi providencial para os esclarecimentos dos fatos relacionados aos valores patrimoniais. Havendo ou não má-fé, a perícia, bastante objetiva e perspicaz, encontrou valores que não haviam sido arroladas na

massa a ser inventariada. Foram dois itens de valores significativos: um trator e o gado na fazenda.

No entendimento do Ministério Público, não houve má-fé e sim um lapso por parte do inventariante que, à época do inventário, já estava com idade superior a 90 anos e sua única família era os próprios herdeiros. Essas pessoas também dividiam o convívio de morar e viver, harmoniosamente, em uma única residência.

Os objetivos propostos para a perícia foram alcançados, foi possível trazer para o julgamento os valores reais da massa inventariada, sem prejuízo para as partes envolvidas. Caracterizou-se, mais uma vez, a necessidade da produção antecipada de provas, conforme prevê a legislação, valorizando-se a ação pericial contábil judicial cautelar nos processos de inventários, sucedidos com a partilha de bens.

Na análise do conteúdo dos laudos periciais dos estudos de caso, verificou-se a importância destas peças para a Justiça, particularmente no apoio para prolatar sentenças justas e verdadeiras. Percebeu-se, no tocante ao estudo de caso n. 4, em que não houve trabalho pericial, que a Justiça teve poucos argumentos, senão o próprio art. 1º do Decreto-lei 7.661/45, para concluir pela falência da requerida. Se houvesse o referido trabalho, certamente simplificaria para o Magistrado sua conclusão, pois a perícia representa a elucidação da verdade e não pairaria nenhuma incerteza na causa.

Cabe observar que, dos trabalhos constantes nos estudos de casos n. 1, n. 2, n. 3 e n.5, apesar de possuírem algumas falhas de apresentação ou de estrutura, não se pode fazer a mesma crítica em relação ao conteúdo. Verificou-se que nesses processos, os trabalhos periciais foram desenvolvidos com seriedade e clareza e alcançados os seus objetivos. Destaca-se aí o desempenho do perito contábil na perícia cautelar do caso n. 2, que conseguiu comprovar uma realidade diferente em relação aos valores iniciais propostos.

Neste capítulo, procurou-se fazer uma descrição do objeto dos processos de perícia, com enfoque nas perícias judiciais contábeis cautelares. Analisou-se, no decorrer desta pesquisa, a estrutura e o conteúdo que os laudos contábeis de perícias cautelares estudados possuem. Com base nessas constatações e na fundamentação teórica do estudo, na sequência apresenta-se uma proposta de metodologia para o desenvolvimento de perícia contábil judicial cautelar, que vise a manter, sem avarias ou desintegrações, o patrimônio de entidades ou de pessoas.

4 METODOLOGIA DE ELABORAÇÃO DE PERÍCIA CONTÁBIL JUDICIAL CAUTELAR PARA MANUTENÇÃO DO PATRIMÔNIO DE ENTIDADE

Neste capítulo, apresenta-se uma proposta de metodologia para elaboração de perícias contábeis cautelares judiciais, ou perícias contábeis judiciais de futuro, que preservam o patrimônio de entidades físicas ou judiciais. Essas perícias estão definidas na seção VI do CPC, que trata da produção antecipada de provas e também foram identificadas em processos de falências e de inventários sucedidos com partilhas de bens.

Para efetivação deste trabalho, inicialmente realizou-se uma revisão bibliográfica para expor os fundamentos teóricos e legais de perícias contábeis judiciais cautelares. Depois, buscaram-se os esclarecimentos por intermédio do estudo de multicasos, em ações julgadas pelo Poder Judiciário de Goiânia.

Deve-se esclarecer que, apesar das dificuldades encontradas em ter acesso a processos dessa natureza, para um aprofundamento maior no assunto, mesmo assim, foi possível encontrar alguns casos de perícia contábil cautelar no âmbito da justiça goiana. Com base nos processos estudados, verificou-se que a perícia cautelar não é utilizada de forma intensa em processos judiciais.

Mesquita (2002, p.65) diz que “o objetivo fundamental da pesquisa é descobrir respostas para problemas mediante o emprego de procedimentos científicos”. Nesta pesquisa, em que se indagava a validade dos laudos periciais contábeis, observou-se que, dos 35 processos judiciais selecionados, somente 4 deles possuíam essas peças porém, de grande valia para a Justiça.

Com base na fundamentação teórica, apresentada no capítulo 2, e dos estudos de caso realizados, no capítulo 3, apresenta-se uma metodologia de elaboração de perícia contábil judicial cautelar para manutenção do patrimônio de entidade. Desse modo, procura-se contribuir não só com os peritos contábeis, como também com os juristas e com o próprio Poder Judiciário, para que possam utilizar-se deste trabalho, com vistas ao esclarecimento de suas dúvidas.

Inicia-se evidenciando o entendimento de patrimônio da entidade, que no seu conceito mais amplo significa um conjunto de bens econômicos. Na seqüência, abordam-se os controles de salvaguarda do patrimônio da entidade, oriundos das atividades desenvolvidas pela Contabilidade para este fim. Em seguida, propõe-se uma sistemática para realizar o processo de perícia contábil judicial cautelar, prevista no Código de Processo Civil. Por fim, apresenta-se uma proposta de metodologia de elaboração de perícia contábil judicial cautelar

que poderá servir como referência aos profissionais da Contabilidade, especificamente no ramo das perícias cautelares.

4.1 ENTENDIMENTO DE PATRIMÔNIO DE ENTIDADE

Franco (1997, p.25) afirma que “o patrimônio é um conjunto de bens, direitos e obrigações vinculados a uma pessoa ou a uma entidade”. Dá ênfase, dizendo que o patrimônio é uma grandeza constituída por bens, direitos e obrigações de uma pessoa ou entidade.

Marion (1998, p.30) aduz que: “o termo patrimônio significa, a princípio, o conjunto de bens pertencentes a uma pessoa ou a uma empresa”. No entanto, lembra que as obrigações a serem pagas também fazem parte desse conjunto patrimonial. Portanto, o patrimônio compreende o conjunto de bens, direitos e obrigações.

Por sua vez, Walter (1987, p.01) diz que “patrimônio é o conjunto de bens, direitos e obrigações pertencentes a uma ou mais pessoas, utilizado na atividade econômica ou social, com finalidade lucrativa ou não”.

Então, o patrimônio é constituído dos bens, direitos e obrigações, vinculados a uma atividade econômica ou não, com finalidade de obtenção de lucros ou não e pertencente a uma pessoa física ou jurídica. Pode ser mensurado nos aspectos quantitativo e qualitativo.

No aspecto quantitativo, os elementos patrimoniais são considerados homogêneos no que se refere à tradução monetária de seus valores. Representam o fundo de valores do patrimônio, podem ser transformados em dinheiro e identificados como bens ou direitos. São, também, aqueles que, para ser liquidados, retiram valores do ativo e são denominados obrigações.

No tocante ao aspecto qualitativo, os elementos patrimoniais (bens direitos e obrigações) recebem denominações próprias, conforme sua natureza, especificadas nos exemplos a seguir: caixa, bancos, duplicatas a receber, duplicatas descontadas na rede bancária, mercadorias para revenda, matéria-prima, produtos elaborados, veículos, móveis e utensílios, equipamentos, imóveis, fornecedores, impostos a recolher, salários a pagar, dividendos a pagar, etc.

Diante disso, pode-se dizer que os elementos patrimoniais da entidade, agrupados de acordo com a sua natureza, constituem-se de:

a) *bens* – são valores patrimoniais pertencentes à empresa, que é também detentora de sua posse. São coisas capazes de satisfazer às necessidades humanas e suscetíveis de avaliações econômicas;

b) direitos – são valores patrimoniais pertencentes à empresa, porém sua posse está, provisoriamente, em mãos de terceiros, ou seja, são todos os valores que ela tem a receber de terceiros;

c) obrigações – são valores patrimoniais pertencentes a terceiros, cuja posse está, provisoriamente, com a empresa, ou seja, são todos os valores que ela tem a pagar para terceiros.

Os bens e os direitos pertencentes a uma entidade são valores patrimoniais que estão vinculados ao ativo da empresa, ao passo que as obrigações ou os compromissos financeiros são também valores patrimoniais, pertencentes a terceiros e estão vinculados ao passivo.

Diante do exposto, pode-se inferir que o patrimônio é um conjunto de valores pertencentes ao ativo e também ao passivo, ou seja, é toda a riqueza que compõe a empresa e que possa ser avaliada no aspecto quantitativo e no aspecto qualitativo. Pela necessidade de manutenção dessa riqueza, implantam-se controles contábeis capazes de preservar os valores, o que será tratado na próxima seção.

4.2 CONTROLES DE SALVAGUARDA DO PATRIMÔNIO DE ENTIDADE

A Contabilidade é uma ciência que possui funções de coletar dados, registrar e sistematizá-los com vistas à orientação de seus usuários. Como tal, posiciona-se como o principal instrumento para salvaguardar o patrimônio das entidades, por meio da escrituração, análise e comunicação das informações que possam reforçar a opinião dos controladores desse patrimônio.

A Contabilidade apresenta uma variedade de ramificações de atividades de controle, dentre elas podem-se destacar: os registros fiscais, a escrituração contábil, a elaboração das demonstrações contábeis, a análise das demonstrações contábeis, a contabilidade de custos, a auditoria e a perícia.

A utilização desses controles, por meio da perícia contábil, em especial, da perícia contábil judicial cautelar, torna-se relevante quando ocorre em processos de falências, concordatas e também em inventários para partilhas de bens. Nesses casos, a perícia cautelar deve ser requisitada, principalmente havendo riscos de extravios ou má utilização dos bens da massa falimentar.

O trabalho pericial, com base em um conhecimento mais aprofundado sobre o motivo da controvérsia, deve consistir na realização de levantamentos, exames ou análises, interrogatórios de partes ou até mesmo em inquirição de testemunhas, para que as provas

produzidas antecipadamente, sejam um sustentáculo da Justiça para que, se for o caso, determine a indisponibilidade ou sequestro dos bens que compõem um patrimônio.

Isso pode ocorrer quando houver a incerteza ou desconfiança de que os valores pertencentes a um monte-mor, possam sofrer alterações negativas provocadas por ações maldosas e premeditadas, que venham causar prejuízos a pessoas em detrimento de outras. O CPC, em seu art. 798, regula os procedimentos cautelares, dando poderes ao Juiz, para que esse determine medidas provisórias que julgar necessárias, “quando houver fundado receio de que uma parte, antes do julgamento da lide, cause ao direito da outra lesão grave e de difícil reparação”.

Na seqüência, apresenta-se na seqüência uma metodologia referente a rotinas de procedimentos, que podem ser utilizadas na elaboração das perícias cautelares, ou seja, controles a serem adotados para a preservação e salvaguarda do patrimônio.

4.3 ROTINAS DE PROCEDIMENTOS DO PROCESSO DE PERÍCIA CONTÁBIL JUDICIAL CAUTELAR

Nesta sessão, apresenta-se o ciclo completo da rotina de procedimentos de uma perícia contábil judicial cautelar. Essa sistemática contempla os primeiros passos do trabalho pericial, iniciando com a apresentação dos honorários do perito sobre o trabalho a ser elaborado, sua nomeação e intimação pela Justiça e, ainda, a retirada do processo do cartório, em data definida pelo Juiz.

Em seguida, o processo é entregue ao profissional contábil que prepara levantamentos da situação a ser trabalhada, com uma leitura minuciosa das peças que o processo contém, realizando análise dos controles que compõem o patrimônio. Após o levantamento, o perito inicia os trabalhos de produção de provas com a elaboração do laudo pericial que deverá abranger as respostas aos quesitos formulados. A observação aos prazos de entrega do laudo de perícias contábeis judiciais cautelares é mais importante do que nos demais processos de perícias, pois a produção antecipada de provas pode exigir da Justiça providências rápidas que resguardecem a integridade dos bens da massa periciada.

Concluído o laudo pericial, o perito dirige-se ao Fórum, entrega o laudo na seção de protocolo e devolve ao cartório o processo do litígio, para que a própria Justiça anexe aos autos a peça por ele produzida, aguardando, a partir da data de entrega, a manifestação das partes sobre o laudo, o que deverá ocorrer em prazo máximo de 10 dias.

Considerando-se o fluxo que consubstancia uma perícia contábil judicial cautelar, na sequência aborda-se, de forma analítica, cada uma dessas etapas.

4.3.1 Nomeação do perito

O ciclo do processo de perícia contábil judicial cautelar começa com um requerimento, na petição inicial do autor, que deve expor os motivos para o convencimento do magistrado sobre a necessidade da produção antecipada de provas. Se convencido dessa necessidade, o Juiz intima o réu a manifestar-se sobre a ação pleiteada pelo autor e nomeia um perito de sua confiança para apresentar a proposta de honorários, em um prazo máximo de 5 dias.

O perito comparece ao cartório da vara cível em que foi intimado, retira o processo pelo prazo máximo de 5 dias, faz uma leitura rápida, atento, principalmente para a petição inicial que propõe a ação e também para a contestação do réu.

Nessa leitura rápida, verifica se não há alguma incompatibilidade para a execução dos trabalhos periciais judiciais. Deve-se considerar que em perícias judiciais existem impedimentos por lei, como a suspeição de natureza íntima, por parte daquele profissional. Nesses casos, o perito deve comunicar imediatamente ao Juiz a necessidade de sua substituição. O perito contábil judicial deverá sempre examinar se a matéria a ser periciada corresponde a sua especialidade e se há tempo suficientemente disponível para a execução dos referidos trabalhos, conforme preceitua o art. 423 do Código de Processo Civil. Além disso, nos trabalhos iniciais, deverão ser observados os motivos que levaram as partes ao litígio.

Não havendo impedimento, apresenta sua proposta de honorários, que será submetida à apreciação das partes para discussão.

Após o acordo do valor, o Juiz intima uma das partes, normalmente o autor, a depositar na Justiça, em nome do perito, a quantia correspondente aos seus honorários. Determina o horário e a data em que o processo deverá ser retirado do cartório pelo perito, para iniciar os trabalhos periciais e, ainda, faculta às partes a apresentarem seus quesitos e indicarem os peritos assistentes.

Caso o Juiz entenda que a produção de provas seja necessária e o prazo, exíguo para tramitação normal do processo, poderá, em único despacho, intimar o perito, ao mesmo tempo arbitrar os seus honorários, determinar que uma das partes faça o depósito do valor fixado, em nome do perito e, ainda, que indiquem os seus respectivos peritos assistentes e formulem seus quesitos.

4.3.2 Retirada do processo do cartório

Conforme mencionado anteriormente, o processo só poderá ser retirado do cartório, a partir do dia e horário fixado pela Justiça. Nesses casos, após nomear o perito de sua confiança e determinar que as partes indiquem os seus peritos assistentes, a Justiça determina o local, o dia e o horário em que a perícia será iniciada. No dia determinado, com ou sem a presença dos peritos assistentes, o perito judicial deve comparecer para retirar o processo do cartório ou secretaria da respectiva vara cível e iniciar os trabalhos.

Para retirar o processo do cartório ou secretaria, o perito assina o termo de compromisso e recebe a carga dos autos do litígio como um protocolo, assumindo, assim, sua primeira responsabilidade técnica sobre o processo, que é a fidelidade pela guarda e zelo dos autos a serem analisados.

Cabe observar que a Lei n. 8.455, de 24 de agosto de 1992, alterou o art. 422 do CPC, que impunha a obrigatoriedade de compromissar o perito ao assumir o encargo. No entanto, por força do art. 827 da Consolidação das Leis do Trabalho, esse termo de compromisso ainda é exigido nas perícias trabalhistas.

Deve ser observado que ao determinar a produção de provas nas perícias contábeis judiciais cautelares, o Juiz já define o prazo que deverá ser cumprido nessa missiva. Esse prazo não pode ser desrespeitado, entretanto, caso seja preciso mais tempo, o perito poderá fundamentar esta necessidade e requisitar a prorrogação por igual período, ou o Juiz que definirá um novo e último prazo para conclusão do trabalho. Normalmente os prazos estipulados para a realização das perícias contábeis judiciais cautelares são inferiores aos previstos pelo CPC, dada a urgência que esses processos requerem.

De posse do processo, o perito encaminhá-lo-á, provavelmente, ao seu escritório, local em que será desenvolvida a maior parte dos trabalhos.

4.3.3 Levantamento da situação

Inicialmente o perito contábil deve providenciar um levantamento geral da situação contábil, principalmente quando se tratar de uma perícia judicial cautelar de natureza de falência, concordata ou de inventário. A realidade encontrada nos sistemas contábeis, que são os suportes documentais de provas, poderá manter ou provocar mudanças no curso das investigações. Todavia, o perito não pode esquecer que sua função deve ser desempenhada de

forma completa ou integral. Para isso, pode utilizar-se de todos os meios necessários e disponíveis para a solução técnica da matéria confiada à sua responsabilidade.

Cada processo exige ações diferenciadas de planejamento para a sua solução. O trabalho a ser desenvolvido requer também que o perito possua perspicácia, conhecimento e poder de criar novas técnicas que venham facilitar os controles de salvaguarda do patrimônio que está em análise. Além dos exames que realiza por meio dos sistemas de controles contábeis, o perito deverá fazer levantamentos *in loco* de toda a situação patrimonial.

Em casos de processos de inventários, deve preparar estudos minuciosos sobre os bens, os direitos e as obrigações existentes, relacionando nesse trabalho todos os itens que possam ser mensurados monetariamente, com seus respectivos valores, para conhecimento do verdadeiro montante que está litigado.

Nos processos de falências e também em concordatas, o primeiro passo a realizar é conciliar as contas bancárias, não se esquecendo de conferir a existência de numerários no caixa. As contas de estoques devem merecer atenção especial, para que se constatem as condições verdadeiras de vendas dos produtos ou mercadorias e se existem valores perecíveis. Finaliza por conciliar os saldos de estoques com os saldos oferecidos pela contabilidade, por meio das contas do razão.

Da mesma forma, dentre os créditos da empresa, devem ser vistas as contas vencidas e não recebidas, se existe caducidade entre os valores de recebimento, bem como os valores ainda não vencidos e o prazo médio de vencimento.

Os valores vinculados ao ativo permanente devem ser submetidos à avaliação por intermédio de avaliadores oficiais, como a Caixa Econômica Federal ou Conselho Regional dos Corretores de Imóveis, quando for o caso, ou, ainda, pela Bolsa de Valores, quando se tratar de ações de outras empresas. Em seguida, deve-se providenciar um balanço geral da situação. A partir daí, elaborar um estudo minucioso sobre o passivo, para certificar-se do total das dívidas, datas de vencimentos, prazos de títulos ainda não vencidos, tipos de credores, prioridades de pagamentos.

Paralelamente a isso, o profissional analisa o ativo para verificar o grau de compromissos, os índices de liquidez mais interessantes para a ocasião e a capacidade de pagamento da empresa.

Para que o trabalho possa acontecer em toda sua plenitude e para que o perito obtenha êxito total em sua missão, é necessário também que conheça, com detalhes, todo o processo, pois é ali que estão inseridas todas as argumentações e respostas para os questionamentos que são levantados sobre os verdadeiros motivos que levaram as partes ao litígio.

4.3.4 Análises de controle

Os controles existentes na massa periciada devem ser analisados com a profundidade, procurando-se relacionar os conhecimentos adquiridos por meio da análise desses processos, a demanda que está sendo proposta e também a época em que os fatos ocorreram. A inicial do autor requer seja cuidadosamente estudada para iniciar o entendimento do verdadeiro motivo que o levou a propor a ação contra a outra parte. Da mesma forma, a petição de contestação do requerido merece atenção especial, para se conhecer o seu posicionamento e suas alegações de defesa.

Por fim, deve ser procedida uma leitura atenta aos quesitos que foram formulados pelas partes e que estarão sob sua responsabilidade para respostas e também que poderá servir de base para o planejamento do trabalho pericial.

O trabalho de planejamento deve ser realizado no escritório do perito, que permitirá que se visualize quais os livros ou documentos que serão solicitados em uma pesquisa de campo. Normalmente devem ser requisitados os livros contábeis, como o diário e o razão e também os livros fiscais, da esfera federal, estadual e/ou municipal.

O trabalho de diligências é comum na maioria dos casos investigados, até por que o contato com a realidade da empresa, em matéria de sistemas de controles contábeis, pode alicerçar a opinião do perito nas suspeitas levantadas, quando da análise do processo. Já o trabalho de campo pode levar o perito ao âmago da questão ou à busca de elementos importantes que possam permitir solucionar as questões contábeis submetidas à consideração técnica do perito.

De volta ao escritório, o perito, acompanhado ou não pelos peritos contábeis assistentes, iniciará um exame sobre os livros e documentos recebidos por ocasião das diligências para verificar se merecem fé e se suas qualidades intrínsecas e extrínsecas atendem às exigências legais, impostas pelo Código Comercial Brasileiro. Essas condições devem estar devidamente regularizadas, pois são essenciais para que o trabalho possa merecer fé em juízo e passar a ser fonte fidedigna para a própria perícia na solução do litígio.

4.3.5 Elaboração do laudo

Após concluir as operações iniciais de averiguações, levantamentos de controles, coletas de informações, inquirições de testemunhas, requerimentos de livros e documentos essenciais, o perito deve iniciar a elaboração de seu laudo contábil.

É fundamental que faça uma análise das provas testemunhais, dos livros e documentos recolhidos na empresa, para verificar se esses são verdadeiros e merecem fé, iniciando aí a elaboração do seu laudo que é o documento básico de uma atividade pericial.

Primeiramente, o perito deve associar as reivindicações da petição inicial e também as contestações apresentadas pelo réu, em relação aos quesitos formulados pelo Juiz e pelas partes, para, posteriormente a isso, iniciar o trabalho escrito.

A elaboração do laudo deve ser consistente no que se refere ao posicionamento do perito, ou seja, as observações por ele feitas devem ser totalmente comprovadas para que possam fazer parte da peça que comprova o fato. Desse modo, não há como o julgador levantar qualquer suspeita de irregularidade.

O trabalho técnico do perito deve ser iniciado com uma introdução que apresente as considerações preliminares, com descrição resumida da intenção do proponente da ação e, também, de forma rápida, a contestação oferecida pela parte requerida. Isso é necessário para identificar a controvérsia, trazendo à luz da Justiça o que é a ação e a forma de atuação do trabalho pericial.

Deve, também, exibir determinados esclarecimentos das atividades de diligências realizadas, de como foi desenvolvido o trabalho de campo e menções aos principais procedimentos técnicos adotados, aos exames e comprovações que as questões técnicas exigiram para sua solução. Também devem estar contidas no trabalho, com base nesses esclarecimentos iniciais, as questões técnicas a serem trabalhadas, as respostas aos quesitos, um por um, devem ser apresentadas sem deixar nenhum deles, salvo os julgados quesitos impertinentes, que devem ser mostrados ao Juiz para solução.

Na ausência de quesitos, o perito contador deverá apontar os pontos conflitantes do processo e, de forma tecnicamente correta e criativa, organizar o documento para posicionar o Magistrado, a respeito da controvérsia e também da verdade dos fatos para que seja prolatada a sentença de forma justa e imparcial.

É importante lembrar, ainda, que o perito contábil deve se preocupar em elaborar um documento claro, honesto e verdadeiro, sem emissão da opinião pessoal e também sem prejulgamento ou que venha induzir o julgador a proferir um veredicto sem fundamento técnico.

Salienta-se, entretanto, que a peça contábil exige que se façam as considerações finais nas quais são expostos, em linhas gerais, os fatos observados no processo. Sobre esses fatos podem ser oferecidos comentários técnicos, desde que relacionados com o objeto da perícia proposta. No caso das perícias cautelares, havendo possibilidades de extravios,

desaparecimentos ou dilacerações de bens, o perito deverá informar à autoridade, para que providências rápidas enérgicas sejam tomadas pela Justiça.

Por fim, o perito deve concluir pelo encerramento do trabalho, identificando, dentre outros, o número de folhas que compõem o laudo, quais os documentos foram juntados, a quantidade de anexos. Para que se mantenha a invulnerabilidade do referido laudo pericial, o perito deverá rubricar todas as páginas, incluindo-se, também, as demonstrações, documentos ou anexos, que passaram a integrar a peça produzida para o esclarecimento da causa.

4.3.6 Entrega do laudo à Justiça

O laudo pericial contábil, com características próprias no aspecto das ações cautelares, deve ser entregue, observando-se a urgência em que os prazos foram fixados pela Justiça. O perito deverá entregar a peça produzida, acompanhada por uma petição, endereçada ao Juiz que o nomeou. A entrega do laudo é feita em duas vias, junto ao protocolo do Fórum, que após registrar a entrada do documento, devolve a segunda via ao perito, enquanto a primeira via transita internamente até a vara cível de origem. Há de observar que as duas vias do laudo deverão ser entregues em peças abertas, não se utiliza envelopes nessas atividades forenses.

O processo, objeto da perícia cautelar realizada, deve ser entregue logo a seguir, diretamente no local em que houve sua retirada, ou seja, no cartório ou na secretaria da própria vara cível de origem.

A anexação aos autos da peça contábil que contém as provas produzidas é de responsabilidade dos serventuários internos da Justiça. Após a entrega do laudo pericial contábil e decorridos 10 dias de prazo, colocam-se à disposição das partes as provas que foram produzidas. Nesse período as partes apreciam o documento produzido pelo perito, tendo direito a manifestarem-se pela concordância e/ou contestação ou, ainda, para que os peritos assistentes possam apresentar os seus relatórios.

Durante esses 10 dias, ou mesmo após esse prazo, o perito contábil protocoliza petição ao Juiz, solicitando o levantamento de seus honorários. Não havendo nenhum impedimento, a Justiça libera o pagamento, que é feito por meio de um alvará, autorizando o banco a liberar os saldos existentes na conta vinculada, que está em nome do perito.

4.4 PROPOSTA DE METODOLOGIA DE ELABORAÇÃO DE PERÍCIA CONTÁBIL JUDICIAL CAUTELAR

Como resultado da pesquisa teórica e empírica desenvolvida neste trabalho, apresenta-se, nesta seção, uma metodologia para elaboração das perícias contábeis judiciais cautelares, enfatizando a proteção ao patrimônio de entidades ou de pessoas.

Tal perícia é realizada quando o Juiz acolhe a necessidade de antecipação da prova pericial, devendo ordenar a citação do requerido para acompanhar a diligência, designar desde logo o perito e propiciar a indicação de assistentes técnicos e formulação dos quesitos.

Dessa forma, quando os advogados das partes, principalmente o da requerente, observar que o litígio pode, no decorrer do tempo, causar algum tipo de prejuízo, deve requerer ao Juiz a determinação da produção de provas, conforme prevêm os art. 846 e 848, ambos do Código do Processo Civil.

Nos processos que constituíram o estudo multicasos do presente trabalho, observou-se que a metodologia das perícias contábeis judiciais cautelares ou de futuro deve ser mais cautelosa em relação às perícias judiciais tradicionais. Os laudos serão as garantias do futuro, ou melhor, passam a ser legitimados na ação principal. Negrão e Gouvêa (2000, p.795) advertem que “a sentença que o juiz profere na ação cautelar de produção antecipada de provas é meramente homologatória, não fazendo coisa julgada material, admitindo-se que as possíveis críticas aos laudos sejam feitas nos autos principais, onde o juiz fará a valoração da prova”.

Esta citação fortalece convicção dos defensores da necessidade de ampliação da prática da perícia contábil judicial cautelar, que é realizada anteriormente às audiências de conciliações e julgamentos, ou seja, antes dos acontecimentos dos fatos, inibindo a ação criminosa de vândalos que dilapidam os patrimônios, para tirar proveito próprio.

Assim, apesar de sua estrutura e conteúdo se aproximarem, aparentemente, com as demais perícias contábeis judiciais, sua metodologia de elaboração difere, pois utilizam-se de interrogatórios, inquirição das testemunhas, até mesmo antes da propositura da ação, o que não se percebe nos demais casos

Na figura 3 apresenta-se a sequência de passos da metodologia de elaboração de perícias contábeis judiciais cautelares que se propõe neste estudo.

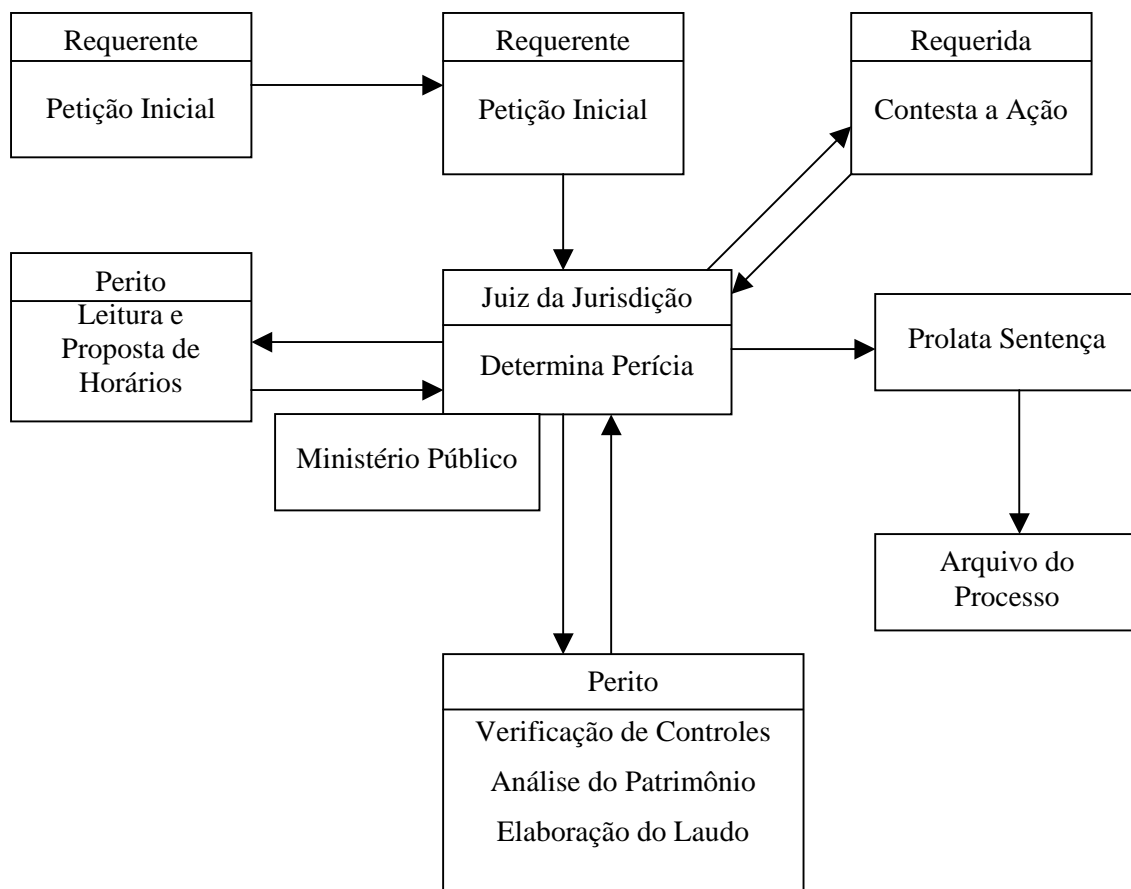


Figura 3 – Esquema de tramitação dos processos de perícias contábeis judiciais cautelares.

A rotina das ações judiciais é visualizada no esquema de tramitação dos processos, da Figura 3. É abordada, a seguir, de uma forma analítica, a partir da participação do perito no deslinde da causa, ou seja, quando de sua intimação para proposta de honorários, que se inicia com a leitura dos autos.

4.4.1 Leitura do processo e dos quesitos

O perito contábil, ao receber a incumbência, prepara o plano de trabalho, elaborando questionamentos que servirão como interrogatórios às partes ou na inquirição de testemunhas. Esses detalhes evidenciam a formulação de um plano dentro de uma metodologia de trabalho.

Na opinião de Lopes de Sá (2002, p.31), “plano de trabalho em perícia contábil é a previsão, racionalmente organizada, para a execução das tarefas, no sentido de garantir a qualidade dos serviços, redução dos riscos sobre a opinião ou resposta”. Significa um guia que deve ser seguido de uma forma totalmente organizada e harmoniosa, com pensamentos lúcidos que devem ser tomados em cada ação.

Esse plano apresenta, numa visão ampla, uma metodologia própria das perícias contábeis judiciais cautelares ou de futuro, que seja executada por profissionais preparados para a incumbência. Ou, ainda, na forma determinada por Lopes de Sá (2002), que o perito contábil tenha um conhecimento profundo da questão litigada e também do processo propriamente dito, pois isso determina uma filosofia e a política da metodologia de trabalho. Que tenha conhecimento de todos os fatos que motivaram o litígio e também as razões que levaram a Justiça a definir o nome do perito para nomeação.

No aspecto prático das perícias contábeis judiciais cautelares, a leitura do processo deve ser minuciosa e com muita atenção aos detalhes, além de ser rápida, no que se refere ao tempo utilizado, para que se conheçam as verdadeiras causas das controvérsias.

Da mesma forma que o processo, os quesitos devem ser lidos e interpretados para verificar a intenção das partes quanto ao destino que se pleiteiam no julgamento do processo.

A leitura do processo e a leitura dos quesitos fornecem a sustentação para nortear o perito no desenvolvimento dos trabalhos, incluindo-se a elaboração do planejamento, peça importante para a verificação dos controles e a produção do laudo.

4.4.2 Verificação dos controles contábeis

Os trabalhos de identificação dos controles existentes devem fazer parte de um planejamento em que os papéis de trabalho assumem posicionamentos de orientações sobre a atividade que será desenvolvida. Lopes de Sá (2002, p.40) explica “os planos periciais têm o conteúdo compatível com os objetivos de exames, adaptando-se tudo a cada caso na conformidade dos regimes contábeis e documentais e natureza do serviço”.

Esses papéis de trabalho fornecerão dados importantes para que o perito venha responder aos quesitos formulados pelas partes, tanto na inicial, quanto no decorrer da demanda. O planejamento deve ser cuidadosamente traçado para não haver surpresas desagradáveis na fase de execução dos trabalhos.

O tempo ideal e necessário deve ser previsto, o valor dos honorários do profissional deve ser aumentado ou reduzido, levando-se em conta que pode haver necessidade de

produção de provas em outras localidades. Isso implica realização de viagens a outros municípios e, conseqüentemente, o aumento de custos seria inevitável, sobrecarregando as despesas a serem cobertas com os recursos destinados à remuneração do perito.

Em seguida, examinam-se todos os bens, direitos e obrigações que caracterizam valores patrimoniais, pertencentes a um espólio, no caso de inventários, ou pertencentes à uma massa falida, em casos de falências de empresas.

Em ambos os casos, os controles patrimoniais existentes têm de ser analisados para que se conheça a resistência ou fragilidade que oferecem aos litigantes, que são os verdadeiros usuários interessados na manutenção e salvaguarda do patrimônio.

Em caso de existir empresas entre os bens da massa a ser inventariada, a legislação recomenda que se levante todos os valores, partindo-se de um balancete de verificação, até o balanço patrimonial, com a respectiva apuração do resultado até a data em que a análise deverá ser efetuada. Quando se referir a uma perícia de falências, além do levantamento do balanço, uma análise minuciosa deverá ser feita, conhecendo-se os credores, os valores de cada um, com as respectivas datas de vencimentos e possibilidades de renegociações desses prazos.

De qualquer forma, os controles dos valores patrimoniais devem ser analisados e relatados quando apresentarem segurança para a Justiça ou também, riscos de sofrerem algum tipo de avarias para que sejam tomadas as providências cabíveis que venham salvaguardar o patrimônio em observação.

4.4.3 Análise do patrimônio da entidade à luz dos quesitos

Como o patrimônio é a riqueza que a empresa administra e também, em muitos casos, a riqueza gerada de suas próprias atividades, a análise desses valores patrimoniais torna-se cada vez mais importante, tendo em vista que esses valores têm de ser preservados, mesmo quando existem conflitos a serem definidos.

Em uma perícia contábil judicial cautelar, essas análises dos valores patrimoniais, devem ser observadas as metas que se pretendem alcançar, por meio dos quesitos que são formulados pelas partes litigantes e também dos quesitos do Juiz, quando este entende necessária e sua formulação, para esclarecimentos e solução do litígio instalado.

A partir do levantamento de todos os valores patrimoniais e também dos controles existentes, o perito, entendendo serem esses confiáveis, poderá iniciar o trabalho de produção

de provas. Caso contrário, deverá sugerir medidas de controles que venham salvaguardar ou preservar a integridade do patrimônio a ser periciado.

O conteúdo encontrado no levantamento pericial quer em inventários, quer em processos de falências, precisa constar do laudo, que deve esclarecer, em seus pontos minúsculos, todos os detalhes, que possam servir como evidência de uma prova que necessite ser conhecida. Esses esclarecimentos e comprovações fazem parte do trabalho pericial que não pode deixar omissa nenhuma posição que arrisque a intervir na seriedade de trabalhos de tal envergadura.

Há de lembrar, portanto, que o art. 139 do CPC equipara o perito, nesse caso, perito contábil, ao serventuário da Justiça, e como tal, a precaução em todos os sentidos deve ser tomada. Recorrer à força judicial, quando necessário, para esclarecimento de alguma dúvida não solucionada, faz parte da rotina que o perito contábil deve adotar para continuar a contribuir com a Justiça, no levantamento da verdade e o esclarecimento dos litígios que se propôs a investigar.

4.4.4 Elaboração do laudo pericial

A elaboração dos laudos em perícias contábeis judiciais cautelares deve ser ajustada à necessidade de cada processo. À luz de uma realidade, foi constatado no estudo de caso n. 3 que a perícia cautelar foi solicitada pela requerente da ação, no entanto decorreu mais de 1 ano para que a mesma fosse concretizada. Entende-se que a perícia deve ser determinada tão logo seja requerida, pois assim pode ser impedido desvio de bens ou, mesmo, algum tipo de fraude premeditada.

O fator tempo nesses trabalhos cautelares adquire importância ainda maior, em virtude da rapidez com que ações criminosas acontecem. Num período pequeno de tempo, podem estar acontecendo desvios ou outras falcaturas provocadas pela parte contrária à ação. Assim sendo, o perito, ao abordar esse tipo de trabalhos, deve adotar certos procedimentos, como o contato permanente com o Juiz, solicitando, sempre que necessário, a ação mais enérgica para inibir as fraudes.

Após a leitura minuciosa do processo e dos quesitos, da análise e levantamentos dos controles contábeis e as conclusões sobre a necessidade de alguma atitude rápida, tanto da perícia, quanto da Justiça, é chegado o momento de elaboração do laudo. Nessa elaboração aconselha-se não utilizar termos técnicos que possam vir a dificultar o entendimento dos

usuários da perícia. Deve-se adotar uma linguagem clara, de fácil entendimento, para que não se levante nenhuma dúvida na transmissão da mensagem dos fatos relatados.

E, como a perícia contábil judicial cautelar deve orientar-se dentro de uma metodologia específica, o laudo deve conduzir-se sobre um rigor tecnológico de precisão, para produzir os efeitos necessários, afinal não é uma peça de suposição, ficção ou literatura, mas algo muito técnico, inspirado nos princípios da doutrina contábil, para poder garantir a salvaguarda do patrimônio de entidades.

4.5 COTEJANDO A PROPOSTA COM OS LAUDOS ANALISADOS

O Poder Judiciário é a força que a sociedade possui para buscar o conhecimento da verdade dos fatos que geram discórdias entre os seres humanos. Destaca-se como principal usuário da perícia contábil, pois todos os litígios em que o Magistrado não se julgar possuidor de condições técnicas para desvendar os mistérios da desavença, é intimado o perito contábil, para que esse esclareça as dúvidas que possam existir no processo.

Na perícia contábil judicial cautelar não é diferente. Nela existem, porém, peculiaridades, como a urgência na produção de provas, e, na maioria, provas antecipadas, até mesmo antes da ação principal.

Assim, a proposta de metodologia para realização de perícia contábil judicial cautelar, aqui apresentada, necessita de comparações com as abordadas no estudo multicasos.

Os processos que serviram de estudos, apesar de possuírem alguns detalhamentos que atenderam às reivindicações da Justiça, não apresentam vestígios de levantamentos e análise dos patrimônios, tampouco de conhecimentos detalhados dos sistemas de controles que cada caso requer. Desse modo, a qualidade desses trabalhos tendem a ser menos confiáveis.

Não evidenciaram qualquer tipo de preparação de questionamentos para aplicação junto às partes envolvidas ou inquirição de testemunhas pelo perito. Isso pode levar a crer que não houve um plano de trabalho que definisse uma metodologia própria para cada caso.

Não se identificou a utilização de papéis de trabalho, como proposto neste estudo. Da mesma forma, não foram encontradas análises sobre os controles patrimoniais. Com isso não se pôde avaliar, tecnicamente, a resistência ou fragilidade que esses controles oferecem para os seus usuários.

O cotejamento aqui exposto mostrou uma agilidade maior para o desenvolvimento da perícia contábil judicial cautelar, na aplicação da metodologia proposta. Faz, no entanto, que os seus usuários reflitam sobre esta metodologia apresentada nesta seção, que pode alterar o

ciclo processual, reduzindo a morosidade existente na Justiça, em relação à produção de provas e por consequência, a conclusão do processo em um espaço de tempo bem menor do que no sistema tradicional.

No capítulo seguinte apresentem-se, além das conclusões sobre o trabalho, algumas recomendações que possam enriquecer o assunto e ampliar o campo de pesquisas sobre as perícias contábeis judiciais cautelares.

5 CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

Neste capítulo, apresentam-se as conclusões, de conformidade com o objetivo geral e também os objetivos específicos propostos nesta dissertação. Expõe-se, ainda, algumas recomendações para que novas pesquisas e novos estudos sobre o tema, em futuros próximos sejam realizados.

5.1 CONCLUSÕES

Os objetivos propostos no primeiro capítulo deste trabalho foram alcançados. O objetivo geral é uma metodologia de elaboração de perícia contábil judicial cautelar com a finalidade salvaguarda do patrimônio de entidade. Esta proposta está contemplada no capítulo 4 deste trabalho. A perícia contábil, assim como os demais serviços da área contábil, necessitam de aprimoramento da qualidade do trabalho a ser oferecido. Em todos os setores da economia, tem-se observado uma busca crescente pela qualidade, para um mercado cada vez mais exigente. Assim, o momento pede que também o profissional da perícia contábil repense sua atividade.

Adotou-se para a realização deste trabalho uma metodologia de pesquisas em processos judiciais, transitados em julgado, constituindo-se em estudos de multicasos.

Em relação aos objetivos específicos, conclui-se que esses foram integralmente atingidos, conforme descrição a seguir.

O primeiro objetivo específico, identificaram-se e descreveram-se os diferentes tipos de perícias abordados na legislação pertinente, no Capítulo 2 desta dissertação.

O segundo objetivo específico foi contemplado também no Capítulo 2, com a caracterização das perícias contábeis judiciais cautelares na perspectiva de salvaguarda do patrimônio de entidade.

Foram estudados processos de perícias contábeis judiciais cautelares no seu objeto, estrutura e conteúdo, conforme está proposto no terceiro objetivo específico. Tal assunto consta dos Capítulos 2 e 3 do presente trabalho, quando se analisou a metodologia de elaboração de perícias contábeis judiciais cautelares, bem como uma visão geral da atividade pericial, por meio dos estudos multicasos.

No quarto objetivo específico, foi apresentada uma sistemática de realização dos processos de perícia, devidamente contemplada no Capítulo 4 com a metodologia de

elaboração das perícias contábeis judiciais cautelares, para salvaguarda do patrimônio de entidades.

Lembra-se aqui que o perito deve preocupar-se com o nível de trabalho pericial que apresenta para o deslinde dos diversos litígios que são julgados pelos tribunais, para que possa, efetivamente, estar atendendo ao Poder Judiciário. Assim, a atividade, por si só, já teria ampliado o volume de casos em que houve interferências periciais, acenando com imparcialidade, o caminho a ser seguido no julgamento das questões.

Uma outra preocupação que se coloca é o pequeno número de incidências de perícias, sobretudo a perícia de futuro. Dos 35 processos pesquisados, 24 referiam-se a ações de natureza de falência, 5 processos de natureza de inventário, com partilha de bens. No entanto, somente em 4 casos, 2 de cada natureza, foram encontradas manifestações periciais contábeis. Quando se compara em valores relativos, nota-se que pouco mais de 8% dos processos de falências julgados foram submetidos à análise pericial.

A determinação para realização das perícias contábeis acontece quando os juízes entendem que os seus conhecimentos são insuficientes para que prolatem uma sentença justa, sobre as questões em apreço. Aí recorrem aos préstimos do perito, que passa a garantir uma lucidez da questão investigada.

Incluem-se nessa mesma política de nomeação do perito as perícias contábeis judiciais cautelares. Elas acontecem, principalmente, quando existe risco de que as provas possam desaparecer no decorrer do tempo ou se tornem impossíveis de ser realizadas, ou ainda, quando é verificada a existência de ações maléficas que possam estar depreciando os valores patrimoniais da massa. Neste momento, o Juiz nomeia um perito contábil de sua confiança para que o mesmo, com seus conhecimentos técnicos, possa esclarecer todas as dúvidas do litígio existente.

Essas dúvidas são esclarecidas por meio dos laudos periciais que são apresentados de forma homogênea, porém, adequadas a cada questão litigiosa em apreço. As respostas devem ser claras e objetivas, sem a utilização de termos técnicos de contabilidade, e alicerçadas em explicações claras e objetivas dos cálculos realizados, facilitando a interpretação destes, sem tentar induzir o Magistrado ao veredicto final. O perito tem de ser neutro.

Em relação ao objetivo geral do trabalho, pôde-se melhor conhecer a estrutura praticada em diversos tipos de perícias e se propôs uma metodologia que certamente poderá influir com resultados positivos para valorização da Contabilidade, em especial para as perícias contábeis judiciais cautelares.

5.2 RECOMENDAÇÕES

A realização deste estudo oportunizou identificar algumas questões que poderão ser objeto de novos estudos sobre a perícia contábil em processos judiciais de ações cautelares:

- inicialmente, recomenda-se outros trabalhos de pesquisas sobre o tema, ou seja, metodologia de perícia contábil judicial cautelar para manutenção do patrimônio de entidade, também em outras comarcas;
- que seja realizado um estudo mais aprofundado sobre a perícia contábil judicial cautelar, utilizando-se do material bibliográfico existente sobre as diferentes metodologias adotadas nesta perícia, como também a utilização de pesquisas de campo para melhor divulgação e aplicação desta atividade;
- por último, além das recomendações para que se continue com as pesquisas sobre perícias contábeis judiciais cautelares, sugere-se que estas sejam ampliadas para outras naturezas de ações, como em concordatas de empresas e, também, em empresas seguradoras que necessitam de averiguações antecipadas, mesmo antes do surgimento de qualquer sinistro.

REFERÊNCIAS

ALBERTO, Valder Luiz Palombo. **Perícia contábil**. 3 ed. São Paulo: Atlas, 2002.

ALONSO, José Rojo. Prevenções e descobertas de fraudes: auditorias e perícias contábeis. **Revista Brasileira de Contabilidade**. Brasília: ano VI, nº 17, p.22-27, abril/junho, 1976.

ALMEIDA, Amador Paes de. **Curso de falência e concordata**. 12. ed. São Paulo: Saraiva, 1995.

ANDRADE, Jorge Pereira. **Manual de falências e concordatas**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

BRANDIMILLER, Primo. **Perícia Judicial em acidentes e doenças do trabalho**. São Paulo: SENAC, 1996.

BRASIL. **Decreto-lei n. 8.579/46**, de 08 de janeiro de 1946. Institui o código de processo civil.

----- **Lei 556/50**, de 25 de junho de 1850. Institui o código comercial brasileiro.

----- **Lei n. 5.869/73**, de 11 de janeiro de 1973. Institui o código de processo civil.

----- **Decreto-lei n. 1.608/39**, de 18 de setembro de 1939. Institui o código de processo civil brasileiro.

----- **Decreto-lei n. 7.661/45**, de 21 de junho de 1945. Dispõe sobre falências.

----- **Decreto-lei n. 9.295/46**, de 27 de maio de 1946. Cria o sistema CFC/CRC's.

----- **Lei n. 4.983/66**, de 18 de maio de 1966. Altera disposições do Decreto-lei n. 7.661/45.

----- **Lei n. 7.270/84**, de 10 de dezembro de 1984. Altera Código de Processo Civil.

----- **Lei n. 8.455/92**, de 24 de agosto de 1992. Altera o Código de Processo Civil.

----- **Decreto n. 21.033/32**, de 08 de fevereiro de 1932. Regula a atividade pericial contábil.

----- **Lei n. 9.307/96**, de 23 de setembro de 1996. Regula a perícia arbitral.

----- **Lei n. 10.406/02**, de 10 de janeiro de 2002. Institui o código civil.

----- **Lei n. 3.071/16**, de 1º de janeiro de 1916. Institui o código civil.

CALDEIRA, Sidenei. **A influência do laudo pericial contábil na decisão dos juízes em processos nas varas cíveis**. 2000. 102 f, (Mestrado em Administração), Centro Sócio-Econômico, Florianópolis: UFSC, Florianópolis.

COELHO, Fábio Ulhoa. **Manual de direito comercial**. 9. ed. São Paulo: Saraiva, 1997.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **Resolução n. 803/96**, de 10 de outubro de 1996. Aprova o código de ética do contabilista.

----- . **Resolução CFC n. 857/99**, de 21 de outubro de 1999. Aprova as normas brasileiras de contabilidade – NBC P-2.

----- . **Resolução CFC n. 858/99**, de 21 de outubro de 1999. Aprova as normas brasileiras de contabilidade – NBC T-13.

----- . **Princípios fundamentais de contabilidade e normas brasileiras de contabilidade**. 2 ed. Brasília: CFC, 2000.

D'AUREA, Francisco. **Revisão e perícia contábil**. 3 ed. São Paulo: Nacional, 1962.

ELLER, Rosilene. A perícia contábil no processo de falências e concordatas. **Revista Brasileira de Contabilidade**. Brasília: ano XXX, nº 131, p.93-101, setembro/outubro, CFC, 2001.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo dicionário da língua portuguesa**. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

FRANCO, Hilário. **Contabilidade geral**. 23. ed. São Paulo: Atlas, 1997.

----- . **Estrutura, análise e interpretação de balanços**. 15. ed. São Paulo: Atlas, 1992.

FÜHRER, Maximilianus Cláudio Américo. **Roteiro de falências e concordatas**. 15. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1998.

GARRISON, Ray H; NOREEN, Eric W. **Contabilidade gerencial**. 9. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2001.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1999.

----- . **Técnicas de pesquisa em economia e elaboração de monografias**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

HORNGREN, Charles T; FOSTER, George; DATAR, Srikant M. **Contabilidade de custos**. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2000.

IUDÍCIBUS, Sérgio de. et al. **Contabilidade introdutória**: equipe de professores da FEA/USP. 9. ed. São Paulo: Atlas, 1998.

JESUS, Fernando de. **Perícia e investigação de fraude**. 2. ed. Goiânia: AB, 2000.

LEVENHAGEN, Antonio José de Souza. **Comentários ao código de processo civil**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1996.

LIMA, Ana Lúcia Araújo e BEUREN, Ilse Maria. **Derivados, conceituação, caracterização e tratamento contábil**. UNB Contábil/Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais da Universidade de Brasília, Brasília: Departamento, vol. 3 n. 1, 198p. primeiro semestre de 2000.

LOPES DE SÁ, Antonio. **Perícia contábil**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

MAGALHÃES, Antonio de Deus Farias et al. **Perícia contábil: uma abordagem teórica, ética, legal, processual e operacional**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1998.

Manuais de Legislação Atlas. Lei de Falências e Concordatas. Decreto-Lei 7.661/45, de 21 de junho de 1945. 4 ed. São Paulo: Atlas, 1988.

MARION, José Carlos. **Contabilidade básica**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 1998.

------. **Contabilidade empresarial: a contabilidade como instrumento de análise, gerência e decisão**. As demonstrações contábeis: origens e finalidades. Os aspectos fiscais e contábeis das leis em vigor. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MESQUITA, Gisely Jorge. **Planejamento e controle de resultados na pequena empresa: um estudo descritivo em pequenas empresas de confecções de artigos de vestuário da cidade de Goiânia – GO**, 2002. 122 f (Mestrado em Engenharia de Produção), Florianópolis, Universidade Federal de Santa Catarina.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 1994.

MONTEIRO, Samuel. **Da prova pericial**. São Paulo: Aduaneiras, 1985.

MORAIS, Antônio Carlos; FRANÇA, José Antonio. **Perícia contábil**. 2. ed. Brasília: Qualidade, 2000.

NEGRÃO, Theotônio; GOUVÊA, José Roberto Ferreira. **Código de processo civil: e legislação processual em vigor**. 31. ed. São Paulo: Saraiva, 2000.

NEVES, Antônio Gomes das. **Curso básico de perícia contábil**. São Paulo: LTR, 2000.

OLIVEIRA, Sílvio Luiz de. **Tratado de metodologia científica: projetos de pesquisas, TGI, TCC, monografias, dissertações e teses**. 2. ed. São Paulo: Pioneira, 1999.

ORNELAS, Martinho Maurício Gomes de. **Perícia contábil**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

RAMALHO, Ruben. **Curso teórico e prático de falências e concordatas**. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 1993.

RICHARDSON, R.J. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

ROCHA, Levi Alvarenga; SANTOS, Nelson dos. **Perícia contábil**. 2. ed. Goiânia: CRC-GO, 1995.

RODRIGUES, Alberto Almada. O controle; a perícia, a investigação, a pesquisa, a avaliação, a vistoria, a regulação, a arbitragem, a prospecção, os custos e os orçamentos no campo profissional do contador. **Revista Brasileira de Contabilidade**. Brasília: ano XV, nº 53, p.06-10, abril/junho, CFC, 1985.

SANTOS, Lúcia de Azevedo Brando dos. **Perícia contábil na área da fiscalização estadual**. Brasília: CFC, 1997.

SCHMIDT, Oscar Adalberto. **A influência da qualidade nas perícias contábeis na decisão dos juízes nas comarcas do planalto norte catarinense**, 2000. 84 f (Mestrado em Administração), Departamento de Administração, Blumenau: Universidade Regional de Blumenau.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

TZIRULNIK, Luiz. **Falências e concordatas**. 3. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1993.

VALVERDE, Trajano de Miranda. **Comentários à lei de falências**. 4. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2001.

WALTER, Milton Augusto. **Introdução à contabilidade - uma metodologia moderna para ensino da contabilidade**. 7. ed. São Paulo: Saraiva, 1987.

APÊNDICE

APÊNDICE A – Processos pesquisados nas Varas Cíveis da Comarca de Goiânia

| ORDEM | VARA CÍVEL | Nº DO PROCESSO | DATA | REQUERENTE | REQUERIDA | TIPO DE AÇÃO | VALOR DA CAUSA |
|-------|------------|----------------|----------|---------------------------------|--|--------------|----------------|
| 1 | 1ª | 199800409831 | 20/03/98 | Laborat. Kong do Brasil Ltda | Inter pec Com.Imp. Exp.prod.Agrop.Ltda | Falência | R\$ 9.331,10 |
| 2 | 1ª | 199801514124 | 16/11/98 | João Inácio da Silva | Banco Sudameris S/A | Declaratória | R\$ 1.000,00 |
| 3 | 1ª | 199900179021 | 19/03/99 | Transp. Rodoviário Algran Ltda. | Brasilsputa Ind. Bras. Colchões Ltda | Falência | R\$ 6.919,07 |
| 4 | 1ª | 200201280358 | 22/02/92 | Cáritia C. C. Vieira | Carlos A.O.Faleiro | Inventário | R\$ 42.345,00 |
| 5 | 1ª | 200101540082 | 24/09/01 | Leonam M. Araújo | Maria F. Santana | Inventário | R\$ 1.000,00 |
| 6 | 1ª | 200200242835 | 01/03/02 | Divina M. Barcelos | Martinho Barcelos Fº | Inventário | R\$ 59.400,00 |
| 7 | 2ª | 199901110971 | 17/05/99 | Luciano A. Ferreira | Cibele R.Morais | Separação | R\$ 1.000,00 |
| 8 | 2ª | 200000160843 | 21/03/00 | Selma A. Lima | Volkswagen S/A | Declaratória | R\$ 250,00 |
| 9 | 3ª | 200001468434 | 31/08/00 | Delziane Ataíde | Germana F. Silva e Walter de Ataíde | Inventário | R\$ 1.000,00 |
| 10 | 4ª | 199901604533 | 03/09/99 | João Reges Silva | Banco BBA S/A | Restituição | R\$ 7.326,03 |
| 11 | 4ª | 200000582349 | 12/05/00 | Aldérico Bernardes | Unibanco | Consignação | R\$ 7.559,43 |
| 12 | 4ª | 200101482668 | 25/09/01 | Bill Néri | Vilma Ribeiro Néri e Otávio Néri | Inventário | R\$ 19.650,70 |
| 13 | 6ª | 200100507446 | 26/03/01 | Pneulândia C. Ltda | Goiás Brás.Transp. | Falência | R\$ 1.125,65 |
| 14 | 6ª | 200100622849 | 23/04/01 | Madecenter Modas | Modelar Emp.Brasil. | Falência | R\$ 28.074,98 |
| 15 | 6ª | 200100742607 | 09/05/01 | Gerdau S/A | Lamonier Equip.Ltda. | Falência | R\$ 3.207,82 |
| 16 | 6ª | 200100741830 | 16/05/01 | Pial Eletro Eletrôn. | Matel Mat. Elét.Ltda | Falência | R\$ 8.210,20 |
| 17 | 6ª | 200100742607 | 05/06/01 | Prolul S/A | Casa do Pellet Ind. | Falência | R\$ 2.523,02 |
| 18 | 6ª | 200100905646 | 07/06/01 | Sete Serv.Téc.Eng. | Caenge Cassiano Eng. | Falência | R\$ 3.174,03 |
| 19 | 6ª | 200100932929 | 13/06/01 | Rossi Dist .Mater. | Goiás Rep.Ônibus | Falência | R\$ 5.016,22 |
| 20 | 6ª | 200101039543 | 03/07/01 | White Seg. Vig. | W.Resuts Sistemas | Falência | R\$ 22.815,10 |
| 21 | 6ª | 200100333948 | 03/09/01 | Posto Marista Ltda | Transportes Goiasil | Falência | R\$ 6.300,00 |
| 22 | 6ª | 200100333958 | 19/09/01 | Frutisa S/A | SR Com.Alimentos | Falência | R\$ 850,00 |
| 23 | 6ª | 200101432822 | 26/09/01 | Karine F.Costa | Interativa Equipamento | Falência | R\$ 6.300,00 |
| 24 | 6ª | 200101457795 | 28/09/01 | Olga Color SPA | Máarcio M.Coelho | Falência | R\$ 6.500,00 |
| 25 | 6ª | 200101649872 | 29/10/01 | Termopeças Refrig | Qualyfrio Ar Condiç. | Falência | R\$ 17.802,00 |
| 26 | 6ª | 200101674982 | 01/11/01 | Escudo Vig.Seg. | Gastronomia Internac. | Falência | R\$ 28.320,00 |
| 27 | 6ª | 200101683124 | 06/11/01 | Acesita Serv.Com. | Usinaço Com.Ind. | Falência | R\$ 60.326,40 |
| 28 | 6ª | 200100902190 | 20/11/01 | Ulisses Mendonça | J.B.Oliveira Empreend | Falência | R\$ 3.600,00 |
| 29 | 6ª | 200102002724 | 21/12/01 | C.Const.Concórdia | Oriente Assist.Técnica | Falência | R\$ 1.500,00 |
| 30 | 10ª | 200002192777 | 13/11/00 | Clayton B.Teixeira | Bandeirantes S/A | Arrend.Merc. | R\$ 6.617,68 |
| 31 | 11ª | 199800352724 | 17/04/98 | TDB Têxtil | Adriana L.B.Bueno | Falência | R\$ 21.345,10 |
| 32 | 11ª | 19920441777 | 29/10/92 | Procard Com.Papel | Ed.Papelaria N.Esper. | Falência | Cr\$6.000.000 |
| 33 | 11ª | 19910058181 | 12/03/91 | Cartog.Papel.Tip. | J&C Ind. e Com. | Falência | Cz\$ 100.000 |
| 34 | 11ª | 19940047371 | 25/02/94 | Madeira Ara.Ltd | Contran Construções | Falência | Cr\$1.091.418 |
| 35 | 11ª | 19910236241 | 17/07/91 | FR Com.Calçados | Conteúdo Modas Ltda | Falência | Cr\$ 911.078 |

Fonte: Cartório Distribuidor do Fórum de Goiânia